

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

TESE DE DOUTORADO

ÁREA: LINGÜÍSTICA APLICADA

ORIENTADORA: PROFESSORA DOUTORA ANA MARIA STAHL ZILLES

A INDETERMINAÇÃO EM PORTUGUÊS: UMA PERSPECTIVA

DIACRÔNICO-FUNCIONAL

Carmen Maria Faggion

Bento Gonçalves, junho de 2008.

Agradecimentos

À Professora Doutora Ana Maria Stahl Zilles, que sempre aliou à sua grande sabedoria uma não menor dose de paciência, por sua generosa, humana e competente orientação.

Aos Professores componentes da Banca de Qualificação, Doutora Luciene Juliano Simões e Doutor Sérgio de Moura Menuzzi, por suas valiosas sugestões.

À Professora Mestre Ancilla Dall'Onder Zatt, por sua imprescindível e bondosa ajuda nos cálculos estatísticos.

Sumário

Sinopse, 7

Abstract, 8

Introdução, 9

- 2 Fundamentação teórica para o estudo da indeterminação, 19
 - 2.1 A perspectiva da sintaxe, 19
 - a) A visão da gramática tradicional, 19
 - b) Transição para a Lingüística, 20
 - c) Existe diferença no estudo da indeterminação no português europeu?, 21
 - d) Passiva sintética, *se* indeterminador e atitude, 24
 - e) O Sintagma Nominal indeterminado na Teoria Gerativa, 25
 - 2.2 Estudos diacrônicos que mencionam indeterminação, 26
 - 2.3 Sintaxe e discurso: alguns aspectos específicos da indeterminação, 27
 - a) Elementos pragmáticos no estudo da indeterminação, 27
 - b) A indeterminação: um estudo sociolingüístico, 30
 - 2.4 Dois indeterminadores, 53
 - 2.4.1 O *se* como indeterminador, 33
 - a) Na origem, reflexivo, 33
 - b) Passiva analítica e construção com *se*, nem sempre equivalentes, 34
 - c) Diacronia e sincronia das construções com *se*, 35
 - d) *Se* indeterminador e verbos inacusativos, 36
 - e) O *se* na fronteira entre sintaxe e discurso, 37
 - f) Os usos de *se* com orações finitas e infinitas, 37
 - 2.4.2 O percurso histórico de *a gente*, 38
 - a) Diferenças discursivas, 38
 - b) *A gente* sob perspectiva diacrônica, em tempo real de longa duração, 39
 - c) Propriedades e interpretações, 40
 - d) Uma avaliação sociolingüística, 41
 - e) A inserção pronominal de *a gente*, 43
 - 2.5 Da função para a forma, 46
 - 2.5.1 A perspectiva funcional para a indeterminação, 46
 - 2.5.2 Agentividade e impessoalidade, 48

- 3 Metodologia, 50
 - 3.1 A amostra, 50
 - 3.2 Categorias de análise, 51
 - 3.2 O tratamento qualitativo, 55
 - 3.3 O tratamento quantitativo, 55

- 4 Frase indeterminada no Português Medieval em dois séculos, 57
 - 4.1 O uso do SN indeterminado em *A Demanda do Santo Graal*, 57
 - 4.2 Dois textos do século XV, 66
 - 4.3 Conclusões parciais, 69

- 5 A frase nominal indeterminada no século XVI: ascensão do *se*, 71
 - 5.1 *Os Lusíadas* e *Gândavo*, 71
 - 5.2 Um texto teatral: Gil Vicente, 81
 - 5.3 Conclusões parciais, 82

- 6 A prevalência da construção com *se* no século XVII, 84
 - 6.1 O SN indeterminado no texto histórico de Frei Vicente do Salvador, 84
 - 6.2 O SN indeterminado em Vieira e Gregório de Matos, 85
 - 6.3 Conclusões parciais, 94

- 7 A indeterminação no século XIX: sempre o *se*, 95
 - 7.1 Um texto dissertativo e um teatral: Alencar, 96
 - 7.2 Um grande cronista: Machado de Assis, 101
 - 7.3 Duas peças de Martins Pena, 104
 - 7.4 Teatro ligeiro: Artur Azevedo, 106
 - 7.5 Um texto ficcional em primeira pessoa: Raul Pompéia, 108
 - 7.6 Um historiador: Capistrano de Abreu, 110
 - 7.7 Conclusões parciais, 112

- 8 O século XX: ascensão da frase de sintaxe ambígua, 116
 - 8.1 *As Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, 117
 - 8.2 Um historiador para o grande público: Décio Freitas, 118
 - 8.3 A crônica de Rubem Braga, 122
 - 8.4 Três textos teatrais
 - a) *O Pagador de Promessas*, de Dias Gomes, 123
 - b) *O Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, 125
 - c) *Gota d'Água*, de Chico Buarque e Paulo Pontes, 127
 - 8.5 *São Bernardo*, de Graciliano Ramos, 132
 - 8.6 Conclusões parciais, 134

- 9 Apresentação e discussão dos resultados da análise quantitativa geral, 137
 - 9.1 Os mecanismos de indeterminação em diferentes gêneros, 137
 - 9.2 Os mecanismos de indeterminação em diferentes séculos, 145
 - 9.3 Os mecanismos em relação à gradação proposta por Givón (1984): alguns aspectos qualitativos, 151

- 9.3.1 O verbo na terceira pessoa do plural, 151
- 9.3.2 As expressões generalizantes, 153
- 9.3.3 A passiva analítica sem agente, 156
- 9.3.4 O *se* indeterminador: passiva sintética e símbolo de indeterminação, 157
- 9.3.5 Indeterminação marcada por verbo no infinitivo, 159
- 9.3.6 O pronome não-dêitico, 160
- 9.3.7 A terceira pessoa do singular, 164
- 9.4 Uma verificação do uso da indeterminação atual, 166
- 9.5 Quadro geral das formas de indeterminação, 167

Conclusão, 169

Referências bibliográficas, 173

Anexos, 181

Índice das Tabelas

- Tabela 1 – Números absolutos e percentuais sobre a indeterminação na *Demanda*, 66
- Tabela 2 - Números absolutos e percentuais da *Crónica da tomada de Ceuta*, 68
- Tabela 3 – Indeterminação nos textos escolhidos do século XVI, 82
- Tabela 4 – Indeterminação nos autores investigados do século XVII, 94
- Tabela 5 – Números absolutos por autor e totais no século XIX, 112
- Tabela 6 – Percentuais de indeterminação por autor no século XIX, 112
- Tabela 7 – Indeterminação nas amostras do século XX, 134
- Tabela 8 – Indeterminação no século XX em percentuais, 135
- Tabela 9 – Texto histórico: emprego dos mecanismos através dos tempos, 137
- Tabela 10 – Mecanismos mais frequentes empregados por historiadores, com percentuais por coluna, 138
- Tabela 11 – Textos literários (prosa ou verso): mecanismos através dos tempos, 139
- Tabela 12 – Mecanismos de indeterminação em textos literários, 140
- Tabela 13 – Textos de opinião – mecanismos através dos tempos, 140
- Tabela 14 – Indeterminação em textos dissertativos e seus percentuais, 141
- Tabela 15 – Textos teatrais – mecanismos de indeterminação através dos tempos, 142
- Tabela 16 – Indeterminação em textos teatrais, com percentuais por colunas, 143
- Tabela 17 – Formas de indeterminação e gêneros, 144
- Quadro 1 – Quadro geral das tendências de indeterminação, 145
- Quadro 2 – Indeterminação através dos tempos, com percentual de mecanismos por século, 150
- Quadro 3 – Quadro geral das formas de indeterminação, 168

Sinopse

A indeterminação recobre uma noção semântica em que o referente não é identificado: alguma coisa na frase designa um ser (ao que tudo indica animado) cuja referência, em princípio, não é possível determinar. Retomando trabalhos já feitos sobre esse assunto, e investigando textos de diferentes séculos, nosso objeto de estudo é a função de indeterminação, sob as diversas formas em que se apresenta, em português. Nosso estudo assume uma perspectiva funcionalista, com apoio também na Linguística Histórica.

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar casos de indeterminação, manifestada por marcas morfossintáticas e lexicais, em português escrito, em diferentes séculos, buscando evidências de variação (e mudança) dos recursos de expressão de tal uso e analisando sua frequência de emprego, através de estudo qualitativo e quantitativo.

Os resultados permitem algumas verificações. Uma é o aumento de frases de interpretação dupla (tanto reflexiva como passiva), que apareceram com muita frequência no século XX. Embora a construção seja ambígua, a informação transmitida não é. Outra verificação é a das restrições morfossintáticas que incidem sobre expressões lexicais que expressam indeterminação.

Confirma-se mais uma vez o uso do *se* indeterminador como a forma mais freqüente desde o século XVI. Também marcam presença – e desde registros muito antigos – a terceira pessoa do plural e a passiva sem agente. Todas as formas que indicam indeterminação têm restrições de alguma ordem – sintática, semântica, morfológica. Assim, embora a interpretação arbitrária se construa no discurso, suas marcas acabam entrando no sistema da língua.

Abstract

Indeterminacy or arbitrary interpretation recovers a semantic notion in which the referent is not identified: some particular construction or lexical unit indicates a being (so far animate) whose referent, in principle, cannot be determined. Our object of study is the set of morpho-syntactic or lexical forms that indicate such indeterminacy in Portuguese, in different periods of time. Indeterminacy is assumed as a function, under its various forms.

Functional Grammar and Historical Linguistics provide us with theoretical support.

Our main goal is to identify and to analyse forms of indeterminacy in Noun Phrases, in written texts, in different periods of the History of Portuguese. We also search for variation (and change) of the forms of indeterminacy and observe its frequency of use, through the use of both qualitative and quantitative approaches.

One of our results shows the increased number of sentences of double interpretation, either passive or reflexive, that appear in texts, mainly throughout twentieth century. Although the interpretation of their construction is ambiguous, the semantic information transmitted does not change. Other result investigates the morpho-syntactic restrictions that lexical expressions undergo when expressing indeterminacy.

The use of indefinite *se* as the most frequent form, since sixteenth century, is once again confirmed. Other forms, like verbs in the third person plural and passive without agent, are noticeably frequent. All the forms that indicate indeterminacy have some restriction of any order, either in the field of syntax, semantics, or morphology. So, despite the fact that arbitrary interpretation is built in discourse, its marks become part of the linguistic system.

INTRODUÇÃO

É próprio do usuário da língua, em certos momentos, não querer (ou não saber) nomear o agente ou tema de qualquer evento: *me disseram, contaram, andaram falando...*, ou, em discursos mais formais, *precisa-se de digitadores, vive-se bem aqui...*

A observação direta permite verificar que várias formas de indeterminação são utilizadas: o verbo no plural, sem sujeito expresso, *se, a gente, o cara, o nego, você, nós*, e outras. São formas de indeterminação de um Sintagma Nominal (SN), ou de uma Frase Nominal (FN), termos aqui tomados como sinônimos e empregados em seu sentido mais básico, ou seja, uma frase que tem por núcleo um substantivo, ou um pronome.

Assim, a revista *Isto É* cita Maria Rita Mariano dizendo textualmente:

‘Quando dizem que canto igual a Elis, tenho vontade de falar, ‘bicho, ouve o disco *Elis & Tom!*’ Nego ainda tem coragem de dizer que vim para substituí-la? Eu tô no chinelo, lá embaixo.’
(Revista *Isto É* n.º 1772, 17/09/2003, p. 94, grifo meu)

A fala reúne a expressão de indeterminação através da terceira pessoa do plural, sem sujeito expresso, e é seguida da expressão *nego* logo adiante. É esta que combina mais com o discurso recheado de gíria, que confere à declaração marca de autenticidade.

A mesma expressão *nego* aparece na fala de um homem de idade muito avançada, em matéria que revisita um episódio da História do Rio Grande do Sul. O jornal reproduz a fala de João Latorre, que diz ter 113 anos, sobre seu pai, com fama de degolador:

“Era bondoso, respeitador e, por isso, respeitado. Mas se o *nego* metia mal com ele, ganhava o que merecia.” (Caderno Cultura, Zero Hora, 27/09/2003, p. 5)

Observe-se a presença do artigo, que aparentemente não confere definição ao termo. *O nego* é evidentemente qualquer pessoa, e de qualquer cor – embora, nesse contexto específico da guerra, pareça circunscrita ao gênero masculino.

Outra ocorrência de sujeito indeterminado aparece num ensaio de Roberto Pompeu de Toledo, em que ele cita a fala de um motoboy, sobre os perigos de sua profissão:

“Neguinho te fecha, você estoura o retrovisor, dá um socão no capô.”
(Veja n.º 1828, 12/11/2003, p. 150)

Além da forma *neguinho*, indicando indeterminação, ocorre na mesma frase a forma *you*, desprovida de conteúdo dêitico, indicando também indeterminação do sujeito.

Na capa de *Zero Hora* (1º/12/2006) aparece uma chamada com esta formulação: “Estão dizendo que Caetano agora é roqueiro”. A matéria não nomeia quem está dizendo, mas apresenta isso como conclusão diante do novo tipo de disco que o compositor estava lançando (cf. *Segundo Caderno*, Zero Hora, 1º/12/2006, p. 1).

E a chamada principal da capa da revista Carta Capital n.º 440 (ano XIII, 18/04/2007) diz “Procuram-se melhores salários”, sem dizer quem procura.

A noção de indeterminação de um SN está presente em vários estudos, em português ou em outras línguas. Falo em indeterminação de SN, e não do sujeito, porque pode haver outros termos – como é o caso por si mesmo evidente do agente da passiva – que fiquem na mesma situação de elemento não-dito ou não-declarado.

Entendo por indeterminação um conceito de algo sem referência revelada, que pode ser indicado por uma palavra ou expressão, e também por uma construção morfossintática. Em outras palavras: alguma coisa na frase indica um ser (ao que tudo indica animado) cuja referência não é possível determinar. Numa adaptação um tanto

livre, tomo a designação “interpretação arbitrária” ou “referência arbitrária” como sinônima de indeterminação. Matthews (1997, p. 74) apresenta a referência arbitrária como a que se atribui a uma categoria vazia PRO que não remete a nenhuma frase nominal (e.g. [PRO *to give*] *is better than* [PRO *to receive*]). Estendo a noção a qualquer outra manifestação de ausência de referência.

Menon (1994, p. 135) assume que a indeterminação se dá quanto ao referente. Eu também vejo indeterminação como designação de um ser sem referência estabelecida. Com base nisso, temos que revisitar a noção de referência.

Frege (1998 [1892], p. 84) distingue sentido (*Sinn*) de referência (*Bedeutung*). A referência de um nome próprio é o objeto ao qual o nome se refere (FREGE, 1998, p. 89). O sentido de uma expressão é o seu significado. Frege (1998, p. 85) ilustra sua distinção com *estrela da manhã* e *estrela da tarde*: as duas expressões têm o mesmo referente, o planeta Vênus, mas o sentido das duas é diferente. A respeito disso, Moura (2000, p. 72) diz que a determinação da referência depende às vezes do componente pragmático, ou seja, “em muitas vezes não é possível determinar aquilo de que se fala se não se leva em conta o contexto”. Nisso ele está de acordo com Givón (1993, p. 213-214), quando este autor reformula a noção de referência, ou denotação, ou extensão, ou ‘mapeamento’, lembrando que as frases nominais são verbalmente estabelecidas no universo do discurso.

Com essa noção de referência em que as entidades designadas “são vistas como *objetos-de-discurso* e não como *objetos-do-mundo*” também estão de acordo Marcuschi e Koch (2006, p. 381, grifo dos autores). Marcuschi (2005, p. 69) já havia observado: “O mundo de nossos discursos (não sabemos como é o outro) é sócio-cognitivamente produzido. O discurso é o lugar privilegiado da designação desse mundo.” Koch (2005, p. 101) assume que “a referenciação é uma atividade discursiva” e reúne argumentos que lhe

permitem afirmar que “os chamados ‘referentes’ são, na verdade, objetos de discurso” (KOCH, 2005, p. 106).

É no discurso, portanto, que o falante expressa indeterminação. Para Moura (2000, p. 77-78), “o conceito de indeterminação abrange uma série de fenômenos semânticos, tais como ambigüidade, polissemia, vagueza, falhas pressupicionais, não-dito, generalidade, metáfora, etc.” A indeterminação, assim considerada, pode ser resolvida de modo pragmático (através do cálculo da intenção do falante), ou de modo semântico-discursivo (tornando mais preciso o texto, através de especificações), ou pode não ser resolvida. De forma intencional (ou não), o falante utiliza um recurso morfossintático ou lexical de sua língua para exprimir indeterminação sobre quem pratica tal ação, ou vivencia tal estado, ou experimenta tal processo.

A indeterminação não se identifica com a noção de vagueza porque esta última é mais ampla. Channell (1994) verifica os casos de linguagem vaga no inglês, especialmente no uso de quantificadores, de expressões do tipo *about, around, round, n or so, lots of, a lot of, a few, some, or something* e também de palavras substitutivas como *whatsisname, thingy, etc.* A autora conclui que o uso da linguagem vaga concorre para que exista deliberada contenção de informação, e que esta muitas vezes recobre um desejo do falante de não se comprometer, numa tática defensiva ou de proteção à face de alguém (CHANNELL, 1994, p. 178). Não há menção, contudo, em Channell, de indicadores sintáticos de imprecisão, nem de uso não-dêitico de pronomes.

Como se vê, o reconhecimento das situações de indeterminação exige recurso a critérios de ordem semântico-pragmática e discursiva, havendo variação – e mudança. É amplo o leque interdisciplinar que o tema suscita. Diferentes aportes teóricos contribuem

para sua análise. Inclusive porque há mudanças na indeterminação, através dos tempos, e porque as circunstâncias do discurso podem contribuir para que se torne precisa a noção.

Segundo Faraco (2005, p. 91-94), a Linguística Histórica ocupa-se das transformações das línguas através dos tempos. As línguas são realidades em constante transformação, de cuja intensa variedade sincrônica emergem, de tempos em tempos, mudanças. A mudança é contínua, lenta, gradual e relativamente regular (FARACO, 2005, p. 44-51), e surge da heterogeneidade (p. 67), reconhecendo-se a língua como uma realidade essencialmente social, um conjunto de diferentes variedades. “Assim, o núcleo do estudo histórico das línguas é o complexo jogo dialético entre o social e o estrutural.” (FARACO, 2005, p. 68)

O percurso diacrônico concorre para esclarecer a questão da indeterminação.

E a Análise do Discurso, de um modo geral, leva em conta a relação da linguagem com as condições de produção do discurso: o falante, o ouvinte, o contexto de comunicação e o contexto histórico-social. Vai analisar não só a significação do discurso¹, mas o efeito de sentido (ou o sentido especial, circunstancial) que ele pode ter. A Análise do Discurso procura, então, mostrar como funcionam os textos, observando sua articulação com o que é exterior a ele. Conforme assinala Maingueneau (1993, p. 10), a Análise do Discurso ocupou uma boa parte do território liberado pela antiga filologia, porém com outros pressupostos e métodos.

Com base pragmática e rejeitando o formalismo em si e por si, a concepção de Givón (1984, p. 9) reconhece a natureza aberta, contingente e pouco categórica da linguagem, do comportamento e da cognição. A linguagem é vista em seu contexto social,

¹ Entendo o discurso como um texto sócio-historicamente determinado, necessariamente contextualizado e com autoria (o discurso é sempre discurso de alguém). (V. Charaudeau e Maingueneau, 2004, p. 168-173).

biológico e cultural, sendo privilegiada a abordagem empírica, que analisa a linguagem a partir de seu uso, acompanhando variação, desenvolvimento, processamento do discurso e aspectos psicológicos como partes de um complexo empírico. Dentro desse complexo empírico, o estudo da estrutura da sentença desempenha um papel importante, mas não primordial, na compreensão da vasta rede de fenômenos que constituem a linguagem humana (cf. GIVÓN, 1984, p. 10).

Afastando-se tanto da recomendação saussureana do estudo da língua em si e por si quanto da descrição da competência chomskyana, Givón envereda por uma senda que reconhece complexa, mas que considera, ao que tudo indica, inevitável: a linguagem deve ser analisada em seu uso, e o mecanismo sistêmico fica subordinado ao caráter pragmático, ao emprego, à situação de uso, ao dado real, ao concreto, perdendo-se em precisão o que se ganha em abrangência e em adequação empírica. O rigor formal das análises estruturais e gerativas perde relevo diante do caráter multiproposicional (cf. GIVÓN, 1984, p. 10) da comunicação humana, na qual tanto o contexto imediato do discurso quanto o contexto temático controlam a escolha e o uso da maior parte dos mecanismos gramaticais.

Nosso estudo, assim, apóia-se na Sintaxe, na linha de estudos da Sintaxe Funcional, e na Lingüística Histórica, pois há um objetivo explícito de analisar expressões indicadoras de imprecisão do Sintagma Nominal em relação às diferentes épocas em que tal sintagma se manifesta. É um trabalho de Lingüística Histórica, com base numa perspectiva funcional, que tem como objeto a função da indeterminação, sob as diversas formas como se realiza. Faremos uso, em alguns momentos, de análise discursiva. As múltiplas formas permitem um olhar que revela a diversidade.

Quanto à delimitação do tema, suprimimos de nossa análise os pronomes indefinidos, como *alguém, alguns, todos*, e os termos do léxico que exprimem indefinição, como *um desconhecido, os circunstantes, os passantes*, visto que em tais termos a indefinição é inerente. Alguns deles, aliás, até podem ter um referente preciso. Lembre-se, incidentalmente apenas, o maravilhoso efeito que Cecília Meireles obtém com o Romance 38 ou Do Embuçado, no Romanceiro da Inconfidência, em que joga com todas as possibilidades de definição, deixando-o, no entanto, indefinido; MEIRELES, 1989, p. 143-144 (v. anexo 1). O embuçado não é indeterminado. É desconhecido, mas é uma figura específica. Sobre indefinidos negativos e sua evolução no romance, há um interessante artigo de Martins (2000, p. 191-219).

Entre os pronomes não-dêiticos, cabe mencionar também os interrogativos. *Quem* designa sempre o desconhecido, guardando contudo o traço de “pessoa”. *Quem*, quando pronome relativo, designa também “toda e qualquer pessoa”, nas frases declarativas. “*Quem espera sempre alcança*”, “*Quem não chora não mama*”, “*Quem não arrisca não petisca*” são ditados populares que apontam para o impreciso, para o indeterminado. É interessante observar que a construção seria teoricamente substituível por “aquele que”: “Aquele que espera sempre alcança”, por exemplo. Teríamos aqui um caso de outro dêitico, um demonstrativo, assumindo valores de indeterminação.

O âmbito da indeterminação do SN pode chegar, como se vê, a todos os níveis de estudo da linguagem. Por isso a delimitação se torna imperiosa. Neste trabalho, assumimos que o SN indeterminado ocorre

- a) em frases que tenham verbo na terceira pessoa do plural: *Dizem/Eles dizem que lá tem fantasma*. Evidentemente o contexto de uso deverá esclarecer que o pronome *eles* não tem valor dêitico.

- b) em frases com *se* indeterminador: *Vende-se casa, vendem-se casas. Vive-se bem aqui.*²
- c) em frases com verbos no infinitivo: *Navegar é preciso.*
- d) em frases com expressões nominais que não se refiram a nenhum elemento situacional: *Com essas mudanças de tempo, o cara não sabe que roupa vestir.*
- e) em frases com pronomes pessoais destituídos, no contexto, de valor dêitico, podendo indicar qualquer pessoa: *Tu não sabe o que dizer, numa hora dessas.*
- f) em frases que apresentam elipses que não se reportem a elementos anteriores: *O carro foi lavado.* O agente da ação está indeterminado.
- g) em frases com verbos na terceira pessoa do singular, sem sujeito expresso³, tais como *Diz que não usa mais saia.* Silva (1996, p. 123), Nunes (1991, p. 49 e 53) e Galves (2001, p. 46) mencionam a forma. Poderíamos postular um sujeito indeterminado marcado pela terceira pessoa do singular, e não do plural; ou, mais apropriadamente, uma elisão do *se*. Luft (1979, p. 25) já mencionara *Diz que* como marca de indeterminação.

Ainda se poderia acrescentar aqui uma outra forma de indeterminação da FN, a da nominalização. Uma frase hipotética como *O aumento de impostos provocou retração de investimentos* tem nominalizações. Os substantivos são cognatos de verbos que podem ter sujeito agente. A agentividade, aliás, pode persistir: *O aumento de impostos por parte do governo anterior provocou retração, pelos bancos estrangeiros, dos investimentos habituais.* Interessante nessa frase é que tanto *retração* como *investimentos* aceitam *bancos estrangeiros* como agente (sem trocadilho).

² Para fins de percurso histórico, manterei a distinção entre *se* apassivador e *se* indeterminador, na análise.

³ Esse caso é circunscrito ao português do Brasil, ou melhor, a algumas variedades do português do Brasil.

Yamamoto (2006) menciona especificamente a nominalização como uma forma de indeterminar o agente, largamente observável em japonês, conforme se verá no capítulo três deste trabalho.

Os estudos sobre nominalização na lingüística gerativista dos anos 1960 e 1970 provocaram uma ponderada resposta por parte de Chomsky (1975), *Remarks on Nominalization*, em que ele advertia sobre as dificuldades dessa análise, quanto a vários aspectos. Por exemplo, o autor demonstra (CHOMSKY, 1975, p.15-16) que as formas nominais com gerúndio e as nominalizações derivadas, em inglês, apresentam importantes diferenças, seja quanto à produtividade, seja quanto à relação com a proposição associada, seja quanto à estrutura interna da frase nominal. Mais do que a argumentação do autor sobre a hipótese lexicalista, interessante no artigo é a reflexão a que ele convida sobre o caráter complexo da nominalização.

Isso nos mostra que o fenômeno da nominalização, em si, poderia constituir toda uma investigação. A abrangência da pesquisa, se esse aspecto adicional fosse levado em conta, nos autoriza a remeter para um outro momento o estudo da nominalização, restringindo os trabalhos do presente estudo aos sete pontos listados acima.

Com base no que foi visto até agora, a pesquisa se vale, num primeiro momento, das seguintes hipóteses:

- a) Existe uma indeterminação de SN, talvez especificamente uma indeterminação do Agente, sendo este humano, a qual se manifesta pelo uso estendido de dadas construções lexicais, sintaticamente restringidas, e por determinadas construções morfossintáticas. Pressuponho que há alguma equivalência, que chamo de indeterminação, entre as várias expressões elencadas.

- b) As diferentes formas de indicar indeterminação mostram diferentes frequências no decorrer do tempo.
- c) Algumas formas de indicar indeterminação são constantes na língua portuguesa, ao longo do tempo.

O **objetivo geral** da pesquisa é identificar e analisar casos de indeterminação de sintagmas nominais ou especificamente de indeterminação do Agente, em português escrito, em momentos diferentes da história da língua.

Serão os seguintes os **objetivos específicos**:

1. Investigar as características sócio-históricas do uso de tal Agente em diferentes momentos da história da língua.
2. Buscar evidências de variação (e mudança) dos recursos de expressão de tal uso.
3. Analisar frequência de uso de cada recurso, em diferentes momentos.

Em suma, trata-se de um estudo da função de indeterminação, que intenta ver como ela é mapeada em diferentes gêneros e períodos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA O ESTUDO DA INDETERMINAÇÃO

2.1 A PERSPECTIVA DA SINTAXE

a) A visão da gramática tradicional

Na tradição gramatical⁴, a noção de indeterminação do SN ficou circunscrita à noção de sujeito indeterminado. Descrito como “vago” ou “impreciso”, é utilizado quando o falante não sabe ou não quer declarar quem é o sujeito de alguma ação. Cunha e Cintra (1985, p. 125 s.) esclarecem que, quando o sujeito não pode ser identificado, põe-se o verbo ou na terceira pessoa do plural, ou na terceira pessoa do singular, com o pronome *se*. Contudo, na tradição gramatical, *se*, em orações como *Aluga-se casa*, é pronome apassivador. Portanto, o segundo processo, com o verbo na terceira pessoa do singular mais *se*, só ocorre com verbos transitivos indiretos e intransitivos, pois com os transitivos diretos a frase estará na passiva sintética, dentro da tradição gramatical.

Kury *et alii* (1976, p. 14) mencionam as duas maneiras de indeterminar o sujeito.

A mesma linha de exposição, com os dois processos, terceira pessoa do plural (P6) ou *se*, é seguida por Bechara (1983, p. 200-201), Rocha Lima (1992, p. 236) e Cegalla (1998, p. 297). Este apresenta um terceiro processo de indeterminação, o do verbo no infinitivo (e.g. *Era penoso carregar aqueles fardos enormes*).

Para esses gramáticos, a indeterminação é de ordem semântico-pragmática (quando não se sabe ou não se quer declarar quem pratica a ação), ou morfossintática (definida por ter o verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito exposto, ou verbo transitivo indireto ou intransitivo na terceira pessoa do singular, mais *se*). Note-se que mencionam sujeito indeterminado, mas não outras funções (não falam em agente da passiva indeterminado, por exemplo).

Portanto, a chamada Sintaxe Tradicional observou a existência da indeterminação do Sintagma Nominal, assinalando-a e reconhecendo alguns de seus sinais.

b) Transição para a Lingüística

Autores que não seguem uma linha estritamente tradicional também mencionam a questão do sujeito indeterminado. É o caso de Luft (1976, p. 25), que aponta dois processos de indeterminação: verbo na terceira pessoa do plural e infinitivo não-flexionado (É preciso *lutar*), não registrando o processo com *se*. Luft (1979, p. 25) acrescenta *Diz que...* Nesse autor encontramos, no estudo das vozes verbais (LUFT, 1979, p. 133), uma nota ao pé da página em que ele julga mais acertado considerar ativa a construção da chamada passiva sintética, com base no sentimento dos falantes, na ordem da frase em português (a posição pós-verbal é a do paciente) e na similaridade dessa estrutura com a dos verbos não transitivos diretos (e.g. *precisa-se de, trabalha-se, corre-se*). É uma voz importante a assinalar a impropriedade da análise tradicionalmente efetuada com as passivas sintéticas.

Outro destacado lingüista tem seu lugar aqui por tratar da terminologia. É Mattoso Câmara, em seu *Dicionário de Lingüística e Gramática* (Câmara 1978, p. 229). Cito-o:

⁴ Há uma exposição completa dessa tradição, dividida em antes e depois da NGB, em Menon (1993).

“Note-se, porém, que pode haver um sujeito INDETERMINADO, ou melhor, indiferenciado, isto é, referindo-se à massa humana indiferenciada. Exprime-se em português pela terceira pessoa do plural do verbo (ex.: Contam que certa raposa...). Esporadicamente, até a época clássica (ou mesmo na língua literária moderna, por arcaísmo), encontra-se o pronome indefinido “homem”, comparável a fr. “on”, al. “man”; ex.: “Ca naquele lugar sol homem ouvir falar de pescado, mais nono sol veer” (Nunes, 1932, 50). Noutros indefinidos, como um, uma pessoa, a gente, já não há essa indiferenciação da massa humana, que deve conceituar o sujeito indiferenciado como um tipo de frase intermediário entre a frase impessoal e a de sujeito nítido.”

Câmara exclui de sua classificação o critério semântico. Se tal critério estiver presente, também o sujeito dito simples pode ser “indeterminado”, e.g. *Um desconhecido bate à porta*, conforme assinala Kury (1985, p. 24). Parece ser este mesmo critério o que norteia o pensamento de Câmara (1978, p. 143) ao considerar como “sem sujeito” (isto é, impessoal) a oração do tipo *Vive-se bem no Rio*, que os autores tradicionais mencionados acima considerariam do tipo indeterminado.

c) Existe diferença no estudo da indeterminação do português europeu?

Mateus *et alii* (1983, p. 223), autores que analisam o português europeu, colocam a noção de sujeito “indeterminado” como um dos corolários da flexão verbal do português, que permite suprimir o pronome sujeito, quando este não é enfático. Não existe em português, dizem estes autores, uma forma pronominal nominativa que exprima o chamado sujeito indeterminado. Dizem eles (Mateus *et alii*, 1983, p. 225):

“Este (o sujeito indeterminado) pode ser expresso:

- pela terceira pessoa do plural [sic] de um verbo com SU nulo (compare-se *Diz-se que o leite vai faltar* com *On dit que le lait va manquer*);
- pela terceira pessoa do plural de um verbo com SU nulo (compare-se *Dizem que o leite vai faltar* com *They say there will be a lack of milk*).”

Substituindo-se o evidente engano (não é plural, mas singular), vê-se que os autores colocam a construção passiva sintética como exemplo de sujeito indeterminado, acompanhando, assim, a tendência de nossa língua não-padrão brasileira e refletindo o comportamento de nossos falantes frente ao assunto. Talvez em Portugal ocorra o mesmo fenômeno, e seja outro o comportamento dos gramáticos perante ele.

Dois autores, um português e uma brasileira (VILELA e KOCH, 2001, p. 368) analisam o sujeito indeterminado:

“O sujeito denominado ‘indeterminado’ ocorre em construções em que se pressupõe um ‘sujeito humano’, nas reflexivas de terceira pessoa:

Trabalha-se bem aqui e *dorme-se* melhor acolá.

Mas, se houver OD, há reflexiva normal (a passiva reflexa):

Vendem-se/servem-se refeições para fora.

No uso popular ocorrem construções do gênero de:

Vende-se refeições para fora.

O sujeito indeterminado ocorre ainda nas terceiras pessoas do plural:

Dizem (=Diz-se) por aí que há coisas horríveis em certas ruas.” (VILELA e KOCH, 2001, p. 368, grifo e aspas internas dos autores)

Embora pareça haver observância da terminologia tradicional, a análise de Vilela e Koch inova por apresentar o traço semântico da noção de indeterminação, por admitir a construção por eles chamada de popular e por cotejar as duas formas *Dizem/Diz-se*, apresentando-as como equivalentes, confirmando a visão de que nas construções da chamada passiva sintética (caso de *Diz-se que...*) há ocorrência de sujeito indeterminado.

Também há diferenças em estudos sobre o uso de *se* como indeterminador.

Em seu artigo sobre o *se* indefinido do português europeu, Raposo e Uriagereka (1996) defendem a idéia de que as estruturas com *se* em que há concordância do verbo com o objeto, no português europeu, são na verdade ativas. Os autores afirmam que nas frases *Ontem compraram-se demasiadas salsichas no talho Sanzot* e *Essas salsichas compraram-se ontem no talho Sanzot* ocorre sujeito indefinido (“*se* indefinido”, correspondente, segundo os autores, ao *si* argumental de Cinque, 1988, para nós 2005); em *Compra-se sempre demasiadas salsichas no talho Sanzot*, o sujeito, segundo os autores, é interpretado como um protótipo (“*se* genérico”, com todas as propriedades do *si* não-argumental de Cinque, 1988), visto como uma “estrutura transitiva normal, sem quaisquer propriedades exóticas” (RAPOSO e URIAGEREKA, 1996, p. 759-751), razão pela qual os autores constituem sua análise em torno do *se* indefinido.

A respeito deste último, os autores afirmam que a frase nominal que concorda com o verbo não é sujeito nem está associado a ele (cf. RAPOSO e URIAGEREKA, 1996, p. 751): a frase nominal pós-verbal que concorda com o verbo pode ser vista, dizem os dois autores, como um tópico (cf. RAPOSO e URIAGEREKA, 1996, p. 753-754), caso do exemplo *Essas salsichas compraram-se ontem no talho Sanzot*. Os autores fornecem extensa argumentação, que não reproduzimos aqui por ser outra a opção teórica deste trabalho, mas sua conclusão torna-se compreensível mesmo se desvinculada do aparato formal minimalista: a frase nominal com a qual o verbo concorda não pode atingir a posição de sujeito (“*In summary, [Spec, Infl] cannot be targeted by the agreeing DP of the SE construction either by overt or covert movement*”, RAPOSO e URIAGEREKA, 1996, p. 769). Há uma posição diferente, mais uma vez, da de uma antiga certeza da tradição gramatical, para a qual o termo posposto da passiva sintética era sujeito (Cf. Rocha Lima, 1992, p. 391, entre outros). Não se percebe mais a estrutura como passiva.

Lembramos que o estudo de Raposo e Uriagereka (1996) circunscreve-se ao português europeu (cf. p. 749). Os exemplos de seu estudo evidenciam que a construção com concordância ainda é usada no português europeu, a par da forma sem concordância.

Retomemos alguns itens do autor mencionado por Raposo e Uriagereka.

Cinque (2005 [1988, 1995], p. 121) mostra que o morfema italiano *si*, que é impessoal, tem dois usos distintos, um argumental e o outro não-argumental, em interação com uma teoria mais geral de interpretação arbitrária (*arb*).

Nas construções com tempo, o *si* impessoal convive com todas as classes de verbos em italiano. Mas Cinque (2005, p. 123) verifica que, em orações infinitivas, o *si* não aparece. Essa ausência leva o autor a verificar que certas construções com infinitivo e *si* só são possíveis com verbos transitivos e intransitivos inergativos, sendo agramaticais

com outros verbos. Tal assimetria, submetida a extensa análise, permite a Cinque (2005, p. 133) assumir que haja em italiano um *si* argumental, que requer associação com um papel temático, e um *si* não-argumental, que não o requer e que remete a um *pro* genérico. Neste, Cinque (2005, p. 141) assume que há um traço de pessoa, além do de gênero e número. Sem ser primeira, nem segunda, nem terceira, é uma pessoa inespecífica, genérica, e é não-referencial (isto é, por si mesma, não toma um referente específico).

Cinque (2005, p. 168) menciona um caso em que parece que *si* absorve acusativo e nominativo, e.g. *Gli spaghetti si sono già comprati* ('Já se compraram os espaguetes'). O autor conclui (p. 170) que o *si* que não tem "concordância com o objeto" (as aspas são de Cinque) é [-arg], e o que tem tal concordância é [+arg], o que Raposo e Uriagereka (1996) confirmam. As instâncias do português brasileiro contemporâneo, portanto, que suprimem tal concordância, comportam somente o *se* não-argumental.

d) Passiva sintética, *se* indeterminador e atitude

Scherre (2005, p. 80) considera a passiva sintética como uma estrutura ativa de sujeito indeterminado. A autora lembra que a classificação dos verbos quanto à transitividade é contextual, não isolada. Scherre (2005, p. 109-112) cita autores como Luft (1979), Cegalla (1991) e Bechara (1999) para comprovar que as próprias gramáticas apresentam inovação ao tratar de estruturas antigamente rotuladas como passiva sintética.

Com isso, reiteramos nossa posição a respeito: para fins de percurso histórico, mantemos a distinção entre *se* apassivador (aqui mencionado nos casos de passiva sintética), que ocorre com verbos transitivos diretos, e *se* indeterminador (eventualmente mencionado como *símbolo de indeterminação do sujeito*, ou SIS), que ocorre com verbos transitivos indiretos ou intransitivos. Essa divisão não supõe adesão ao padrão tradicional de análise. Assumimos que, tanto nas construções transitivas como intransitivas, este *se* é

indeterminador, é o sujeito indeterminado da oração.⁵ Manter a divisão permite ver a persistência histórica da construção.

d) O Sintagma Nominal indeterminado na Teoria Gerativa

Em Chomsky (1971 [1965]), encontramos referência ao elemento *dummy*. É apenas um elemento necessário no processo de constituição da sentença, quando os conteúdos léxicos não estão ainda definidos, sendo posteriormente eliminado por uma transformação de apagamento (CHOMSKY, 1971 [1965], p. 136 e seguintes). Não passa de um elemento abstrato de composição, e é esse o ponto de contato entre ele e o SN indeterminado, que às vezes se manifesta por uma forma verbal (*Disseram...*) e às vezes se manifesta por uma ausência (*Isso foi mencionado, sem dizer por quem*).

Em momento posterior, ao apresentar os conceitos fundamentais de *comando* e de *regência*, Chomsky (1999, p. 76), na tradução de Raposo, mostra a *ec* (categoria vazia), que é referida como PRO, um elemento que pode ser controlado por seu antecedente, ou “interpretado arbitrariamente” (p. 77), como em *é comum [ec criticar-se alguém]*.

Também poderia haver indeterminação no elemento que essas teorias designam como *pro*. Epstein (1984, p. 499) defende a idéia de que *pro* é capaz de ser interpretado como um quantificador universal, e em muitas instâncias é esse *pro* quantificador universal que liga PRO arb (EPSTEIN, 1984, p. 503-504).

Como se vê, a noção de indeterminação sempre constituiu uma questão complexa, sobre a qual se debruçaram muitos pesquisadores. Estudos realizados sob a égide de diferentes metodologias, e à luz de diferentes aportes teóricos, focalizam ou tangenciam esse aspecto da linguagem.

⁵ Descontados, é claro, os empregos reflexivos, como *ver-se*, e de constituição do verbo, ex. *queixar-se*.

2.2 ESTUDOS DIACRÔNICOS QUE MENCIONAM INDETERMINAÇÃO

Câmara (1978, p. 229) reporta a presença de um sujeito indeterminado ‘homem’ no português arcaico. Said Ali (2001 [1921], p. 92) afirma que *homem* deixou vestígios até o século XVI. Diz ainda que a indeterminação ocorre com forma reflexiva do verbo, verbo na terceira pessoa do plural sem nomear sujeito algum e verbo na primeira pessoa do plural (ALI, 2001 [1921], p. 92). A primeira pessoa do plural, então, já é apontada por Ali como elemento de indeterminação.

Silveira (1983 [1921], p. 182) e José Joaquim Nunes (1975 [1906]: 266-267) falam dos nomes usados com valor de indefinidos, entre os quais elencam *homem* ou *ome*.

Barreto (1982 [1916], p. 91) cita um exemplo de passiva reflexa, vindo expresso o “complemento de causa eficiente” (isto é, o agente da passiva): “*Era este Catual um dos que estavam / Corrutos pela maometana gente / O principal, por quem se governavam / As cidades do Samorim potente.*” (Estrofe 81 do Canto VIII de *Os Lusíadas*, de Camões). Isso mostra que, em algum momento do uso da passiva sintética, houve possibilidade de se reconhecer um agente.

Teyssier (1997, p. 82-83), como Ali (e como Naro, 1976), também mostra que o emprego do *homem*, com o sentido do *on* francês, desapareceu por volta do século XVI.

A mudança de classe que a palavra *homem* sofreu na época do português arcaico e a mudança que o termo *a gente* sofre nos dias de hoje são estudos que têm inserção na linha da Gramaticalização.

Castilho (1997, p. 26-31) vê a gramaticalização como um trajeto que um item lexical segue rumo à recategorização. Vistas à luz da gramaticalização, certas variantes correntes na língua podem indicar assunção de novas funções. Esse é o caso de *se* em 'tu

se machucou' e '*nós se cansamos*', em que o pronome átono parece perder o traço 'pessoal', passando a assumir um traço 'reflexivo' geral. (V. Castilho, 1997, p.37).

Givón (1979, p. 208-209) fala do caráter cíclico da gramaticalização, do Discurso até Zero, Zero marcando o início de um novo ciclo: um item lexical muda, torna-se gramatical, e vai perdendo substância semântica e fonética, até chegar a zero.

Isso mostra a pertinência de assumirmos padrões discursivos como parte da análise. Poggio (2002, p. 60) já assinalava que, a partir dos anos 1970, a gramaticalização não era vista só como uma reanálise do material léxico para o material gramatical, mas também como reanálise dos moldes do discurso para os moldes gramaticais.

2.3 SINTAXE E DISCURSO: ALGUNS ASPECTOS ESPECÍFICOS DA INDETERMINAÇÃO

a) Elementos pragmáticos no estudo da indeterminação

O uso não-dêitico dos pronomes pessoais é mencionado por Grundy (1999, p. 19), entre outros. O autor (p. 21) assinala que o pronome inglês *you* pode ser dêitico (quando o contexto esclarece a referência) e também não-dêitico (quando a referência é geral, e não em relação a pessoas identificáveis). Quanto aos pronomes de terceira pessoa, Grundy (1999, p. 22) não os considera usualmente dêiticos porque se referem a objetos ou pessoas já mencionados no discurso (antecedentes), sendo, portanto, anafóricos.

O uso não-dêitico dos pronomes pessoais é também mencionado por Menon (1994, p. 136, p. 156-157, p. 199-200, p. 204-205, p. 215-216, p. 232-239, p. 241), com farta exemplificação proveniente dos dados do Projeto NURC, e com a identificação de situações em que isso ocorre: instâncias hipotéticas, em que o falante ilustra ou

exemplifica uma ocorrência, um evento, colocando o pronome pessoal no lugar de uma expressão de indeterminação.

Menuzzi (1999, p. 97 s.) assinala a interpretação arbitrária do pronome *a gente*, e especifica não só seu ambiente sintático (genérico, v. p. 97), como também seu comportamento pronominal, dentro da Teoria da Vinculação. Lopes (2003), Borges (2004) e Zilles (2003, 2005) mencionam também o uso genérico a par do pessoal.

De fato, a primeira pessoa do plural, *nós*, e sua variante usual, *a gente*, podem indicar indeterminação, por ser possível incluir toda a humanidade em *x*, se aceitarmos a idéia (possível em português) de que *nós* (e também *a gente*) equivale a *eu + x*.

A terceira pessoa do plural também indica indeterminação, idéia aceita pela própria tradição gramatical.

As segundas pessoas (do singular e do plural) podem ser despojadas de seu conteúdo dêitico se aceitarmos as ponderações de Grundy (1999, p. 19), e as de Menon (1994), que, aliás, menciona vários trabalhos que adotam a mesma idéia.

A primeira pessoa do singular não está livre de designar imprecisão. Menon (1994, p. 205) menciona a existência de um número importante de ocorrências no *corpus* que analisou (o NURC São Paulo), pelo critério de substituir o pronome *eu* por outras formas. Nos exemplos (p. 205-206), o caráter hipotético do discurso é claro: a primeira pessoa designa um agente impreciso de alguma ação que pertence ao âmbito da conjectura.

A terceira pessoa do singular parece a menos apta a indicar generalidade. Mas a terceira pessoa do singular verbal passa a ser suporte de indeterminação nas frases do tipo “Eu não sei como é que planta milho” – analisadas por Nunes (1995), por Silva (1996) e por Galves (2001) –, sem pronome *se*, presentes em alguns dialetos.

Os pronomes pessoais, portanto, podem ser usados, por vezes, desprovidos de seu conteúdo dêitico específico. É claro que seria interessante verificar se esses pronomes não-dêiticos têm exatamente a mesma interpretação, ou se cada um carrega traços de suas propriedades particulares. Na língua escrita, no entanto, só muito eventualmente aparecerão tais usos, mais próprios da língua falada, da interação face a face. Para os fins deste trabalho, fica a observação de que os pronomes indicadores das pessoas do discurso, sob certas circunstâncias, podem adquirir uma interpretação indeterminada.

A língua também se serve de recursos lexicais para indicar indeterminação: *a gente*, *o cara*, *(o) nego*, verificável também na forma *neguinho*, quase sempre pronunciadas assim, sem a líquida do encontro consonantal. Algumas apresentam mobilidade na frase, podendo ocupar a função de sujeito e de objeto direto, em dados registrados pela observação direta: *O nego se atrapalha todo naquela rótula*, *Tão assaltando nego a toda hora*. É preciso observar, no entanto, que em outras funções que não a de sujeito, a imprecisão advém da ausência de artigo ou de determinante. Comparem-se os seguintes exemplos hipotéticos:

- Você viu a gente no campo? (a gente = nós – definido)
- Você viu gente no campo? (gente = alguma pessoa – indefinido)

É observável a ausência de artigo em outras funções, como na frase *Tem nego trabalhando aí*, e na expressão *Tinha cara matando cachorro a grito*, entreouvida na rodoviária, em Porto Alegre, em abril de 2001. A inclusão de um artigo definido remeteria a uma pessoa já mencionada, e a inclusão de um artigo indefinido individualizaria a pessoa, nos dois exemplos⁶.

⁶ Vale mencionar, no entanto, que, nos dados colhidos pela observação direta, só registrei a expressão *cara* como objeto direto com o verbo *ter* no sentido de *haver*, enquanto *nego* aparece com outros verbos.

A expressão *nego* aparece na função de sujeito sem artigo (e.g. “*nego ainda tem coragem de dizer que vim para substituí-la?*”), enquanto isso não ocorre com *o cara* (e.g. “*o cara não sabe que roupa vestir, com um tempo desses*”). É possível que isso se deva a um fator de origem fonológica, que é o de um esmorecimento de intensidade na pronúncia das vogais, em posição inicial (que, em palavras isoladas e em leitura poética, configura o fenômeno chamado aférese). Só que ocorreria o mesmo com *cara*. Pode ser que a frequência de uso maior cause a elisão do artigo. O mesmo ocorre com a expressão *a gente*, indicando primeira pessoa do plural: freqüentemente, na fala, só se ouve a forma *gente*, ou, como bem assinalou Zilles (2003, p. 305), também se ouve a forma *ent*, de grande incidência de casos, além de outras formas foneticamente modificadas. Poder-se-ia inferir, a partir disso, que (*o*) *nego* está em processo de gramaticalização mais adiantado que *o cara*, pois apresenta erosão fonética mais acentuada.

b) A indeterminação: um estudo sociolingüístico

Menon (1994) analisa a indeterminação do sujeito no português falado do Brasil (por pessoas com alto nível de escolaridade) a partir de uma perspectiva sociolingüística, de orientação variacionista. A autora aprofunda os dados para sua pesquisa do Projeto NURC (Norma Urbana Culta, restrita aos dados de São Paulo).

A autora (MENON, 1994, p. 130-131) distingue *indeterminação* de *indefinição*, deixando para a primeira

“o caso em que não se pode ou não se quer nomear o sujeito, na acepção de ‘referente extralingüístico’. No entanto, o referente é conhecido pelo locutor (e em alguns casos também pelo interlocutor, o que torna possível a compreensão mútua) e se ele quisesse e se isso fosse conveniente ou interessante para ele, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo.”

Para a segunda, Menon (1994, p. 131) prevê a situação de se tomar um dos elementos de um conjunto, numa operação de extração:

“Um sujeito (ou referente) indefinido seria então *um* entre muitos, *um representante* de uma classe de indivíduos, tendo todos características semelhantes.” (Grifo da autora)

Assim, diz a autora (Menon, 1994, p, 131), um sujeito indeterminado não poderia constituir um representante de um conjunto, visto que é uma entidade perfeitamente identificável e identificada pelo falante. A autora acrescenta:

“O indeterminado é uma pessoa com características próprias, não compartilhadas por outros. Na imagem que se faz quando se emprega um *sujeito indeterminado*, o ser é concreto, por assim dizer. Nós sabemos exatamente de quem falamos. Ele não é absolutamente um entre seus semelhantes, uma vez que é localizável no espaço e no tempo” (Menon, 1994, p. 131).

Por esse motivo, por ser o indeterminado identificável em dadas situações, a autora o compara aos dêiticos (p. 131) e aponta a possibilidade de incluí-los no subsistema dos pronomes pessoais de natureza dêitica.

Há um ponto que suscita questionamento: o falante (e o interlocutor) sabem a quem se referem quando se usa o sujeito indeterminado. Isso seria evidente em orações do tipo “Mandei fazer uma cópia da certidão” (quem faz é o pessoal do cartório) ou “Os animais do Grupo A foram alimentados com cereais X” (o pesquisador ou seus assistentes alimentaram os animais), e até mesmo em “Ouvi falar que eles vão se separar” (posso fazer um esforço de memória e nomear os que falaram). Mas o conceito não é válido para orações como “Quebraram a vidraça” ou “Meu celular foi clonado” ou “O carro dele foi levado e abandonado sem os pneus”. Embora nas duas últimas se possa dizer que os sujeitos têm como referentes bandidos ou membros de quadrilhas, e tanto o falante como o ouvinte identificam isso, a questão se confundiria facilmente com o conceito de indefinição colocado por Menon (1994, p. 131), pois se poderia dizer “umas pessoas de uma quadrilha de São Paulo clonaram meu celular”, ou “uns bandidos levaram o carro dele e abandonaram sem os pneus”, com a mesma informação transmitida.

A autora pondera também (MENON, 1994, p. 132-134) que há expressões nominais “marcadas, servindo para indeterminar o sujeito e significando outra coisa” (p. 133). Nessas expressões nominais, o artigo definido perde seu valor original e fica indissolúvelmente ligado ao substantivo, diz a autora (p. 133). Ou seja, está em processo de gramaticalização. Menon (1994, p. 133) admite que tais expressões encontram seu lugar no sistema de referência do português brasileiro: *indivíduo, pessoa, sujeito, cara, camarada, cidadão, nego, fulano, tipo, elemento*, e coletivos como *gente, pessoal, turma*.

Menon (1994) parte do pressuposto de que o sujeito indeterminado teria, por conseguinte, mais relação com a referência (p. 135) e propõe que ele seja visto como uma indeterminação a respeito do referente. O sujeito sintático usado para exprimir esse referente indeterminado será realizado por diferentes meios lingüísticos. A autora (Menon, 1994, p. 135) isola doze possibilidades de indeterminação do sujeito: *a gente, eles, eu*, formas nominais, *nós, se, você, vocês*, passiva sem agente, passiva sintética, verbo na terceira pessoa do plural, verbo na terceira pessoa do singular. (Na minha análise, *a gente, eles, eu, nós, você e vocês* fazem parte da rubrica “pronomes pessoais destituídos de valor dêitico”; e aparece a mais a forma com verbo no infinitivo). Após análise de cada um deles com exemplificação dos dados do NURC, Menon analisa seus resultados levando em conta critérios sociolingüísticos, tais como sexo (p. 292, em que se verifica que os homens usam mais a forma *eu* e menos a forma *vocês*), idade (p. 294-300, em que se pode verificar a presença de formas ‘envelhecidas’ – verbo na terceira pessoa do plural, *nós*, passiva sintética - e formas inovadoras – *eu, eles, você*), e também estilo (tipo de entrevista).

Em suas conclusões, a autora fala da importância de utilizar critérios sociolingüísticos e da necessária continuidade da pesquisa em relação ao Projeto NURC,

dado que sua investigação se deu em relação aos falantes paulistanos, e as outras regiões do Brasil devem ser ainda estudadas. O estudo exaustivo que a autora efetuou a respeito do sujeito indeterminado em diversos momentos da história gramatical da língua⁷ e o acurado desenvolvimento analítico que realizou, em relação aos exemplos do *corpus* do NURC-SP, tornam seu trabalho um dos mais compreensivos e importantes dentro do tema em estudo, especialmente na perspectiva sociolingüística.

2.4 DOIS INDETERMINADORES

2.4.1 O *se* como indeterminador

a) Na origem, reflexivo

Naro (1976) parte do princípio de que o *se* português é inicialmente reflexivo, indicando um referente já presente na sentença (NARO, 1976, p. 779).

Quanto ao *se* impessoal, Naro (1976, p. 781) diz que essa construção só acontece com verbos que possam ter um sujeito humano. O autor demonstra ainda (p. 782) que há incompatibilidade entre esse *se* e *alguém* (visto que *alguém* não aceita o lugar de um sujeito plural, e *se* aceita); e que nem sempre pode ocorrer substituição de *se* por *a gente*, e.g. **A gente ordenou que eu saísse* e *Ordenou-se que eu saísse* (NARO, 1976, p. 783), pois o falante não pode fazer parte de um grupo que dá ordens a ele mesmo.

Naro faz ver também que a passiva analítica pode ocorrer com *se* impessoal, e.g. *É-se tentado pelo diabo* (NARO, 1976, p. 784), o que acarretaria, na ativa correspondente, um *se* na posição de objeto (cf. p. 785). Mas não pode haver **O diabo tenta se*. Isso tornaria a transformação passiva (usando a terminologia da época) obrigatória em frases

⁷ Em diversas instâncias, no decorrer deste trabalho, fazemos menção ao estudo de |Menon.

desse tipo. Ou seja, conforme Naro, o *se* só ocorre como nominativo (a não ser que haja um nominativo antecedente, e.g. *Não se deve falar tanto de si mesmo* (p. 785).

Para Naro (1976, p. 798), a construção sem concordância surgiu em meados do século XV e XVI. O uso de *se* com verbos intransitivos parece ser do mesmo período.

Demonstrando que as duas passivas não são sinônimas, e.g. *A mesma mulher não é amada duas vezes, Não se ama duas vezes a mesma mulher*, Naro (1976, p. 801) conclui que a forma inovadora com *se* impessoal não tem ligação com Agentização. Construiu-se um sentido indeterminado para o *se*, evidenciado pela falta de concordância (p. 804).

Naro (1976, p. 803) diz ainda que a forma arcaica *homem*, indicando indeterminação, desapareceu da língua mais ou menos quando o *se* impessoal apareceu.

Portanto, do *se* reflexivo surgiu o *se* indeterminador, inicialmente como apassivador (não necessariamente ligado à passiva analítica), e seu caráter indefinidor levou-o a ter seu uso estendido para outros verbos. E surgiu quando *homem* desapareceu.

b) Passiva analítica e construção com *se* nem sempre são equivalentes

Ikeda (1980, p. 113) examina o *se* em português e mostra que nem sempre há equivalência entre a passiva analítica e a construção com *se*, e. g. *Aluga-se este apartamento. Este apartamento é alugado*. Observa-se acordo com Naro.

Ikeda (1980, p. 114) depreende a obrigatoriedade do traço humano para o uso do *se*, seja o sujeito agente ou paciente (e.g. *Falava-se baixo, Vive-se bem aqui*). Aqui também, Ikeda concorda com Naro. Como recursos para indeterminar o sujeito, Ikeda (1980, p. 115-117) cita infinitivo, nominalização, *você, alguém, a gente* e terceira pessoa do plural (e do singular, no caso de *Diz...*).

Ikeda (1980, p. 118-119) assinala que a indeterminação com *se* é diferente das demais porque pode incluir qualquer pessoa (cf. p. 120), enquanto *alguém* engloba só a

terceira, *você* só a segunda, *a gente* engloba a primeira pessoa. Seus exemplos (p. 120) mostram que em *Devagar se vai ao longe* estão incluídas as três pessoas do discurso, enquanto em *Eu soube que se ouviu o discurso* está excluída a primeira pessoa, em *Ouviu-se o discurso enquanto você dormia* está excluída a segunda, etc. Então, *se* pode não só englobar todas as pessoas, como também apontar para algumas delas.

Ikeda afirma também que o *se* indetermina apenas o sujeito, enquanto os demais indeterminam também o objeto (e.g. *Ele viu alguém*).

O trabalho de Ikeda (1980) apresenta algumas conclusões interessantes. Sua constatação do caráter mais ‘abstrato’ de indeterminação do *se* e a verificação de que ele só ocorre como sujeito são, sem nenhuma dúvida, duas verificações muito válidas.

c) Diacronia e sincronia das construções com *se*

Nunes (1991, p. 33-35) analisa o percurso diacrônico das construções com *se* apassivador e com *se* indeterminador, no português brasileiro. Postula que as construções com *se* indeterminador (*Aluga-se casas*) são inovadoras. Para Nunes (p. 37), o surgimento de *se* indeterminador foi provocado por reanálise: o argumento externo do verbo passa a interno, ou o clítico absorve o papel temático do argumento, ou a categoria vazia da posição de sujeito recorre à indeterminação de *se*. Qual das hipóteses configura reanálise é irrelevante para o autor, que as considera diferentes visões do mesmo fenômeno.

O autor (NUNES, 1991) faz criteriosa classificação de textos, alinhando-os em ordem crescente, por século, para chegar à conclusão de que o português brasileiro dá preferência à concordância com *se* indeterminador, em detrimento da concordância com *se* apassivador. Isso depois de observar, citando Naro (1976, p. 788), que o *se* apassivador precede o indeterminador em séculos, na história do português. O *se* indeterminador aparece no século XVI, e se baseia na construção clássica com *se* apassivador.

O autor observa ainda o desaparecimento do clítico em frases finitas (*Hoje em dia não usa mais saia*) e sua inserção em frases infinitas, para evitar ambigüidade (e.g. *O João é difícil de pagar*: não se sabe se é difícil pagar ao João, ou se João é renitente no pagamento de suas contas, ambigüidade desfeita com a inserção: *difícil de se pagar*).

O autor conclui que o português brasileiro, por preferir a construção com *se* indeterminador, distancia-se do europeu, o que, segundo o autor (p. 47), teve início no século XIX. Não há menção a diferenciações dialetais dentro do português do Brasil.

Nunes dá respaldo a sua investigação diacrônica através de uma pesquisa em uma revista de ampla tiragem (*Veja*). O expressivo emprego de formas sem concordância, em desacordo com o padrão seguido pelo discurso jornalístico, constitui, para Nunes (1991, p. 52), um sinal de que as formas inovadoras auferem prestígio na comunidade.

d) *Se* indeterminador e verbos inacusativos

Os verbos inergativos, como *chorar*, *rir*, *saltar*, denotam atividades ou processos que dependem de agente. Com eles ocorre *se* indeterminador: *Chora-se de tristeza*.

Os verbos inacusativos, que denotam estados ou eventos que não dependem de um agente, tais como *existir*, *aparecer*, *chegar*, *crescer*, *parecer* e outros, comportam um argumento que ‘recebe’ a ação, isto é, um paciente ou tema. Com eles não ocorre *se* indeterminador. Ex.: **Existe-se*. **Aparece-se*.

Nascimento (2002) realiza profunda análise sobre os inacusativos, separando-os em classes e tipos, e chegando a interessantes conclusões sobre eles.

Segundo Nascimento (2002, p. 71), nem todo tipo de construção licencia *pro* arbitrário antes do verbo: quando este *pro* “figura antes de verbos inacusativos, a leitura arbitrária é proibida”. O exemplo dado pela autora é “*Chegaram na minha casa”.

Os verbos de estado aceitam indeterminação com *se*, e.g. *Hoje se está aqui, amanhã não se está mais, Hoje se está contente, amanhã se está triste*. Também alguns verbos de processo: *Se nasce, se cresce, se morre*. Assim, o critério da inacusatividade interfere apenas numa das formas de indeterminação, a terceira pessoa do plural.

e) O *se* na fronteira entre sintaxe e discurso

Examinando o clítico *se* como apassivador e como indeterminador, Indursky (1994, p. 243-251) estende sua análise para os níveis textual e discursivo. A autora submete a uma criteriosa análise alguns excertos de textos jornalísticos (INDURSKY, 1994, p. 246-249) e pondera sobre os diferentes efeitos de sentido que podem ser extraídos de uma interpretação do *se* como agente indeterminado.

Indursky (1994, p. 249) conclui que o *se* institui uma fronteira entre Sintaxe e Discurso, ou entre o sistema e seu uso. Conclui também que a interpretação indeterminadora do *se* é que “conduz o exame para verificar se o agente está implícito no texto (...) ou se dele está elidido” (INDURSKY, 1994, p. 250). Caso esteja elidido, há indeterminação: “Para tentar preenchê-la, devemos recorrer ao contexto, pois o contexto não é suficiente” (INDURSKY, 1994, p. 250).

O artigo de Indursky (1994) propõe uma interpretação para o indeterminado. Conforme veremos em alguns momentos deste trabalho, é possível construir, com base no texto, uma área ou uma subárea de agentividade para algumas das ações, ou dos estados, ou dos processos, em que se delinea a indeterminação.

f) Os usos de *se* com orações finitas e infinitas

Galves (2001[1987], p. 46) observa que o *se* tem tendência de ser apagado nas frases com tempo, no português do Brasil, e “reaparece maciçamente – distanciando-se nisso do uso no português europeu – nas infinitivas, para expressar a indeterminação”.

A autora apresenta um quadro (GALVES, 2001 [1987], p. 46) comparativo entre as formas de português, em que constam os seguintes exemplos do português brasileiro⁸: *Nos nossos dias, não usa mais saia* (Indeterminado). *Esta camisa lava facilmente* (Médio). *Joana não matriculou ainda* (Pronominal). *Maria fez a lista dos convidados mas esqueceu de incluir ela (=se)* (Reflexivo). Por outro lado, aparecem *É impossível se achar lugar aqui* (Indeterminação nas infinitivas) e *O João é difícil de se convencer*, dois casos em que o português europeu não usaria *se*.

Em outro trabalho, a autora (GALVES, 2001, p. 127) verifica que o *se* é o mais frequente dos clíticos, tanto no português europeu quanto no brasileiro, com distribuição diferente. No *corpus* brasileiro, dois terços do *se* ocorrem com verbos pronominais, sendo a segunda função a da indeterminação. Mas Galves (2001, p. 128) observa também que o clítico “talvez seja o que é mais instável na língua”, dada a tendência de apagamento.

2.4.2 O percurso histórico de *a gente*

a) Diferenças discursivas

Omena (1996) analisa o uso de *a gente* e *nós* na perspectiva sociolinguística de variável. A autora (OMENA, 1996, p. 190) pondera que o que deu origem ao uso de *a gente*, substituindo *nós*, foi talvez “a necessidade de, na primeira pessoa do discurso no plural, contrapor uma referência precisa a uma imprecisa”. Uma primeira pessoa do plural mais imprecisa, num universo mais amplo; ou a pessoa que fala projetando-se num universo indeterminado: parece ser assim que *a gente*, indefinido, passou a significar *nós*.

Omena (1996, p. 191-192) observa o uso crescente de *a gente* entre os mais jovens, assinalando mudança em progresso. Verifica também distribuição complementar

⁸ Em alguns exemplos, parece haver fenômenos de determinadas áreas do Brasil, não especificadas.

entre *nós* e *a gente* quanto a tipos de discurso: na narrativa, predomina a forma *nós*; já em comentários, opiniões, descrições, em que há referência a estados e ações habituais, predomina *a gente* (cf. Omena, 1996, p. 205).

Em sua conclusão, Omena (1996, p. 211) assume que, intervindo a forma indefinida *a gente* no sistema, teve início uma mudança lingüística “que, ao que tudo indica, encontra-se em processo de desenvolvimento”.

b) ‘A gente’ sob a perspectiva diacrônica, em tempo real de longa duração

A análise de Lopes (2003)⁹ verifica a inserção de *a gente* no quadro pronominal do português, numa mudança em tempo real (do português arcaico ao contemporâneo).

O substantivo *gente*, lembra Lopes (2003, p. 11), provém da forma latina *gens*, *gentis*: ‘raça’, ‘família’, ‘tribo’. Lopes (2003, p. 13) menciona o caráter “genérico e globalizante” que a expressão herdou do substantivo *gente*, mas não se ignorem seus outros usos: como sinônimo de *pessoas* (‘conheço bastante gente’), como variante de *nós* – mais específico, segundo a autora – (‘a gente lá em casa não ouvia nada’), e como sujeito indeterminado ou *nós*, mais genérico (‘a gente espera que os alunos sejam mais maduros’). Os dois últimos nem sempre tiveram distinção fácil. Um dos recursos para distingui-los, como assinala Menuzzi (1999, p. 97-108), é a anáfora: e.g. *a gente não pode confiar demais em nós mesmos; a gente não pode confiar demais em si*.

A autora ressalta o paralelo entre a pronominalização interrompida de *homem*, do português arcaico, que deixou de ser utilizada no século XVI (cf. p. 65), e a gramaticalização de *a gente*. Ou seja, houve concorrência das duas formas.

Há alteração dos traços formais e semânticos de *a gente*. Verificam-se várias possibilidades de concordância com adjetivos no predicativo, no decorrer dos tempos

(LOPES, 2003, p. 75-81), fato, aliás, também observado por Menuzzi (1999, p. 97-100), ao mencionar as diferenças entre o uso contemporâneo de *a gente* como pronome genérico e como primeira pessoa do plural. A expressão *a gente* se pronominaliza à medida que vai sendo empregada com valor dêitico (LOPES, 2003, p. 109).

A autora verifica a questão do tempo e a do espaço. No tempo, verifica-se que o processo de gramaticalização consolida-se no século XX (LOPES, 2003, p. 110-120). No espaço, vê-se que a pronominalização do substantivo parece verificar-se com mais intensidade nos lugares para onde o português foi transplantado: 69% de frequência de uso no Brasil, 59% em Moçambique, apenas 18% em Portugal (cf. LOPES, 2003, p. 121).

c) Propriedades e interpretações

Menuzzi (1999, p. 97) lembra que a expressão *a gente* também pode ter uma interpretação arbitrária, análoga à do uso genérico do pronome inglês *one*. As duas interpretações se distinguem, diz o autor, porque a arbitrária exige ambiente genérico, como em e.g. *A gente sempre vê fantasmas atrás da gente*, enquanto as sentenças que se referem a acontecimentos específicos têm interpretação de primeira pessoa do plural, e.g. *A gente viu uma cobra atrás da gente* (MENUZZI, 1999, p. 97-98).

Entre as propriedades de *a gente*, Menuzzi (1999, p. 98) cita uma que é comum aos demais pronomes, ou seja, a expressão não pode ser alterada por nenhuma operação composicional, tal como modificação adjetiva. Outra característica é que o pronome *a gente* parece tomar gênero de acordo com a situação de fala (p. 99), ou gênero masculino na sua interpretação arbitrária (MENUZZI, 1999, p. 100). O autor faz ver também (p. 100) que a expressão *a gente*, como os pronomes, pode remeter a si mesma, e.g. os dois exemplos que constam do parágrafo acima deste trabalho.

⁹ Este artigo de Lopes retoma sua tese de Doutorado, defendida em 1999.

Menuzzi (1999, p. 101) arrola as seguintes propriedades pronominais de *a gente* no português brasileiro: interpretação pronominal (tanto a arbitrária quanto a de primeira pessoa do plural); ausência de significado composicional (o significado lexical de *gente* não transparece); sintaxe interna pronominal (não há possibilidade de modificação); gênero determinado por interpretação (não por especificação lexical); comportamento pronominal de ligação.

Quanto às propriedades de vinculação do pronome, Menuzzi (1999, p. 101-102) assinala que *a gente*, tanto na sua interpretação arbitrária quanto na de primeira pessoa, pode estabelecer dependências anafóricas com outras expressões que tenham essas interpretações, e.g. *Nós achamos que Paulo viu a gente na TV; A gente acha que Paulo já nos viu na TV; Sempre se imagina que a gente pode escapar do perigo; A gente sempre imagina que se pode escapar do perigo*. O autor efetua uma criteriosa análise da distribuição do pronome *a gente* de primeira pessoa, assinalando suas possibilidades de vinculação e de concordância (MENUZZI, 1999, p. 101-106). Esse e outros exemplos do português brasileiro levam o autor a importantes conclusões sobre a anáfora pronominal e a Teoria da Vinculação, e sobre *a gente*.

d) Uma avaliação sociolingüística

Borges (2004) investiga a gramaticalização de *a gente* no português brasileiro, nas comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. O autor analisou falas de personagens teatrais (ao longo de um século) e de pessoas das duas comunidades, e concluiu que o uso de *a gente*, nas peças teatrais, teve sensível crescimento a partir da década de 1960, sendo o seu uso mais significativo em personagens femininos, em personagens jovens e em personagens de classe baixa. Entre as conclusões a que chega o autor, encontra-se a verificação de uma crescente redução do material fônico, em contextos de fala rápida,

restrita ao centro urbano maior (Pelotas), e a verificação de que na posição de sujeito *a gente* ocorre mais que *nós*. Além disso, a propagação de *a gente* ocorre dos grandes centros para os menores. Borges (2004) conclui que o emprego de *a gente* em lugar de *nós*, no *corpus* analisado, configura um caso de gramaticalização em curso.

Entre as muitas observações presentes no trabalho de Borges (2004, p. 36), encontra-se a de que o significado indeterminado de *a gente* continua presente na língua, com características genéricas, em “frases em que a referência inclui todas as pessoas do discurso”. Também pode ser vista como substitutiva da primeira pessoa do singular, em alguns contextos (cf. Borges, 2004, p. 36), além de ser, é claro, designativa da primeira pessoa do plural. Assim, em sua trajetória, temos o substantivo genérico *gente* passando a um significado indeterminado *a gente* e daí a pronome pessoal (cf. Borges, 2004, p. 36).

A partir do trabalho de Lopes (2003), Borges (2004, p. 42) pondera que a expressão *a gente* estaria desprovida do traço plural de numerosidade por referir-se à classe como um todo, e por outro lado estaria identificado com essa mesma noção de numerosidade ao representar qualquer membro da classe, um membro da classe.

Borges (2004, p. 62) verifica em seus dados (peças teatrais de autores gaúchos, de 1896 a 1995) que, até a década de 1930, com exceção do texto de Simões Lopes Neto, “o uso de *a gente* é categórico com referência genérica (...). Somente a partir da década de 1940 é que a forma *a gente* começa a ser realmente utilizada com referência específica”. E mais: da década de 1950 à década de 1970, o uso de *a gente* estava mais ligado ao plural exclusivo (*eu + não-pessoa*), e a partir de 1980 aparece mais ligada ao plural inclusivo (*eu + pessoa*) (BORGES, 2004, p. 62). Para o autor, “esse fato demonstra que a pessoalização de *a gente* faz parte de um processo de gramaticalização, resultante de várias mudanças afins e que ocorrem ao mesmo tempo” (BORGES, 2004, p. 63).

O autor efetua (BORGES, 2004, p. 64-81) uma criteriosa revisão dos estudos realizados sobre o uso de *a gente* no português do Brasil, na fala culta e na fala popular, e expõe resultados sobre a distribuição social do uso de *nós* e *a gente* em Jaguarão e Pelotas, contemplando e relacionando, em sua análise, variáveis lingüísticas e sociais, interações e cruzamentos entre elas e estudo de *a gente* com referência específica.

Entre suas conclusões, o autor salienta o seguinte:

“Os resultados obtidos indicam que a gramaticalização de *a gente* decorre de vários processos de mudança paralelos e inter-relacionados - mudança semântica, sintática, morfológica, fonológica – motivados também por fatores sociais. Portanto, não apenas em função da língua e da estrutura lingüística, mas também da força da estrutura social” (BORGES, 2004, p. 190).

Outra de suas conclusões é que os resultados da análise da fala de sujeitos de Jaguarão e Pelotas mostram que o percentual de *a gente* é superior ao de *nós* nas duas cidades. Em Pelotas, centro urbano mais importante, a gramaticalização de *a gente* está mais adiantada (cf. p. 191), e lá a mudança ocorre “de cima para baixo”, enquanto em Jaguarão ocorre o inverso (cf. p. 193). Verificando que em uma das comunidades a forma inovadora parece auferir prestígio social, e na outra não, o autor finaliza dizendo que o processo de gramaticalização de *a gente* decorre da atuação de várias regras variáveis, bem como de forças sociais inerentes ao emprego da língua (v. BORGES, 2004, p. 197).

e) A inserção pronominal de *a gente*

Zilles (2005) não só afirma que *a gente* sofre processo de gramaticalização e adquire características de pronome pessoal, como também assinala a correlação desse processo com outras mudanças de ordem morfossintática que ocorrem no português brasileiro.

Considerando a gramaticalização um processo que envolve várias mudanças interrelacionadas e que é unidirecional, Zilles (2005, p. 21) nos leva a imaginar um

caminho ou um *continuum*, ao longo do qual haveria uma progressão que vai desde o item lexical, seguindo para uma palavra gramatical, para um clítico, para um afixo flexional, para zero ou perda, havendo portanto uma linha imaginária, com um elemento lexical pleno em uma das extremidades e um elemento gramatical reduzido na outra. A unidirecionalidade do processo diz respeito à sua irreversibilidade.

Para evitar o caráter mecânico que a noção de gramaticalização pode assumir, Zilles propõe (p. 23) que ela seja considerada um conjunto de mudanças interrelacionadas, com direção possível, mas não compulsória. Depois que algumas mudanças ocorrerem, pode levar muito tempo até que as mudanças seguintes ocorram. Longe de ser um mecanismo que se auto-regula, a linguagem, diz a autora, é o resultado de práticas sociais desenvolvidas por indivíduos, socialmente organizados, em interação (ZILLES, 2005, p. 23). São esses indivíduos e esses grupos sociais que mudam a língua.

Estabelecendo um paralelo com *você(s)*, a autora analisa o percurso histórico e as origens populares de *a gente*, reconhecendo o caráter nacional do uso, que não é restrito à Região Sul. Para sustentar suas conclusões, Zilles se vale de uma análise em tempo real, em que os mesmos falantes são entrevistados com intervalo de vinte anos, o que permite interessantes comparações.

Além de todo o interesse que o trabalho suscita, um dos aspectos focalizados por Zilles (2005, p. 25) traz para este trabalho um importante esclarecimento. Trata-se da afirmação de que as línguas tendem a tomar palavras genéricas como fontes geradoras de pronomes pessoais. “Palavras como *homem, gente, pessoa*, provavelmente por motivos semânticos, são bons candidatos à gramaticalização como pronomes indefinidos” (ZILLES, 2005, p. 25). Isso nos permite compreender o uso do que denominaremos itens lexicais genéricos, empregados em todas as épocas históricas que investigamos neste trabalho.

Zilles (2007, p. 30) retoma a questão, e analisa o conjunto de mudanças que ocorrem com *a gente* a partir de mecanismos de gramaticalização. Especificamente quanto à dessemantização, “o substantivo *gente* mantém o traço de povo, porém perde o de pessoa” (ZILLES, 2007, p. 30). Assim, após ter estabelecido seu uso como pronome indefinido, expressão indeterminada com sentido genérico, conforme Lopes (2003), *a gente* assume uma mudança semântica e passa a expressar outra pessoa do discurso: *eu e tu, eu e outras pessoas*, conforme mostra Zilles (2007, p. 31), citando Borges (2004).

Quanto ao uso em novos contextos, Zilles (2007, p. 31) registra que, quantitativamente, o uso de *a gente* na posição de sujeito aumentou significativamente dos anos 1970 para 1990, e qualitativamente “expande-se para novos contextos, onde antes não era possível” (ZILLES, 2007, p. 31): seu uso passa a contextos de referência específica e, além disso, *a gente* passa a ocorrer como pronome anafórico dentro da oração.

Quanto à perda de características morfossintáticas, percebe-se a fixação da seqüência *a gente*, com restrições combinatórias e de flexão (cf. ZILLES, 2007, p. 31-32).

Zilles (2007, p. 32) observa ainda que a perda de substância fonética está relacionada à posição de sujeito, o que reforça a idéia de que “a gramaticalização é uma mudança altamente encaixada no sistema lingüístico” (ZILLES, 2007, p. 32).

A análise dos resultados quantitativos efetuada, com dados do NURC e do VARSUL, em Porto Alegre, evidencia que a mudança é liderada por mulheres e por falantes mais jovens (ZILLES, 2007, p. 33) e, além disso, permite à autora concluir que o uso de *a gente*, na fala, não é estigmatizado (ZILLES, 2007, p. 34), pois a maioria dos falantes das amostras tem instrução universitária. Vê-se também o acelerado crescimento do uso de *a gente* em relação a *nós* (p. 34), e seu emprego também em comunidades bilíngües do

interior do Rio Grande do Sul, embora nestas a mudança pareça mais lenta. “Mesmo assim, a tendência em todas elas é na direção de maior uso da forma inovadora” (ZILLES, 2007, p. 36). A regularidade da gramaticalização aparece também no quadro nacional, e a autora menciona estudos feitos que “revelam o caráter crescente do uso da forma inovadora na fala de todo o país” (ZILLES, 2007, p. 38).

Quanto ao prestígio social (ou não) da forma, Zilles (2007, p. 38) pondera que um procedimento possível é o de verificar sua utilização na língua escrita. A autora verifica exemplos literários e da linguagem publicitária, mas menciona citações que verificam ausência da forma em discursos mais formais (ZILLES, 2007, p. 40-42). Os dicionários registram a forma, mas, no caso dos dicionários brasileiros, não há avaliação social de seu emprego escrito (ZILLES, 2007, p. 42).

Com base nisso, a autora (ZILLES, 2007, p. 43) conclui que os caminhos da mudança de *a gente*, bastante estudados quanto à língua falada, permanecem pouco explorados na escrita, a partir de uma perspectiva sociolingüística, e sugere que um estudo desse teor leve em conta a relação entre uso das formas inovadoras e gêneros textuais.

2.5 DA FUNÇÃO PARA A FORMA

2.5.1 UMA PERSPECTIVA FUNCIONAL PARA A INDETERMINAÇÃO

Givón assume (1984, p. 33) que a relação entre estrutura e função, na sintaxe, não é arbitrária, ou seja, determinada construção serve a determinada função discursiva.

Embora abstrata, a estrutura sintática apresenta pontos de identificação bem concretos, como a ordem das palavras, a flexão morfológica, o contorno intonacional, e um componente abstrato, mas sempre presente, o das restrições (GIVÓN, 1984, p. 36).

É interessante a menção que o autor faz à indeterminação, a seguir transcrita:

“Finalmente, eventos transitivos prototípicos podem ser construídos – mudando o ponto de vista – como intransitivos, diminuindo ou removendo a importância ou identidade específica do agente. Construções passivas e impessoais são os meios pelos quais a maior parte das línguas codifica tais pontos de vista modificados, como em:

- a. (Eles) Viram ele bêbado na praia.¹⁰
 - b. Alguém quebrou a janela.
 - c. A janela quebrou.
 - d. A janela foi quebrada (por João).
 - e. Fala-se espanhol.
 - f. Ele foi assassinado na noite passada.”
- (GIVÓN, 1984, p. 21-22)

É esse o ponto de contato entre o tema deste trabalho e o pensamento de Givón. O autor reforça a idéia de que, por vários meios, as línguas tendem a codificar tais expressões como próximas do protótipo intransitivo, e elas freqüentemente transmitem estados resultantes, e não eventos (GIVÓN, 1984, p. 22).

Givón (1984, p. 87-88) apresenta os três papéis (*case roles*) mais importantes como uma relação hierárquica: “agente > dativo > paciente”, ou “ser iniciador deliberado > ser consciente > ser” (p. 89). Essa classificação permitiria pensar em restringir nosso estudo da frase nominal indeterminada ao papel de agente, seja qual for a posição sintática ou função semântico-discursiva que ele apresenta (sujeito, agente da passiva), mas o tema também pode ser indeterminado (por exemplo, “*os ladrões foram vistos*” – o agente da passiva é indeterminado, e é tema¹¹ (Cf. GIVÓN, 1984, p. 21).

A agentividade, diz Givón (1984, p. 107) é dimensionada de modo semelhante em todas as línguas, como uma combinação de propriedades, e não como um traço discreto.

O protótipo do agente, na perspectiva de Givón (1984, p. 107-108), é humano, causador direto, causador deliberado, controlador e óbvio. A diversidade cultural pode ocasionar diferentes cortes em pontos dessa escala.

¹⁰ Escolhi propositalmente a forma coloquial em detrimento da construção padrão *Viram-no*.

¹¹ Lembre-se que, para Givón, verbos como *ver, saber, ouvir, temer*, sendo não-volitivos, marcam eventos mentais, internos, que não envolvem nem decisão nem ação, da parte do sujeito, cf. p. 21.

Givón (1984, p. 390) observa, aliás, a presença de graus de referencialidade (o homem, um homem, etc.) e conclui, mais uma vez, que a referência envolve o universo do discurso, e falante e ouvinte negociam os limites desse universo.

Givón (1984, P. 407) preconiza, com base nisso, uma codificação morfossintática de definição e referencialidade, numa gradação sem limites precisos de um subsistema a outro, como segue:

DEFINIDO > REFERENCIAL-INDEFINIDO > NÃO-REFERENCIAL > GENÉRICO

O autor (GIVÓN, 1984, p. 431) demonstra que há um continuum gradual que vai da não-referencialidade à referencialidade e desta à definição. Ao longo desse continuum, as línguas tendem a marcar as categorias mais salientes ou mais úteis pragmaticamente.

Com essa visão geral e fragmentada da teoria de Givón, queremos destacar pontos que vão amparar nossa análise: os genéricos e o *continuum* da referencialidade.

Antes de dar continuidade à investigação, contudo, devemos aprofundar a noção de agentividade e, e para isso convém verificar o estudo de Yamamoto (2006).

2.3.2 AGENTIVIDADE E IMPESSOALIDADE

Yamamoto (2006, p. 1) questiona a concepção tradicional de agentividade ('agency'), vista como um ato humano e intencional: intencionalidade também pode ser característica de certos atos dos animais (e.g. um gato pegando um rato).

Comparando construções inglesas e japonesas, o autor (p. 4) mostra como as duas línguas marcam de modo diferente o agente humano. A expressão ou supressão do agente reflete um "estilo mental" (*mind style*) compartilhado pelos falantes de uma língua, tal estilo refletindo preocupações, preconceitos, perspectivas e valores (cf. Yamamoto, 2006, p. 5), o que traz de volta, inevitavelmente, a questão da relatividade lingüística. Hoje

reinterpretada, a antiga hipótese deixa entrever não uma estrutura que determine o pensamento do falante, mas diferentes conotações de ordem semântica, pragmática e sócio-cultural que acabam determinando, em duas línguas, duas construções sintáticas (cf. YAMAMOTO, 2006, p. 5-6). Há, portanto, uma relatividade cultural, que identificamos ocorra nos termos de Duranti (1997, p. 54).

A agentividade, ligada aos elementos que lhe dão suporte psicológico (intencionalidade, consciência da ação, controle, causalidade e responsabilidade), está intrinsecamente ligada ao caráter animado do agente, tal caráter situando o agente (se este for humano) num mundo em que ele tem consciência de suas ações, porque possui mecanismos cognitivos e atitudes epistêmicas que lhe permitem construir uma interpretação do universo cultural (e físico) de que faz parte (Cf. p. 23).

“A articulação da agentividade ressalta a responsabilidade do agente; por outro lado, a supressão da agentividade, em certa medida, resulta em reduzir a responsabilidade do (potencial) agente.” (YAMAMOTO, 2006, p. 24)

Isto é, há possibilidade de um falante, de acordo com seu estilo mental ou visão de mundo, mitigar ou maximizar responsabilidades. A agentividade pode ser suprimida por meio de recursos gramaticais, escolhidos em meio a inúmeras possibilidades estilísticas.

A animicidade em si está ligada à noção de vida. Mas pode haver uma animicidade inferida (YAMAMOTO, 2006, p. 30), que constitui, em última análise, a prosopopéia. Às vezes os limites entre as duas são difusos.

A análise de Yamamoto lança luz sobre diversos aspectos da agentividade e esclarece o conceito, delineando sua animicidade inerente e refletindo sobre elementos associados à idéia de agente, tais como volição e individuação. Suas verificações sobre diferentes parâmetros reforçam o caráter pragmático-cultural dos usos da agentividade (e da indeterminação), mas evidenciam, ao mesmo tempo, sua universalidade.

3 METODOLOGIA

3.1 A amostra

O trabalho analisará o ambiente morfossintático e histórico (ou sócio-histórico) de ocorrência da Frase Nominal Indeterminada, ou Sintagma Nominal indeterminado, em registros escritos de cinco diferentes séculos.

Depois de sistematizadas as observações segundo os critérios morfossintáticos e sociolinguísticos a seguir expostos, interpretar-se-ão os dados através das linhas teóricas que, à primeira vista, evidenciam-se apropriadas à sua explicação: a descrição dos usos descobertos em registros escritos será feita dentro de um esquema sintático que segue tendências dentro do aporte teórico da Gramática Funcional, tal como apresentada em Givón (1984, 1993 e 2001). O mesmo modelo teórico permitirá comparações entre momentos diferentes da língua, e, se for o caso, entre espaços diferentes de emprego da língua.

A comparação entre séculos diferentes tem em vista detectar, se não a mudança, ao menos a diferença na proporção de usos de dadas expressões: os recursos lexicais variam ao longo do tempo. Os sintáticos também, e queremos detectar uma faceta do comportamento das frases nominais.

Um duplo eixo configura a amostra: o eixo temporal, representado pelos cinco momentos históricos escolhidos, e o eixo dos gêneros textuais, em que haverá uma

constante, representada pelo texto histórico, e variações quase aleatórias em que se escolhem os textos mais representativos de cada período.

Cabe aqui retomar a noção de gênero. Adotamos a noção bakhtiniana de gênero tal como explicitada em Faraco (2003, p. 111), havendo vínculo entre a utilização da linguagem e a atividade humana. Essa utilização ocorre na forma de enunciados, que terão “conteúdo temático, organização composicional e estilo próprios, correlacionados às condições e às finalidades específicas de cada esfera de atividade”. Gêneros do discurso e atividades são, assim, mutuamente constitutivos (cf. Faraco, 2003, p. 112), marcando, como disse Fiorin (2006, p. 61) uma “interconexão da linguagem com a vida social”. Os gêneros discursivos, dessa forma, vinculam-se aos enunciados concretos que se manifestam nos discursos, como sublinha Machado (2007, p. 156) e possuem um caráter “inerentemente dinâmico” (FARACO, 2003, p. 118). Então, ao longo do tempo, os gêneros se modificam, pois respondem às vozes sociais.

O objetivo, no entanto, não é aprofundar essa área, mas utilizar os diferentes gêneros, sem que haja estudo exaustivo de cada um deles.

3.2 Categorias de análise

Os critérios morfossintáticos para identificação da ocorrência de indeterminação do SN são o verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito exposto; *se* indefinidor (tanto como passiva sintética como no caso do ‘símbolo de indeterminação do sujeito’); verbo no infinitivo; expressões nominais de interpretação arbitrária ou genérica; pronomes pessoais destituídos de valor dêitico; elipses que não reportam a outros elementos do texto.

Há também critérios de ordem pragmática que concorrem para a identificação do indeterminado, pois a análise circunstancial se impõe em alguns momentos; encontram

pontos de contato com elementos da Análise do Discurso, conforme já foi visto, e com a Lingüística de Texto (Beaugrande, 1997), nos aspectos cognitivos e sociais que confluem para a produção/compreensão textual. Constarão basicamente da identificação de elementos que nos permitem, num texto, identificar tal expressão como indeterminada.

Quanto à natureza dos dados, a pesquisa se fará pelo levantamento de manifestações de SN indeterminado, reconhecido através das convenções de ordem lingüística apresentadas acima, e se fará em língua escrita, em cinco séculos diferentes.

Por que língua escrita? Porque o dado está aí, declarado, sujeito à análise de todos. É um texto existente, real, que cumpre ou cumpriu uma função comunicativa importante, em algum momento. É consistente, pode ser retomado e revisto, teve um autor, talvez um revisor, e ao menos um leitor. Ilustra e reflete um momento histórico, um falante (que se serviu da formulação escrita), uma circunstância. Mais que tudo, é fixo. Além disso, no conjunto “multiforme e heteróclito” dos fatos da linguagem, a escrita é só uma parte pequena, mínima; o que é escrito já foi decantado, já foi reduzido. Sendo consideravelmente menor e muito mais seletiva, a língua escrita permite um trabalho deste tipo, que objetiva identificar, relacionar textos e comparar momentos. Esta comparação de momentos aponta para uma possível unidade de análise – só se analisa língua escrita – diante da impossibilidade de analisar língua falada dos séculos anteriores ao século passado.

Não se pode ignorar, além disso, que a forma escrita foi o único recurso disponível para conhecimento de línguas antigas, no período pré-eletrônico da humanidade, e tem sido empregado até nossos dias como forma de conhecimento de diferentes aspectos de línguas antigas, ou de estágios pretéritos de línguas modernas, conforme aponta W. Lehmann (1992, p. 46).

Parte-se da pressuposição de que a língua escrita “não é uma transcrição exata da língua falada”, como diz Sampson (1996, p. 25), e como Mammi (1999, p. 44) lembra muito bem, “a escrita não consegue e nem busca dar conta de mudanças importantes do universo da fala”. De certa forma, a escrita constitui um outro universo, regido pela atuação do leitor: “Nenhuma voz, nenhuma presença real é necessária a um texto que, crucialmente, é um objeto de *leitura*” (MAINGUENEAU, 1996, p. 31-32 – tradução de Marina Appenzeller).

É mais que isso, a língua escrita é uma outra variedade de língua.

“Mesmo emudecendo a palavra, ela não apenas a guarda, ela realiza o pensamento que até então permanecia em estado de possibilidade. Os mais simples traços desenhados pelo homem em pedra ou papel não são apenas um meio, eles também encerram e ressuscitam a todo momento o pensamento humano. Para além de modo de imobilização da linguagem, a escrita é uma nova linguagem, muda certamente, mas (...) que disciplina o pensamento e, ao transcrevê-lo, o organiza.” Higounet, 2003, p. 9-10, tradução de Marcos Marcionilo)

Trata-se, pois, de analisar uma variedade de língua que é “organizada”, no sentido de ser monitorada e de economizar repetições, elidir comportamentos tais como hesitações, entonações, inflexões de voz e referências gestuais ao contexto. Se por um lado a comunicação fica empobrecida, por outro fica permanente. *Verba volant, scripta manent*. O escrito se presta a uma análise que tenta comparar épocas diferentes entre si, visto que a única variedade lingüística antiga que chegou a nós é a escrita.

Para estabelecer um fio condutor na análise, será escolhido um gênero textual que perpassa todos os períodos. Por sua constância, selecionamos o texto histórico. Assim, analisaremos, no período medieval, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara; no século XVI, Pêro de Magalhães Gândavo; no século XVII, Frei Vicente do Salvador; no século XIX, Capistrano de Abreu; no século XX, Sérgio Buarque de Holanda e Décio Freitas.

Outros textos farão parte da amostra, e sua escolha é propositalmente aleatória.

Os textos definidos para análise serão obras relevantes, representativas de um período. Também selecionaremos peças de teatro que tenham personagens trabalhadores - como escravos (século XIX) e criados (século XX) - ou marginais. O fato de os personagens serem fictícios não é relevante. O que pretendemos apontar são formas de linguagem, e o olhar sobre elas lançado por um contemporâneo (no caso, o escritor ou teatrólogo) constitui um acesso a tais formas. Esse recurso é válido e empregado em estudos lingüísticos. Na Lingüística Histórica, por exemplo, uma das fontes de conhecimento do chamado Latim Vulgar é a fala de personagens populares em peças teatrais, principalmente comédias (SILVA NETO, 1977, p. 111). Além disso, conforme já foi assinalado acima, o uso de registros escritos é corrente em estudos históricos (W. LEHMANN, 1992, cap. 3).

Devemos controlar, também, conforme recomendam Faraco e Zilles (2002, p. 41), a presença do discurso reportado na análise, cuidando para codificar os casos surgidos na pesquisa com a finalidade, inclusive, de investigar correlações entre esses resultados.

Assim, além dos escritos históricos, reunimos os seguintes textos: *A Demanda do Santo Graal*, do século XIII, para análise do português medieval; *Os Lusíadas*, de Camões, para análise do século XVI; alguns escritos do Padre Antônio Vieira, para análise do século XVII; crônicas de Machado de Assis, teatro de Martins Pena e José de Alencar, um trecho de romance de Pompéia (século XIX), crônicas, peças teatrais e um trecho de romance do século XX.

Serão identificados, nos textos, todos os casos de SN indeterminado, de acordo com os critérios morfosintáticos e pragmáticos mencionados acima, isto é, segundo aquelas características frasais que nos permitem identificar indeterminação (verbo na

terceira pessoa do plural, verbo no infinitivo, uso de *se*, uso de expressões nominais genéricas, uso de pronomes pessoais desprovidos de conteúdo dêitico, etc.).

3.3 O tratamento qualitativo

Para a análise interpretativa das informações, após a coleta de dados, serão elencadas todas as possibilidades de indeterminação da FN.

Em seguida, proceder-se-á a uma organização dos dados, dispondo-os segundo os critérios lingüísticos especificados (uso do *se*, etc.), sempre guardando a distinção entre os textos das diferentes épocas. Após essa etapa, far-se-á a comparação dos cinco momentos históricos. Tal comparação permitirá seguir a trajetória da indeterminação da FN: quais expressões mudaram de sentido, quais as mais utilizadas, quais deixaram de ser usadas, quais passaram a ser mais freqüentes, etc.

Seguir-se-á uma tentativa de análise dos usos das formas de indeterminação, procurando analisá-las segundo critérios gramaticais (sintático-semânticos) e critérios sociopragmáticos. É bem possível que as próprias descobertas propiciadas pela pesquisa apontem outros rumos para a análise interpretativa. A interpretação dos dados será feita à luz das fundamentações teóricas acima delineadas, contextualizando-os, e desse procedimento decorre naturalmente um enfoque indutivo.

3.4 O tratamento quantitativo

Os diferentes casos de SN indeterminado serão organizados tendo em vista os diferentes períodos históricos em que foram utilizados.

Os dados serão organizados por gênero textual e por período histórico, e, a seguir, serão submetidos a tratamento estatístico simples: cálculo de percentuais e verificação de khi quadrado, para ver se a diferença de coleta de dados é estatisticamente significativa.

A comparação de resultados permitirá verificar eventuais mudanças sofridas pelas diferentes marcas de indeterminação.

A partir disso, poderemos interpretar os dados com mais segurança.

4 A FRASE NOMINAL INDETERMINADA NO PORTUGUÊS MEDIEVAL, EM DOIS SÉCULOS

4.1 O uso do SN indeterminado em *A Demanda do Santo Graal*¹²

O objetivo desta seção é identificar os sintagmas nominais indeterminados que estão presentes n’*A Demanda do Santo Graal*, na versão fac-similar de Magne (1955), primeira parte. O livro conta a busca mística do sagrado recipiente (*gradale*) por parte dos cavaleiros da Távola Redonda.

Tradução de um original francês, *A Demanda*, informa-nos Megale (2001, p. 56-57), é o códice de número 2594 da Biblioteca Nacional de Viena, constando de 199 fólios escritos em letra gótica bastarda, em duas colunas, na frente e no verso. O manuscrito data do século XV. Elia (1991, p. 10) afirma que se trata de cópia única de um texto anterior do século XIII. O fato de ser cópia justifica as variações lingüísticas do códice: nele, formas já antigas no século XV convivem com formas avançadas para a época de sua elaboração, o que o torna, segundo Megale um “repositário de um verdadeiro tesouro lingüístico do período medieval da história da língua portuguesa” (2001, p. 162). A essa superposição de formas lingüísticas também faz alusão Irene Nunes (1999, p. 92), que chama nossa atenção para o fato de que sucessivas remodelações concorreram para que o texto apresente incongruências no desenrolar da narrativa.¹³

¹² Este trabalho, com ligeiras modificações, aparece em Faggion, 2005.

¹³ A palavra *graal* provém do latim *gradale*, ‘recipiente, espécie de tigela’.

Analisamos o volume I da reprodução fac-similar e transcrição crítica do códice, organizado por Augusto Magne, S. J. e publicado pelo MEC/INL em 1955. A obra tem um total de quatrocentas e uma páginas, divididas entre a cópia fac-similar do manuscrito original, nas páginas de número par, e sua transcrição em fontes atuais nas páginas ímpares. Em nossa compilação de exemplos, seguimos sempre a transcrição proposta por Magne e por ele explicada no anexo da obra (MAGNE, 1955, p. 403 s.). Isso explica a uniformização da grafia da palavra *homem* (e de outras palavras) em todas as suas ocorrências, o que não acontece no manuscrito original. Como o objetivo do nosso estudo é sintático, as especificidades do documento original não são prioridade absoluta. Perde-se o sabor de individualizar copistas e situações, mas não a construção do texto.

A língua d'A *Demanda* é arcaica: lá estão as características apontadas, para esse período, por Vasconcelos (s/d [1912], p. 17-22 e 331 s.), como o participio da segunda conjugação em *-udo* (*perdudo*), a uniformidade de gênero de palavras terminadas em *-or*, (*a senhor, a besta ladrador*, etc.), ausência de crase (*seer, Graal*), terminações *-om* (*nom, forom*), *-am* (*entam*) e *-ão* (*seerão*) que não se confundem, e muitas outras.

Megale (2001, p. 149-162) apresenta um minucioso levantamento do que A *Demanda* contém quanto a marcas gramaticais de um estado de língua mais antigo, salientando a convivência, presente no texto, de formas ainda em transformação (e. g. o caso de *seer*, do verbo *ser*, com a acepção que dele temos hoje, ainda convivendo com *seer*, forma proveniente de *sedere*, 'sentar', com este último sentido). Há exaustiva apresentação e análise de casos. Na mesma obra, encontramos também (MEGALE, 2001, p. 133) menção ao emprego indefinido da palavra *homem*, "que em outras ocorrências é o próprio substantivo", uma observação que não escapara a Silva Dias (1970, p. 94).

Os autores que se dedicam ao estudo filológico do texto mencionam sempre a utilização de *homem*, ou *homen*, *home*, *ome* como indeterminador. Silva Dias esclarece que, ainda no século XVI, o português “empregava *homem* (=um homem, uma pessoa, homem algum) e *pessoa* como equivalente, até certo ponto, do francês *on*” (SILVA DIAS, 1970 [?1889], p. 94). Mas “com anteposição do artigo indefinido, *um homem*, *uma pessoa*, pertencem à linguagem corrente” (SILVA DIAS, 1970 [?1889], p. 92). Ou seja, não escapou à intuição do famoso latinista que a expressão gramaticalizada tinha função específica e forma fixa, sem determinante. E que ocorria o uso concomitante da palavra com sua acepção mais básica e corrente, substantivo comum.

Mattos e Silva (1989, p. 26) junta sua voz aos que defendem que *A Demanda* foi traduzida diretamente do francês, e assinala que, desta forma, já se produzia, no século XIII, prosa em português, mesma época em que a lírica trovadoresca em Portugal gozava de seu apogeu. A autora realiza profunda e exaustiva análise de texto e extrai daí características gramaticais do português arcaico, em alentada e criteriosa obra. Anota setenta e cinco ocorrências da forma *homem*, gramaticalizada, como indicador de indeterminação do sujeito, no *corpus* que analisa, *Os Diálogos de São Gregório*, versão trecentista (cf. MATTOS E SILVA, 1989, p. 231). A autora, com base nessa obra mencionada, que é, portanto, quase contemporânea do texto que analisamos, indica três estruturas com sujeito genérico, não-especificado. Uma delas é a expressão realizada com verbo na terceira pessoa do plural (P6), forma mais freqüente no *corpus* que ela investigou (MATTOS E SILVA, 1989, p. 515).

A segunda realização é a expressa por *homem*, gramaticalizado, “desprovido de seus semas característicos enquanto vocábulo lexical, funcionando como um pronome genérico” (1989, p. 517). A autora retoma Dias e Said Ali, confirmando que o pronome

veio a desaparecer no decorrer da história da língua, em proveito do pronome *se* (idem, p. 518), e observa o uso alternado, no mesmo excerto, da forma não-determinada *homem* com a passiva pronominal, em sua essência desprovida de agente e, portanto, equivalente no que se refere à indeterminação da função agentiva. Mattos e Silva (1989, p. 519) declara que, em seu exame, há ao menos vinte casos em que o objeto está no plural e o verbo sempre com ele concorda. A construção com *se* e verbo intransitivo, que não configura passiva, é posterior: só aparece no século XVI.

A terceira realização mencionada por Mattos e Silva (1989, p. 521) é a da passiva analítica, sem agente explícito, considerada pela autora uma forma da expressão do sujeito indeterminado no *corpus*, posição com a qual estamos inteiramente de acordo.

Outros filólogos analisaram a presença de *homem*, no português arcaico, como sujeito indeterminado (v. seção 2.2 do presente trabalho), tais como Ali (2001 [1921], p. 92), Silveira (1843 [1921], p. 182), Barreto (1982 [1916], p. 91), Teyssier (1997, p. 82-83) e José Joaquim Nunes (1975 [1906], p. 266-267).

Na *Demanda*, encontramos os casos seguintes de indeterminação.

a) Sujeito indeterminado indicado por verbo na terceira pessoa plural (P6)¹⁴:

- *Aquel dia, que vos eu digo, diretamente quando **queriam** poer as mesas (p. 3)*
- *e **preguntaram-na** que demandava (p. 3)*

São trinta ocorrências, e constituem o caso de frase nominal indeterminada de maior frequência. Isso não constitui surpresa: também Mattos e Silva (1989, p. 515) assinalou a frequência maior desta marca de indeterminação nos textos que analisou.

b) *Homem*, gramaticalizado, indicando indeterminação

- *assi que podera **homem** i veer mui gram gente (p. 3)*
- *nom podia **homem** achar no regno de Logres donzel tam fremoso nem tam bem feito (p. 7)*
- *ca em todo era tal, que nom podia **homem** achar rem em que lhe travasse (p. 7)*

¹⁴ Utilizo a nomenclatura de Câmara (1978).

Há vinte e oito ocorrências, no primeiro volume *d'A Demanda*, da palavra *homem* indicando indeterminação. Menon (1994, p. 98-99) menciona a forma, assinalando que não se manteve na língua moderna e assinalando a ausência, na *Demanda*, da forma *a gente*.

É tentador seguir o caminho trilhado por tantos estudiosos que compararam o *homem* dos escritos medievais com seus correlatos do francês (*on*) e do alemão (*man*).

No entanto, uma observação mais cuidadosa permite assinalar que são diferentes os contextos sintáticos em que o *homem* do português arcaico aparece. Enquanto *on* e *man* podem aparecer em sentenças simples e orações principais, e.g. *On ne sait jamais*, *On chante quand on a envie de chanter* e *Man spricht Deutsch*, isso não acontece com *homem*.

Lopes (2003, p. 60) diz que, do sentido referencial (substantivo), passando pelo genérico (a classe) para o impessoal (indefinido), e expressão *homem* foi adquirindo posições mais específicas na frase, e menciona Veiga (1959, *apud* LOPES, 2003, p. 61), que localiza posposição em relação a gerúndio e infinitivo e interposição em relação a auxiliar mais infinitivo.

Na *Demanda*, em dezessete das sentenças, o termo aparece em orações subordinadas, sendo nove delas negativas. Exemplo: *que nunca homem viu* (p. 75)

Em doze das orações, ocorre a palavra *homem* entre o verbo auxiliar e o verbo principal, sendo seis delas negativas. Exemplo: *nom podia homem achar* (p. 7), *e por esto deve homem ensinar* (p. 79). Três das sentenças pertencem aos dois grupos simultaneamente, apresentando auxiliar e sendo subordinadas, como *assi que podera homem i veer* (p. 3), *ca nom pode homem mais fazer* (p. 99).

Temos, até agora, quatorze sentenças negativas (seriam quinze, mas a da página 99 aparece nos dois grupos), e é inevitável ponderar que a negação poderia vir a ser contingência a ser levada em conta na análise do termo. Isso se confirma na sentença *e nunca homem alá foi* (p. 203) e na sentença *Viu nunca homem tanta maa-ventura?*(p. 109). Nesta última, o verbo preposto parece ocorrer por ser ela também sentença interrogativa.

Portanto, no corpus total de vinte e oito sentenças do primeiro volume *d'A Demanda*, o termo gramaticalizado *homem* não ocorre em posição inicial. Ocorre em grande parte em orações subordinadas, e/ou inserido entre o auxiliar e o verbo principal da oração ou entre a negativa e o auxiliar.

Os exemplos de Silva Dias (1970, p. 94), referentes a outros *corpora*, encaixam-se todos nos esquemas acima. O mesmo ocorre com os exemplos apontados por Mattos e Silva (1989, p. 231). Nenhum dos autores, entretanto, define essa caracterização sintática do termo.

Em Mattos e Silva (2001, p. 87), encontramos um exemplo coletado que encontra analogia com duas frases *d'A Demanda*. De fato, em duas das sentenças em que há um pronome átono, a palavra *homem* aparece depois dele. São as sentenças da página 67, *que te homem não pediu* e da página 257, *e todo o verão as poderá homem achar*. O exemplo de Mattos e Silva (2001, p. 87) é o que segue:

*E portanto as **homem** cree por mais verdadeiras quando el foi mais presente.*

Como os nexos coesivos que aparecem nesta sentença são coordenativos, o pronome átono poderia tomar a posição à esquerda que a palavra *homem* não pode assumir.

Isso parece confirmar nossa afirmação de que a palavra *homem* tem, no português arcaico, função de indeterminação não só por seu emprego em si, mas por seu emprego numa determinada posição sintática: ela deve aparecer em estrutura subordinativa, e/ou negativa, e/ou em meio a uma frase verbal, após o auxiliar, e/ou depois do pronome átono.

Acrescente-se que, como os exemplos de Silva Dias (1970), os de Mattos e Silva (1989, 2001) não são *d'A Demanda*.

Levando em conta o *corpus* analisado e os outros exemplos reportados, podemos afirmar que, diferentemente do que ocorre com outras línguas atuais, a palavra *homem* do português arcaico, utilizada para indicar indeterminação, está vinculada a uma construção sintática e, mais do que isso, dependente dela para assumir essa caracterização.

Também ocorrem na *Demanda* outras formas de indeterminação.

c) Indeterminação marcada pela passiva analítica sem agente

- *Véspera de Penticoste, foi grande gente assuada em Camaalot (p. 3)*
- *Sabede que esta spada, que ora vedes tam fremosa e tam limpa, será toda tinta de sangue caente e vermelho (p. 35)*

São vinte e sete ocorrências de indeterminação.

d) Indeterminação com passiva sintética ou pronominal

- *Entam se lhe sconderá o Santo Graal (p. 221)*

Único caso em todo o volume, esta frase parece confirmar a pouca frequência desta passiva em textos arcaicos, pois, conforme já observou Oliveira (2004, p. 168) em sua análise de vozes verbais, num texto do século XIII, em nove ocorrências de passiva, somente uma foi pronominal. Esta proporção, no estudo de Oliveira (2004, p. 169), aumenta no texto por ela analisado do século XIV (cinco em onze).

e) Indeterminação pelo uso do verbo no infinitivo

- *e feze-os desarmar (p. 97)*
- *eu ouvi tanto bem dizer de vós (p. 99)*

As três únicas ocorrências mostram que a não-enunciação do sujeito diante do verbo no infinitivo era já recurso de indeterminação. Ressalte-se que, na primeira frase, não se pode dizer com certeza se desarmar é uma ação de alguém indeterminado (não parece estranha a hipótese de que os escudeiros desarmem os cavaleiros) ou se o rei fez os próprios cavaleiros tirarem suas armas. Na outra, a indeterminação do agente é evidente.

Ocorre na *Demanda* uma outra forma de indeterminação, com *rem*. Proveniente do latim *res, rei*, ‘coisa’, a palavra *rem* é característica do período arcaico da história da nossa língua. Para Silva Dias (1970 [?1889], p. 49), *rem* equivale a ‘nada’. É indefinida como o pronome que a traduz, classificação, aliás, já anotada por Hauy (1989, p. 89).

- *e tanto havia gram sabor de o ouvir, que rem do mundo nom lhe prazia tanto (p. 67)*
- *nom acabarás i rem (p. 85)*

Todas as ocorrências (há onze), menos duas, são frases negativas, e o ‘nada’ a que fez menção Silva Dias (1970 [?1889], p. 49) atua como reforço de negação (aliás, o francês *rien* tem a mesma origem latina). No entanto, o arcaísmo *rem* sempre nega a existência de uma coisa, nunca se referindo a uma pessoa – caso em que apareceria o arcaísmo *homem*.

f) Cavaleiro: um universo de indeterminação mais restrito?

Em alguns casos d’A *Demanda*, a indeterminação não foi dada pelo termo *homem*, mas pelo termo *cavaleiro*. Usada no mesmo sentido geral, desprovida de adjuntos, a palavra *cavaleiro* parece assumir a mesma posição do arcaísmo *homem*.

- *nom é costume do reino de Logres que se cavaleiro trabalhe de tal cousa (p. 265)*
- *e fazendo a mais estranha coita que nunca cavaleiro fez (p. 303)*
- *a maior door que nunca cavaleiro houve (p. 303)*

A palavra *cavaleiro* assume, nos exemplos acima, um sentido bem geral, indeterminado. Sintaticamente, atende a todas as restrições que apontamos para o uso de

homem enquanto indicador de indeterminação. Estamos diante de uma subdivisão de indeterminação? À primeira vista, sim; não parece descabida, na cultura medieval, a delimitação de *cavaleiro* no universo de *homem*. Mas, é claro, o pequeno número de exemplos aqui encontrados e a falta de comparação com outros textos da época (com *homem* foi possível apontar outras ocorrências mencionadas por estudiosos) não permitem chegar a uma conclusão. Mas a sugestão vale.

g) Outros empregos da palavra *homem*

Há muitos exemplos da palavra *homem* usada em sentido corrente:

- *que nom acharia **homem** nem molher que lhe bem fezesse* (p. 329)
- *que nom havia **homem** que o visse que nom dissesse que sabia bem ferir de spada* (p. 357)

O que chama atenção nesses exemplos é que, embora não esteja perdido o caráter generalizante do termo, indicando uma classe, a palavra *homem* não se confunde com seu uso indeterminado. Não se trata só da especificação do termo, dada por uso de determinante (e. g. *todo homem*, p. 399) ou de adjetivação (e.g. *homem leigo*, p. 83), ou de paralelismo (como em *mas nom stava com ele homem nem outra cousa*, p. 87, e também *mas nom acharia homem nem molher*, p. 329), ou ainda pela adjetivação mais específica conferida pela oração relativa (e. g. *ca nom entra aqui homem que em anda cavalgado, como vós*, p. 207). Se observarmos cada uma das frases, veremos que a posição sintática do termo na sentença não é fixa; não segue um padrão formal rígido como ocorre com o termo gramaticalizado.

A distinção sintática é, pois, o critério que nos permite distinguir o uso de *homem* como forma gramaticalizada de indeterminação, semelhante a *se* e à estruturação da frase com verbo na P6, ou à ausência de termo na frase passiva. Trata-se de um fenômeno

inerente à construção da frase em si, que diz respeito unicamente a mecanismos gramaticais.

Tabela 1 - Números absolutos e percentuais sobre a indeterminação na *Demanda*

<i>Demanda</i>	#	%
V na 3ª pess pl	30	34
Expr Gen	28	32
Pass sem ag	27	30
Pass sintética	01	1
V infinitivo	03	3
Se indeterminador	00	0
Total	89	100

Indeterminação na *Demanda do Santo Graal*

Conforme vemos, predomina o verbo na terceira pessoa do plural como marca de indeterminação, seguido pela expressão generalizante *homem* e pela passiva sem agente. São as formas mais frequentes. O verbo no infinitivo tem fraca aparição, a passiva sintética tem uma única ocorrência e o *se* indeterminador, com verbos transitivos indiretos ou intransitivos, ainda nem aparece.

4.2 Dois textos do século XV

Um texto histórico de grande importância no período medieval foi a *Crónica da tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara. Foi redigida em 1449 e mostra os passos para as pazes com Castela. Trata também dos Infantes, filhos del Rei Dom João I, do desejo de seu pai de torná-los cavaleiros, e do grande empreendimento que queriam fazer para merecer tal honra: conquistar Ceuta, cidade marroquina ao sul do Estreito de Gibraltar. Mostra então a história da conquista, não sem antes permitir a visão de que a expansão imperialista sempre procurou escusas de outra ordem para efetuar-se. Boa parte do texto perfila as disposições do rei para decidir a conquista, que só se efetuará se fosse a serviço de Deus. Desfeitas as reais dúvidas, os eventos se sucederam e a tomada de

Ceuta inseriu o nome de Dom João I na expansão ultramarina portuguesa, como bem ressalta Casagrande (2004, p. 25).

No texto da *Crónica* ocorrem diversas instâncias de indeterminação.

a) Verbo na terceira pessoa do plural: dezesseis ocorrências:

- *como per **guerream** os jmfiees (p. 34) [o estado millitar]*

De propósito, deixei como exemplo a frase imediatamente acima, pois é possível detectar a que campo semântico pertence o indeterminado. O próprio texto indica isso. É possível que o indeterminado seja circunscrito a um dado domínio de significação.

b) Expressões generalizantes: cinco ocorrências. Exemplos:

- *as gentes que o virem (p. 18)*

- *que em quallquer parte que homem uaa pella samta escpritura (p. 31)*

A única ocorrência da palavra *homem* (p. 31) mantém uma característica da rígida estruturação sintática: aparece em oração subordinada.

c) Passiva analítica sem agente: sessenta e sete instâncias. Exemplo:

- *e as derradeiras **sam postas** no fundo do licece (p. 17)*

d) Passiva sintética: setenta e quatro ocorrências. Exemplo:

- *ca muitas vezes **se acerta** que jazem as primeiras pedras (p.17)*

e) Verbo no infinitivo: vinte ocorrências. Exemplos:

- *pera as quaaes mandarey **convidar** todollos fidalgos(p. 18)*

- Amigos, fizuos aqui **ajuntar** (p. 23)

f) Se indeterminador (com verbos transitivos indiretos ou intransitivos): cinco ocorrências. Exemplos:

- *onde **se tratara** de toda a sustancia desse feito (p. 23)*

- *de mouerdes agora nouas pelleias, das quaaes **se pode seguir** per uentura (p. 50)*

Novidade em relação ao texto anterior, o *se* símbolo de indeterminação do sujeito faz uma tímida aparição no século XV. Observe-se que no primeiro volume da *Demanda* não ocorre essa forma.

Observe-se que entre a *Demanda*, do século XIII, e a *Crónica*, do século XV, já há considerável diferença de frequência de uso da passiva sintética. São singularmente marcantes as diferenças de uso das expressões de indeterminação, e há apenas uma instância da palavra *homem*.

Tabela 2 - Números absolutos e percentuais da *Crónica da Tomada de Ceuta*

<i>Ceuta</i>	#	%
V na 3ª pess pl	16	9
Expr Gen	05	2
Pass sem ag	67	36
Pass sintética	74	40
V infinitivo	20	11
Se indetermin	05	2
Total	187	100

Verifica-se marcada preferência pelas formas passivas, tanto a analítica sem agente quanto a sintética. Cresce o uso do verbo no infinitivo. O verbo na terceira pessoa do plural mantém-se, com leve declínio de emprego. Surge o *se* com outros verbos.

Um texto datado do último ano do século XV – ainda uma língua arcaica, portanto, se levarmos em conta um critério cronológico bem rígido – traz usos semelhantes da palavra *homem*, mas numa frequência muito diferente. Trata-se da carta de Pêro Vaz de Caminha sobre o descobrimento do Brasil. Sílvia Batista Pereira (INL, 1964, p. 61) apresenta um balanço dos sentidos que a palavra *homem* apresenta no texto de Caminha. São vinte e três ocorrências da palavra *homem* com o sentido ‘Indivíduo da espécie humana, do sexo masculino’; duas ocorrências da expressão *homem de prole*, significando ‘homem nobre’; e cinco ocorrências na terceira acepção, designada como Pronome Indefinido, ‘alguém’ (as definições entre aspas simples são de Pereira (INL, 1964, p. 61).

Ao que tudo indica, dois séculos depois da tradução da *Demanda* ainda se mantinham os usos da palavra *homem*, mas em proporções inversas. O exemplo apontado por Pereira para o sentido ‘alguém’ é o que segue:

- [...] *Dauanos daqueles arcos e seetas por sonbreiros e carapuças de ljnho e por qualqr cousa que lhes **home** queria dar (fl. 4, linhas 11-13)*

Há uma frase, a da folha 8, que não se encaixa nos esquemas sintáticos vistos no texto da *Demanda*: a palavra aparece numa estrutura coordenada e não subordinada. A frase, no entanto, é negativa, e podemos crer que haja menos rigidez na ordem das palavras. Todos os outros exemplos corroboram os empregos observados acima.

4.3 Conclusões parciais

Parece lícito concluir que a palavra *homem*, gramaticalizada, atendendo a uma rígida formulação sintática, concorreu, no período arcaico, com outras formas de indeterminação gramaticais, como a construção com terceira pessoa do plural e a passiva sem agente. Estas últimas persistiram, ela não.

Podemos afirmar que a palavra *homem*, gramaticalizada, não indica indeterminação por si, mas depende de uma estruturação sintática concomitante.

Nesse período arcaico, a morfologia dos pronomes, especialmente demonstrativos e possessivos, ainda passava por muita reformulação, havendo emprego concomitante de várias formas concorrentes, conforme ensinam Mattos e Silva (1989) e Machado Filho (2004). É claro que a variação persiste hoje em dia, mas não com as formas que ainda vigoravam então, e que caíram definitivamente em desuso. Ao que tudo indica, ocorreu o mesmo com a forma *homem* e com a forma *rem*.

Para conferir maior credibilidade à nossa hipótese, vale mencionar Galves (2001, p. 238), que faz ver a presença, no período arcaico, da ordem V2 (o verbo em segundo

lugar na frase, após um elemento adverbial, estando o sujeito posposto ao verbo). O português europeu, segundo Galves (2001, p. 240), deixou de ser uma língua V2. A autora confere o mesmo atributo ao português brasileiro (GALVES, 2001, p. 243), aliás, língua “orientada para o tópico”, como diz a autora mencionando o trabalho pioneiro de Pontes (1981, *apud* GALVES 2001).

Como vimos, a palavra gramaticalizada *homem*, assinalando indeterminação, tinha posição fixa na frase, e a perda dessa posição deve ter ocasionado a perda também da aceção, visto que já existia a concorrência com outras estruturas. Isso só poderá ser delineado se a análise de textos posteriores mostrar a efetiva substituição da estrutura.

É interessante observar que a *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, “ficou apenas nos níveis fonológicos e morfológicos, sem explorar a sintaxe”, conforme assinala Casagrande (2004, p. 37). Se isso se deve ao fato de haver uma sintaxe já muito afastada dos padrões latinos e gregos, onde sabidamente as primeiras gramáticas românicas iam buscar moldes, ou se se deve ao fato de não haver modelos rígidos, imprescindíveis em obra de caráter doutrinário (cf. Casagrande, 2004, p. 38), ou se foi por falta de tempo, não se sabe. Mas é de lastimar que não haja registros, autoritativos ou não, de uma maneira de construir frases que fosse padrão (no sentido de prescrever norma escrita) no período. Já assinalava Buescu (1984, p. 16) que a *Gramática* de Fernão de Oliveira não apresentava um “apêndice” até então obrigatório, um capítulo sobre Retórica, que poderia trazer indicações importantes sobre as construções mais recomendadas.

O crescimento de uso da forma passiva sintética corrobora a asserção de Naro (1976), conforme vimos na seção 2.2.1 a deste trabalho, de que o *se* substituiu a forma *homem* indicando indeterminação.

5 A FRASE NOMINAL INDETERMINADA NO SÉCULO XVI: ASCENSÃO DO *SE*

5.1 *Os Lusíadas* e *Gândavo*

Não só a tradição filológica, mas também estudos muito recentes da linha sócio-histórica marcam o século XVI como um divisor de águas na história da língua portuguesa.

Mattos e Silva (2004, p. 259-268) menciona alguns fenômenos sintáticos e morfossintáticos que marcam a diferença entre esses dois estágios da língua, o arcaico e o moderno, ou clássico: sistema binário de dêiticos demonstrativos e locativos, os anafóricos arcaicos *ende, en, hi*; conjunções arcaicas; a variação *ser/estar*; a variação *ter/haver*; tempo composto; ordem sintática dos constituintes da sentença; regras de posição dos clíticos (MATTOS E SILVA, 2004, p. 265-266).

A gramatização¹⁵ dos vernáculos europeus, segundo Auroux (1992, p. 52), ocorre ao mesmo tempo que a exploração do planeta, e é posterior à imprensa. Pode-se verificar aí a extraordinária mudança por que passava o mundo, que via alargarem-se seus horizontes em todos os sentidos, a defrontava-se com uma carga formidável de novos conhecimentos, sem precedentes na história. O mundo medieval, finito e circunscrito, cedia espaço a um universo repleto de perspectivas, de inovações e de mudanças.

¹⁵ Processo que leva a descrever e instrumentar uma língua, com base em duas tecnologias: a gramática e o dicionário (Auroux, 1992, p. 65).

Ou por necessidades de ordem muito prática, ou para organizar tal mundo novo em todos os seus aspectos, inclusive no conhecimento e descrição da língua, ou por outros motivos, surgem as primeiras gramáticas e os primeiros dicionários desses vernáculos europeus. A gramática de Fernão de Oliveira, de 1536, é uma das primeiras de que se tem notícia para o português (v. Casagrande, 2004). E a *Arte da Gramática da língua mais usada da costa do Brasil*, de José de Anchieta, foi publicada em Lisboa em 1595. Ou seja, o novo mundo descortinado e o mundo antigo que se defrontava com a alteridade eram explorados e revelados, inclusive quanto à linguagem que utilizavam. Esse é, pois, mais um motivo para trabalhar a língua deste período renascentista.

A obra literária de maior relevância do século XVI é também um dos marcos do português moderno (ou clássico, como o chamam alguns). De fato, o gênio de Camões foi sensível às mudanças que então se processavam na língua e registrou-as, compondo uma das obras-primas da literatura em língua portuguesa e universal.

Aos que lamentam que obras literárias sirvam para ter sua construção dissecada, contraponho o argumento de que uma grande obra resiste a essa análise e, se possível, revela-se ainda maior, por revelar recursos comunicativos e expressivos da língua.

O texto histórico escolhido, no período, é o de Gândavo.

Em 1576, em Lisboa, Pêro de Magalhães de Gândavo publicava sua *História da Província Santa Cruz*, conhecida como a primeira História do Brasil, escrita em português. Fruto de sucessivas revisões e reelaborações, considera-se que essa é a edição *princeps*, da qual foi apresentada ao público brasileiro uma reprodução fac-similar, em 1965, pelo Instituto Nacional do Livro.

Gândavo, ao que tudo indica, era de Braga, Portugal, e filho de pai estrangeiro, talvez flamengo (de *Gand*), tendo sido, ao que parece, Provedor da Fazenda Real, no

Brasil – e talvez por alguns anos. Nada se pode afirmar com absoluta certeza em sua biografia, pois há documentos com o nome de Pêro de Magalhães, e pode ter havido mais de um. Contudo, pode-se saber que esteve no Brasil, pois, no dizer de Pereira Filho, organizador e prefaciador da obra que analisamos (GÂNDAVO, 1965), a maioria das informações que ele apresenta “só poderia ter sido recolhida aqui: dados geográficos, produções locais, condições de vida, número de engenhos e de habitantes” (PEREIRA FILHO, no Prefácio a GÂNDAVO, INL, 1965, p. 49). O mesmo ilustre prefaciador, aliás, apresenta informações de ordem filológica, que atestam o cuidado editorial que a obra teve, na edição brasileira.

A questão do sintagma nominal indeterminado torna-se um elemento a mais a assinalar as diferenças entre o português arcaico e o moderno ou clássico, que tem início, portanto, no século XVI. Não há menção da palavra *homem* e suas variantes em *Os Lusíadas*, em estruturas sintáticas fixas, marcando indeterminação. Há sim um uso metonímico, generalizante, semelhante ao utilizado por Machado de Assis (“a tudo se acostuma o homem”, ASSIS, 1997 [1896], p. 7). Vou transcrever toda a estrofe, para que não haja dúvida quanto ao sentido. Está no Canto Terceiro, versos de 545 a 552:

“Mas o alto Deus, que pera longe guarda
 O castigo daquele que o merece,
 Ou, pera que se emende, às vezes tarda,
 Ou por segredos que **homem** não conhece,
 Se até ‘qui sempre o forte rei resguarda
 Dos perigos a que ele se oferece,
 Agora lhe não deixa ter defesa
 Da maldição da mãe que estava presa.”

Observa-se ao menos uma inovação, a da estrutura sintática, que não atende às restrições de construção observáveis no português medieval. A frase, no entanto, é negativa. Há nela elementos que poderiam constituir argumentos para um possível uso resquicial. Sendo uma só ocorrência, contudo, não a submeteremos a uma análise maior.

Vejam os marcadores de indeterminação presentes em *Os Lusíadas*. Para referência à obra, colocarei o número do Canto seguido da inicial C (1C, por exemplo, é Canto Primeiro) e o número do verso (1C75 localiza o verso: Primeiro Canto, verso 75).

a) Terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso

- *Que gente será esta? (em si **deziã**) (1C359)*
- ***Tomam velas**, amaina-se a verga alta (1C383)*

Nem todas as realizações remetem a um elemento totalmente indeterminado. Muitas das ações dizem respeito aos navegantes, ficando, portanto, circunscrito o universo da indeterminação. Mas não se nomeia quem realizou a ação, nem se indica o possível agente. Permanece, portanto, a idéia do indeterminado. São dezoito ocorrências, número singularmente menor que o das passivas sintéticas.

A terceira pessoa do plural também aparece no *Tratado* de Gândavo (INL, 1965):

- *Dentro da cidade está hu mosteiro da Companhia de Jesus no qual te collegio onde **ensinão** latim (p. 77)*
- *(...) das quais se conseguia muito proueito se as **pouassem** (p. 81)*

Há quarenta ocorrências de indeterminação com verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso, número expressivo, mas bem menor que o da indeterminação marcada com passiva sintética.

É interessante que em outro gênero textual – o das receitas – a impessoalidade do comando se manifeste de duas maneiras: com o verbo na terceira pessoa do plural e com o verbo na segunda pessoa do plural (vós). É o que se observa no livro *Um tratado da cozinha portuguesa no século XV* (INL, 1963), no qual quase todas as receitas (com fac-símile do manuscrito original e transcrição em fontes atuais) apresentam estruturas como as que seguem:

Pera fazer ovos mexidos – pera huua duzia de gemas dovoos tomarão huua escudella de acuquar e deitalloão e huu tacho e etam deytarlheão huua pouqua dagoa de frol e polaão sobre o

fogo e farlheão o poto baixo (...) E tereis as gemas dos ovos batidos com ha crara e deitaloseis e como leuantar feruura co huma colher mechelosão pera hua parte sempre (...) (INL, 1963, p. 51)

Verifique-se que essa receita, além de ser altamente calórica, apresenta duas estruturas nítidas. No início, as ordens são impessoalmente dadas em terceira pessoa (*tomarão, deitá-lo-ão, deitar-lhe-ão, pô-la-ão, far-lhe-ão*); a partir de determinado ponto, aparece a ordem em segunda pessoa do plural (*tereis, deitá-los-eis*), para depois retornar à terceira pessoa (*mexê-los-ão*). As outras receitas do livro também apresentam essa variação. É possível que tenhamos aí um indício da mudança, ocorrida no século XVI, do abandono de *vós* como tratamento para uma só pessoa. Mas também é possível que a impessoalidade da ordem reflita a tendência de usar a terceira pessoa do plural como estrutura de SN indeterminado. Ressalte-se que esse uso da terceira pessoa do plural para indicar SN indeterminado já aparece no texto medieval analisado. Até aqui, não é das mais usadas, mas é constante.

b) Uso da passiva analítica sem agente

- *Que não é prêmio vil ser conhecido (1C75)*
- *Teme agora que seja sepultado / Seu tão célebre nome em negro vaso (1C253-254)*

Há trinta e seis ocorrências.

Em Gândavo (INL, 1965), encontramos também a presença da passiva sem agente.

No *Tratado da Prouincia do Brasil* há nove ocorrências dessa estrutura. Exemplos:

- *posto que tres ou quatro delles não são ainda acabados (p. 69)*

c) Passiva sintética sem agente

- *Tomam velas, amaina-se a verga alta (1C383)*
- *Viam-se em derredor ferver as praias (2C737)*
- *De sorte que Alexandro em vós se veja (10C1247)*

Fica evidenciado que a última frase apresentada acima, do texto camoniano, é ambígua. Podemos parafraseá-la como ‘de sorte que Alexandre veja a si mesmo refletido

em vós’ ou como ‘de sorte que Alexandre seja visto em vós’. Escolho a segunda possibilidade de análise, fazendo a ressalva, no entanto, de que a sentença poderia ser entendida de outra maneira.

Igualmente ambígua é a sentença “Chamam-te fama e glória soberana, / Nomes com quem se o povo néscio engana” (4C667-668): pode ser que o povo engane a si mesmo, ou pode ser que seja por alguém enganado. Registro pela mesma razão mencionada acima: uma das possibilidades de análise é passiva sintética.

De qualquer maneira, o número de ocorrências impressiona: são oitenta (há frases com dupla ocorrência, isto é, um verso com duas formas da passiva sintética).

Não é exclusividade do grande épico esse uso intenso da passiva sintética. Mencionamos mais uma vez o *Tratado*, que também faz uso pronunciado dessa passiva como forma de indeterminação. No *Prollogo ao lector*, por exemplo, em seis instâncias de indeterminação, cinco são de passiva sintética, e uma com passiva analítica sem agente.

Sendo um texto de gênero descritivo, contrapondo-se ao texto narrativo de Camões, o *Tratado* de Gândavo oferece interessantes elementos de comparação. São as seguintes algumas ocorrências do *Tratado* (INL, 1965), no que se refere à noção de indeterminação com passiva sintética:

- *Há nesta capitania muitas e boas terras pera se povoarem e fazerem nellas fazendas. (p. 67)*
- *hua certa aruore donde se tira Balsamo mui precioso (p. 93)*

Há cento e vinte frases com passiva sintética, em algumas duplamente.

É preciso assinalar uma característica interessante do *corpus* de passiva sintética auferido em Gândavo. Das cento e vinte ocorrências, quarenta e oito (mais de um terço) se verificam com os verbos *chamar*, *criar*, *dar* e *achar*, em construções do tipo

- *está nua ilha que se chama Tamaracá (p. 67)*
- *Esta se acha uma das ricas terras do Brasil (p. 71)*
- *Criam se nella muitos peixes bois (p. 89)*

- *os filhos (...) crião se cõ leite* (p. 89),

que parecem indicar um uso intenso dos verbos pronominais. Vale a pena verificar significação e valência desses quatro verbos.

Já Luft (1993, p. 157) registrava um sentido transitivo direto pronominal para *criar-se*, significando “alimentar (-se), sustentar (-se), desenvolver (-se), formar (-se)”. É interessante observar que tanto o verbo como seus sinônimos comportam utilização passiva, na mesma acepção. (e.g. *Os filhos criam-se – ou são criados – com leite.*)

O mesmo autor (LUFT, 1993, p. 115) mostra uma possibilidade de *chamar* ser utilizado como transitivo direto pronominal predicativo, significando “ter o nome de”, e.g. *Ela se chama Teresa*, com o registro de que, nessa acepção, *chamar-se* equivale a *ser chamado* (cf. LUFT, 1993, p. 115).

Para o verbo *achar-se*, Luft (1993, p. 30) registra uma regência transitiva direta pronominal seguida de predicativo, equivalente a “estar, encontrar-se” (e.g. *Achar-se na miséria, doente, à morte, etc.*) e uma seguida de predicativo locativo, com o mesmo significado, e.g. *Naquele dia ele se achava em Brasília.*

Nos três verbos se verifica possibilidade real de uso pronominal e de uso passivo, havendo concomitância de estruturas e paralelismo de significado entre as duas leituras. Parece que, sendo inanimado o tema de *chamar*, fica claro o seu uso passivo (O rio se chama = o rio é chamado). Fica assinalado, no entanto, o caráter discutível da inserção dessas estruturas entre as da passiva sintética. Talvez esteja aí a via para o uso passivo, a partir do reflexivo (v. Naro, 1976). Se assim for, o processo ainda é produtivo.

O que isso nos permite verificar, no entanto, é uma espécie de lugar límbico em que uma mesma estrutura é passível de ser interpretada de duas maneiras (tanto na

significação quanto na construção sintática), como uso pronominal (talvez reflexivo em alguns casos) ou passiva, e isso não traz diferença informacional nenhuma.

Portanto, a passiva sintética é a grande presença marcando indeterminação nesses textos escolhidos para representar o século XVI. Mas, voltando ao texto camoniano, é preciso levar em conta que nem sempre essa estrutura marca indeterminação.

Não são poucas as incidências de passiva sintética com agente da passiva, em todo o corpo de *Os Lusíadas*. Portanto, a presença de tantos exemplos de passiva sintética sem agente (alguns transcritos acima) parece confirmar que se trata de uma estrutura escolhida para indicar imprecisão ou indefinição, pois a língua facultava o agente. Vejamos alguns exemplos de passiva sintética com agente:

- *Hei de sofrer que o fado favoreça / Outrem, **por quem** meu nome se escureça? (1C591-2)*
- *Enche-se toda a praia melindana / **Da gente** que vem ver a leda armada (2C585-586)*
- *Aqui se escreverão novas histórias / **Por gentes estrangeiras** que virão (7C437-438)*

São nove ocorrências. Podemos inferir que a chamada passiva sintética era largamente usada, e ainda permitia o agente da passiva.

O uso anterior de *homem* indeterminado, no português medieval, tão contingenciado por fortes restrições sintáticas, deixou lugar para outra forma. A passiva sintética, conforme assinalou Naro (1976) é a construção mais empregada, mais tarde seguida pelo *se* indeterminador. O *se*, indicando indeterminação, usado inicialmente só com verbos que admitem passiva, foi depois empregado com todos os tipos de verbos.

d) Verbo no infinitivo

- *Não tornes por detrás, pois é fraqueza / **Desistir-se** da cousa começada (1C315-316)*
- *Lhe manda **rogar** muito que saíssem (2C599)*
- *Se de humano é **matar** ua donzela (3C1010)*

São também dezoito ocorrências. São orações que complementam o sentido de predicados (como *é fraqueza, melhor é, impossível parecia*) ou complementam verbos

como *ver*, *ouvir*, *mandar*, isto é, verbos que não apresentarão sujeitos correferenciais em suas orações subordinadas. Observe-se que no primeiro exemplo ocorre infinitivo com *se*, uma construção que Nunes (1991) e Galves (2002) associam ao português do Brasil.

No texto já mencionado de Gândavo (INL, 1965), aparecem apenas duas frases com verbo no infinitivo. Transcrevo-as:

- *manda se dar nesta terra aos enfermos carne de porco (p. 147)*
- *E assadas maduras [as bananas] são muito sadias e mandão se dar aos enfermos (p. 173)*

Nos dois exemplos o agente indeterminado ocorre na oração que complementa o verbo *mandar*, na construção formulaica *mandar X fazer*, em que não se nomeia o agente por não ser necessário, nem relevante (no sentido griceano). O que mais chama atenção, no entanto, é que nos dois exemplos há dupla indeterminação: não se nomeia o sujeito de *dar*, nem o agente de *mandar*, indicado por *se*, na construção de uma passiva sintética.

e) Construção com *se* com verbos transitivos indiretos e intransitivos

Aparece ao menos uma ocorrência em *Os Lusíadas*:

- *Estava-se co as ondas ondeando (5C157)*

Em Gândavo (INL, 1965) também aparecem construções indeterminadas com *se* acompanhando verbos transitivos indiretos e intransitivos, constituindo o caso em que tal *se* é chamado símbolo de indeterminação do sujeito. Há quatro ocorrências. Exemplo:

- *correse de norte & sul (p. 65)*

A pequena presença dessa estrutura parece confirmar que a estrutura passiva com *se* já passava a indicar indeterminação, e seu uso depois se estendeu a outros verbos.

f) Expressões generalizantes: a gente, as gentes

A expressão tem muito emprego, com maior ou menor indeterminação. Pode-se circunscrever o universo de indeterminação da expressão, visto que *a gente*, quando se

refere à frota, remete aos navegantes lusos. Com frequência a expressão aparece adjetivada, permitindo precisão maior de sentido. Exemplos da expressão circunstanciada:

- *Se lá passar a lusitana gente* (1C240)
- *Ua gente fortíssima de Espanha* (1C242)

Passo a transcrever a seguir alguns dos exemplos em que *a gente* tem um referente bem mais amplo, podendo referir ‘toda e qualquer pessoa’.

- *A ferro e a fogo as gentes vão matando* (2C635) – *OD indeterminado*
- *Julgas agora, rei, se houve no mundo / Gentes que tais caminhos cometessem?* (5C681-682)
- *Várias gentes e leis e várias manhas* (6C428)

Em muitas instâncias de *a gente* com sentido indeterminado, circunscrito ou não, existe a silepse de número, ou concordância ideológica com o substantivo que é singular mas é de sentido coletivo, e o verbo aparece no plural. É o que se vê, por exemplo, em

- *Dos gritos; tocam a arma, ferve a gente, / As lanças e arcos tomam, tubas soam* (3C382-383)

Há uma construção que antecipa o uso que fazemos de *a gente* atualmente, no Brasil. Veja-se a transcrição dos versos 5C201-204:

- *Desembarcamos logo na espaçosa / Praia por onde a gente se espalhou, / De ver cousas estranhas desejosa, / Da terra que outro povo não pisou.*

Verifica-se aí que *a gente* é uma subdivisão do universo de ‘nós’, o sujeito de *desembarcamos*. Talvez esteja aí a nascente de um uso que se intensificou a partir do século XIX (LOPES, 2003) até se ter inserido no sistema pronominal do português brasileiro no século XX (ZILLES, 2005).

Há um total de oitenta e seis ocorrências de *a gente/as gentes*, em *Os Lusíadas*, em que é possível delimitar a extensão do significado, na acepção em que acima chamei de circunstanciada (em que é possível situar *a gente/as gentes* como sendo os lusos, por exemplo); e há dezesseis ocorrências de *a gente/as gentes* genérico, cujo referente pode ser toda a humanidade, ou ‘toda e qualquer pessoa’. No total, há cento e dois casos de emprego dessa expressão. Considero somente os dezesseis de uso genérico.

Em Gândavo há apenas cinco ocorrências, nenhuma com uso indeterminado.

5.2 Um texto teatral: Gil Vicente

O *Auto da Barca do Inferno*, de Gil Vicente, foi publicado pela primeira vez, ao que tudo indica, em 1518 (cf. TUTIKIAN, introdução à edição de VICENTE, 2005, p. 17). Isso situa a peça a meio caminho entre a língua arcaica e a moderna, o que torna a investigação das formas de indeterminação especialmente interessante. Nossa pesquisa foi feita a partir da edição revista e comentada por Jane Tutikian (VICENTE, 2005).

Há sete casos de indeterminação marcada por verbo na P6. Exemplo:

- *Mandaram-me vir assi* (p. 39)

São cinco os casos de expressões generalizantes, quatro com *gente* e uma com *povo*, mas não há sentido indeterminado.

Há oito casos de passiva analítica sem agente. Exemplo:

- *folgava ser adorado* (VICENTE, 2005, p. 27)

E são seis os casos de passiva sintética. Exemplo:

- *no presente auto se fegura que* (VICENTE, 2005, p. 21)

Há um único caso de *se* indeterminador:

- *Asinha, que se quer ir!* (VICENTE, 2005, p. 22)

São sete os casos de indeterminação marcada por verbo no infinitivo. Exemplo:

- *Ouvir missa, então roubar - / é caminho per' aqui* (VICENTE, 2005, p. 40)

Finalmente, há três ocorrências, em seqüência, de pronome pessoal desprovido de valor dêitico, ou com valor suficientemente generalizante para incluir o narrador e toda a humanidade. Aparece o verbo na primeira pessoa do plural, este *nós* indicando, portanto, toda a humanidade. São as seguintes as ocorrências:

- *No ponto que acabamos de espirar* (VICENTE, 2005, p. 21) -> *toda a humanidade*

- *chegamos supitamente a um rio* (p. 21)

- *o qual per força havemos de passar em um de dous batéis* (p. 21)

O personagem reflete sobre a condição humana e sobre o fato de, no fim da vida, estarem os homens condicionados a duas barcas (a do céu e a do inferno).

Na peça de Gil Vicente (2005 [1518]), há equilíbrio entre as diferentes formas de indeterminação. Entre as expressões genéricas, não ocorre o arcaico *homem*.

Tabela 3 - Indeterminação nos textos escolhidos do século XVI

	<i>P6</i>	<i>ExprGen</i>	<i>PASA</i>	<i>PS</i>	<i>VInf</i>	<i>SIS</i>	<i>Pro n-d</i>
	#	#	#	#	#	#	
Camões	18	16	36	80	18	1	
Gândavo	40	0	9	120	2	4	
Gil V.	7	0	8	6	7	1	3
Total	65	16	53	206	27	6	3
%	17%	4%	14 %	55 %	7 %	2 %	1 % (0,7)

Ocorrências totais de indeterminação: 376. P6: verbo na terceira pessoa do plural; ExprGen: expressão generalizante; PASA: passiva analítica sem agente; PS: passiva sintética; VInf: verbo no infinitivo; SIS: símbolo de indeterminação do sujeito; pro n-d: pronome não-dêitico

Verifica-se um crescimento da passiva sintética, de longe a forma mais freqüente, enquanto o uso de expressões generalizantes parece limitar-se ao texto camoniano. A passiva analítica sem agente e o verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso, são recursos da língua que mantêm certa estabilidade na freqüência de emprego. Os demais recursos ainda são inexpressivos.

5.3 Conclusões parciais

O que mais chama a nossa atenção na comparação entre a análise dos textos medievais e os do século XVI é a ascensão da passiva sintética como estrutura sintática preponderante a indicar indeterminação. Observação, aliás, já feita por Mariana de Oliveira (2004, p. 169). Extraordinário crescimento, em detrimento das complexas estruturas exigidas por *homem*, no texto medieval. Ficam abandonadas tais construções com *homem*, com pontos tangenciais possíveis dentro do uso metonímico que dele até

hoje se faz, e completamente esquecidas as indeterminações com outras formas arcaicas como *rem*.

Um ponto comum aos dois momentos é a presença de elementos gramaticais (como pronomes) e lexicais a indicar, também, indeterminação. A estrutura sintática específica é uma das opções, apenas.

A preferência das construções com *se* não se limita à passiva sintética. Aparecem pálidos sinais das outras combinações com *se* indeterminador, com verbos intransitivos, em Gândavo (INL, 1965). São igualmente freqüentes as construções com *se* reflexivo, como nessa estrofe do Canto Quinto, versos 153-160:

*Ia-se pouco a pouco acrescentando
E mais que um largo mastro se engrossava;
Aqui se estreita, aqui se alarga, quando
Os golpes grandes de água em si chupava;
Estava-se co as ondas ondeando;
Em cima dele ua nuvem se espessava,
Fazendo-se maior, mais carregada,
Co cargo grande d'água em si tomada.*

Fica quase tentador dar voz à impressão de que havia uma certa preferência por construções com *se*, fosse passivador, fosse indeterminador, fosse reflexivo.

Em nossos dias, o *se* reflexivo alastra seu campo de aplicação: tende a tomar o lugar do clítico correspondente a outras pessoas, além das terceiras (do singular e do plural). Ouço com freqüência crianças dizendo *Eu não se lembro, tu não se lembra* e crianças e adultos dizendo *nós se conhecemos, nós vamos se arrepender*, etc. O *se* assumindo caráter reflexivo geral, extrapolando a terceira pessoa, já foi assinalado por Castilho (1997, p. 37).

6 A PREVALÊNCIA DA CONSTRUÇÃO COM *-SE* NO SÉCULO XVII

6.1 O SN indeterminado no texto histórico de Frei Vicente do Salvador

Em sua *História do Brasil: 1500 – 1627*, Frei Vicente do Salvador, fiel ao gênero que o consagrou, dentro de uma certa concepção tradicional de história, deixa bem claros os agentes das ações que narra. Por isso, já no início do primeiro capítulo da obra, há um parágrafo de quase uma página de extensão, com narração intensa, em que quase todas as ações têm o seu agente claramente expresso. Mesmo assim, surgem indeterminações.

a) Verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expresso: trinta e oito frases.

- *meio eficacíssimo pera com muita facilidade os pacificarem e povoarem a terra (p. 336)*

- *lhes não poderiam escapar (P. 338)*

b) Passiva sintética: cento e quinze casos. Alguns exemplos:

- *onde se desembarcam as fazendas das barcas (p. 336)*

- *pera que se veja a facilidade (p. 337)*

Em Frei Vicente do Salvador ainda ocorre passiva sintética com agente:

- *com que se leva este gentio **de quem** os entende e conhece (p. 337)*

- *o corpo da guarda se fazia junto à tenda ou casa palhaça do capitão-mor **pelos soldados do presidio e outros** (p. 368)*

Também é interessante verificar que há um grande número de sentenças com dupla possibilidade de leitura. Na primeira frase abaixo, pode ser que o bispo incense a si mesmo, e assim o governador. E pode ser – e ao que tudo indica é essa a intenção do texto – que o coroinha, na igreja, deva passar com o incenso na frente do bispo e depois na frente do governador. Na segunda frase, não se sabe se os soldados dividiram a si mesmos em algumas mangas (grupos), ou se foram divididos.

- *e primeiro se **incensasse** o bispo e depois o governador (p. 360)*

- *se se dividiram em algumas mangas* (p. 366)

Observa-se um viés nos verbos que são, ao mesmo tempo, reflexivos e transitivos; ou, melhor dizendo, os verbos que admitem objeto direto co-referencial ao sujeito. Parece que esse é o caminho para que se intensifique tanto o uso das passivas sintéticas.

c) Passiva analítica sem agente: vinte e uma ocorrências. Exemplos:

- *os mais nem com prisões podiam ser trazidos* (p. 337)

- *lhes será permitido* (p. 342)

d) Verbo no infinitivo: quinze casos. Exemplos:

- *para daí dar ordem a lançar os franceses do Maranhão* (p. 336)

- *que possam nos seus navios fazer vir todas as sortes de vitualhas* (p. 342)

Expressões generalizantes aparecem raramente no *Tratado*. Encontrei três, mas não há nelas interpretação arbitrária.

O *se* indeterminador (com verbos intransitivos ou transitivos indiretos) aparece também no *Tratado*. São onze casos. Exemplos:

- *um monte a que se não podia subir* (p. 368)

- *por onde se entra na primeira boca da baía* (p. 374)

Confirma-se no texto de Salvador a utilização crescente da passiva sintética (usada em 58% dos casos), e já surgem empregos do *se* com verbos não-transitivos diretos. O verbo na terceira pessoa do plural é a segunda forma mais empregada (19%). A passiva sem agente (11%) e o verbo no infinitivo (7%) mostram diminuição em relação aos mesmos itens na tabela geral do século XVI (14% e 22% respectivamente).

6.2 O SN indeterminado em Vieira e em Gregório de Matos

Para representar o século XVII, foi escolhida também a prosa de Vieira, que, tão ao gosto e ao feitio barroco, utiliza paradoxos, contrastes, antíteses e hipérboles e, para nossa atenção, faz interessantes demonstrações de lógica, com argumentos poderosos que se confrontam. Nessas demonstrações, muitas vezes o agente é indeterminado.

Cresce o interesse por ele porque seus caminhos cruzaram muitas partes do mundo. Posto que no Brasil se falasse a língua geral mais que a portuguesa (cf. BESSA FREIRE, 2004; ZILLES, 2006), o português empregado por Vieira reflete a língua das pessoas letradas de sua época, nos dois lados do Atlântico.

Bosi (1992, p. 119-148) presta seu tributo a esse lutador incansável, que emprega imagens fortes e desafia até mesmo as contradições de seu tempo e de sua condição: privilegiado pregador da Corte, Vieira não hesita em invectivar nos nobres que o cercam o que julga que façam errado. Seu pensamento, inserido nos parâmetros da Contra-Reforma, tem no entanto uma visão (libertária) que aponta para horizontes mais amplos, em que todos os homens, com suas ações calcadas nos ensinamentos da Igreja, obterão a salvação, cumprindo preceitos que acabarão, aliás, por trazer mais justiça ao mundo. Sem vencer a contradição inerente ao colonialismo que se pretendia cristão, como aponta Bosi (1992, p. 148), a retórica de Vieira ainda impressiona e seria adaptável com perfeição a situações contemporâneas: veja-se, por exemplo, o sermão do Bom Ladrão.

A. L. de Oliveira (2003, p. 59) assinala que, na preocupação de defender o dogma católico, no ambiente da Contra-Reforma, o púlpito “transformou-se verdadeiramente no meio quase exclusivo de catequese e apologética”. A pregação em si assumia uma função de destaque, “como elemento catalisador de atitudes coletivas, transformando-se em verdadeiro aparelho de combate pela perduração do poder efetivo da igreja” (A. L. de OLIVEIRA, 2003, p. 59), e a própria arquitetura jesuítica da época ensejava o efeito teatral do momento do sermão. A mesma autora (A. L. OLIVEIRA, 2003, p. 60) chama nossa atenção para o peso que o humanismo teve na formação dos pregadores, cujos sermões auferiram alta qualidade artística do estudo dos escritores clássicos que fizeram parte de sua educação. À finalidade edificante da prédica uniram-se os apelos de inovação e de

comoção. Vieira condenou os exageros, embora tenha utilizado, com vistas a uma pregação mais efetiva e frutífera, os recursos expressivos e inventivos que a retórica da época punha a seu alcance (conferir, a esse respeito, A. L. de Oliveira, 2003, p. 66-68).

No que se refere ao tema deste trabalho, Vieira utiliza todos os elementos já apontados para indicar indeterminação. Na indicação dos exemplos, registramos a página do livro *Escritos Históricos e Políticos* (VIEIRA, 2002), com estabelecimento do texto, anotações e prefácio de Alcyr Pécora. Após a página, são indicados os sermões, por suas iniciais: SA indica o Sermão de Santo Antônio, SR o Sermão de São Roque, DA o Sermão da Primeira Dominga do Advento e BL o Sermão do Bom Ladrão.

a) Verbo na terceira pessoa do plural

Esta estrutura é bastante empregada por Vieira. Há uma ressalva a fazer, no entanto. No Sermão do Bom Ladrão, parágrafos inteiros mantêm a terceira pessoa do plural, sem sujeito exposto, indicando indeterminação, embora seja possível inferir os agentes das ações hipotéticas: são os governadores nomeados das províncias. Vou manter as frases em que isso ocorre, o que vai aumentar sensivelmente a contagem de exemplos pertencentes a esta estrutura.

- *na morte não teve necessidade de Roma para o **canonizarem** (p. 54, SR)*
- *Retirado estava Elias, e perdia-se; **mandam**-no vir para a corte para que se salve. (p. 81, DA)*
- ***Conjugam** por todos os modos o verbo rapio (p. 109, BL)*
- ***começam** a furtar pelo modo indicativo (p. 109, BL)*
- ***Furtam** pelo modo imperativo (p. 109, BL)*
- ***Furtam** pelo modo permissivo (p. 110, BL)*
- ***Furtam** pelo modo infinitivo (p. 110, BL)*

São sessenta e duas ocorrências, em quatro sermões. Tal como ocorria em *Os Lusíadas*, nos exemplos também se observa a presença da silepse de número: é o caso da frase da página 24, AS: “*corre grande obrigação à nobreza de Portugal de concorrerem com muita liberalidade para os subsídios e contribuições do reino*”. Claro que se pode

dizer que se trata de um sujeito claro (nobreza de Portugal), com verbo no plural. Temos visto presença de silepses em outros textos. Outra interpretação, no entanto, é possível: dentre os que compõem a nobreza de Portugal, cabe a alguns (indeterminados) concorrerem com muita liberalidade para os subsídios e contribuições do reino. Embora passível de discussão, vou manter a frase no corpo de exemplos.

São quarenta e cinco as ocorrências com sujeito indeterminado que chamarei de decifrável, as que ocorrem no Sermão do Bom Ladrão. Trata-se da longa seqüência que vai desde a primeira frase da página 109, “*Conjugam por todos os modos o verbo rapio*” até a frase da página 111, BL, “*Pois, se eles **furtam** com os ofícios*”. Observe-se que a frase seguinte, da página 111, BL, já tem outro sujeito indeterminado: “*e os consentem*”, pois quem consente que roubem é a autoridade que está acima deles, e esse outro sujeito indeterminado fica confirmado na frase seguinte, “*e os **conservam** no mesmo ofício*”.

Pode-se, então, de certa forma, tornar mais precisa a indeterminação. A opção estilística e finamente irônica de Vieira mostra que é possível, intencionalmente, deixar indefinido o agente de uma ação (ele não diz quem se empenha tanto em furtar), embora seja identificável o campo de atuação desse(s) agente(s) e onde ele(s) pode(m) ser procurado(s) – entre os governadores das províncias.

Observe-se ainda que, nessa mesma situação, Vieira utiliza em três momentos o pronome pessoal de terceira pessoa do plural, explícito, nas frases da página 111 que transcrevo a seguir: “*E quando **eles têm** conjugado assim toda a voz ativa, e as miseráveis províncias suportado toda a passiva*” (p. 110, BL); “***eles**, como se **tiveram** feito grandes serviços, **tornam** carregados de despojos e ricos*” (p. 110, BL); “*Pois, se **eles furtam** com os ofícios*” (p. 111, BL).

Parece oportuno observar que no século XVII já se evidencia o fato de que frases como *Quebraram a vidraça* ou *Eles quebraram a vidraça*, sem sujeito expreso ou implícito, são equivalentes. Talvez por ser o pronome cada vez mais empregado, à medida que a língua vai assumindo sua faceta de concordância fraca.

Contemporâneo de Vieira, Gregório de Matos, o Boca do Inferno, é conhecido pelos versos satíricos mais que pelos líricos e sacros. Em sua personalidade errática se encontram as contradições inerentes ao período barroco¹⁶.

Há trinta e sete ocorrências de verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso, na *corpus* de Gregório de Matos analisado. Exemplo:

“Cada pessoa o seu cobre, / mas se o diabo me atiça / que indo a fazer justiça, / algum saia a justiça, / não me **poderão** negar, / que por direito, e por Lei, / esta é a justiça, que manda El-Rei.” (MATOS, 1999, p. 34)

Constituirá o *corpus* de Gregório de Matos, na presente investigação, o início do livro *Crônica do viver baiano seiscentista*, volume I da Obra Poética Completa, Códice James Amado, mais especificamente os capítulos intitulados *O Burgo* e duas partes de *Os Homens Bons: Pessoas muito principais e Pessoas beneméritas*. Trata-se de uma coleção de poemas em que se incluem textos sacros, líricos e satíricos.

b) Passiva analítica sem agente

Este meio de indeterminar o agente também está presente na obra de Vieira. Há um total de trinta e oito ocorrências de passiva sem agente. Exemplos:

- *manda Cristo que **estejam** muitas tochas **acesas*** (p. 32, SR)
- *os que **são ouvidos** de mais perto* (p. 92, DA)

Em Gregório de Matos (1999, p. 33-154), há dezesseis ocorrências. Exemplos:

“*Se de dois FF **composta** / **está** a nossa Bahia, / errada a ortografia*” (p. 38)
 “***Exaltada** a majestade / **seja** de um rei tão divino*” (p. 101)

¹⁶ A respeito da biografia, dados técnicos podem ser obtidos em Bosi, 1997, e dados reveladores podem ser obtidos em Miranda, 2006.

c) Passiva sintética

Esta é, de longe, a mais presente dentre as formas de indeterminação de agente nos sermões analisados de Vieira. Exemplos:

- *e também no céu se fez a eleição* (p. 4, SA)
- *Luz que se pode apagar com um assopro* (p. 32, SR)
- *Nos particulares, cura-se um homem; nos reis, toda a república.* (p. 127, BL)

O total de ocorrências impressiona: duzentas e oitenta e oito. Há um maciço domínio dessa estrutura na indicação da indeterminação, nos discursos de Vieira que foram analisados. Vamos lembrar que no texto da *Demanda* há uma única ocorrência desta forma de passiva (e de indeterminação), em *Os Lusíadas* ocorrem oitenta frases que a apresentam, e no *Tratado* de Gândavo cento e vinte, sendo quarenta e oito delas com os verbos *chamar*, *criar* e *achar*. A utilização ascendente da passiva sintética é um fato.

Há duas frases com dupla interpretação (passiva ou reflexiva):

- *A lei de Cristo é uma lei que se estende a todos com igualdade* (p. 14, SA)
- *Estes são os elementos de que se compõe a república* (p. 17, SA)

Só para registrar, há ocorrências também de passiva sintética com agente, mas em número extremamente reduzido, em relação à proporção de uso verificada no texto camoniano. São as seguintes as ocorrências:

- *E reparta-se por todos o peso* (p. 15, SA)
- *[o cetro de Portugal] se perpetue em durações eternas por um rei já com dois sucessores* (p. 33, SR)

Observe-se que a primeira frase ainda oferece uma dupla possibilidade de análise, pois a preposição *por* poderia ser substituída por *entre*. Assim sendo, não haveria agente da passiva, haveria um adjunto adverbial. De qualquer maneira, a presença de apenas duas frases mostra que a chamada passiva sintética tinha uso já definido como forma indicadora de indeterminação.

Em Matos (1999) também se verificam formas de passiva sintética.

- “de que ainda **se conservam** / alguns remotos indícios” (p. 41)
- “Mas, para que **se conheça** / se falo verdade, ou minto” (p. 41)

São cinquenta e quatro ocorrências, em linguagem poética, tanto em instâncias da poesia satírica quanto da poesia sacra. Há três ocorrências, no *corpus* verificado de Gregório de Matos, em que pode haver tanto indefinição de agente quanto voz reflexiva:

- “Uma cidade tão nobre, / uma gente tão honrada / **veja-se** um dia louvada / desde o mais rico ao mais pobre” (p. 34)
- “e também muitos barbados / que **se prezam** de narcisos” (p. 42)
- “sendo as pedras, e boninas / da terra únicos primores, / pois **se esmalta** [a terra] pelas flores, / e enriquece pelas Minas” (p. 148)

Nos três exemplos, tem-se agente animado (no primeiro caso, podendo tanto ser *uma gente* quanto *uma cidade*, visto que em todo o poema ocorre prosopopéia). Há, portanto, ambigüidade estrutural nas orações.

d) Expressões generalizantes

Também aparecem no texto de Vieira. Vejamos alguns exemplos:

- *O pequeno* achará seus ossos em um adro sem pedra nem letreiro (p. 64, DA)
- *O grande*, pelo contrário, achará seu corpo embalsamado em caixas de pórfiro (p. 64, DA)
-

Não há sentido arbitrário, mas palavras de uso geral, situadas no que Givón (1984, p. 405) chama de nominais genéricos definidos, em que o nome faz referência à classe.

Também em Gregório de Matos aparece a palavra *homem* em seu sentido geral. Bem afastada de seu uso medieval, a palavra tem o emprego que sempre existiu na língua.

“Pois vá descendo do alto, onde jazia, / Verá quanto melhor se lhe acomoda / Ser **home** (sic) em baixo, do que burro em cima” (p. 146)

d) Se indeterminador

Há ocorrências do pronome *se* com verbos transitivos indiretos ou intransitivos:

- *vive-se* como em Turquia (p. 85, DA)
- *A porta por onde legitimamente se entra no ofício, é só o merecimento.* (p. 106, BL)

São treze ocorrências. Três delas são com o verbo *tratar*, o que nos poderia levar a pensar numa expressão cristalizada. Prefiro, no entanto, filiar-me à hipótese de que o uso

de *se*, inicialmente restrito aos verbos ditos transitivos diretos, tenha se estendido também a outros verbos. A palavra *se*, indicando indeterminação de agente, passa a transpor a barreira dos limites sintáticos em que se achava confinada: usada inicialmente com verbos que admitem passiva, estende aos poucos seu emprego e passa a ser usado com quaisquer verbos que admitam agente.

e) Verbo no infinitivo

Este recurso também é empregado por Vieira, em cinqüenta e nove instâncias.

- *Pois se parece que bastava uma só tocha, por que manda Cristo **acender** tantas?* (p. 32, SR)
- *A rapina ou roubo é **tomar** o alheio violentamente contra vontade de seu dono* (p. 98, BL)
- *basta **restituir** outro tanto* (p. 126, BL)

Um exemplo, que não foi computado acima, deve ser reportado. Trata-se da frase

- *Caminhava o pai de Santo Antônio a degolar* (SA, p. 5)

O texto nos permite estabelecer que não era o pai de Santo Antônio que ia degolar alguém, e sim que ia ser degolado. Este uso do verbo no infinitivo nos levaria a pensar, ao menos nos dias de hoje, em sujeito agente; aqui no exemplo, porém, ele é tema. Neste uso passivo, temos agente indeterminado. Como não há outros exemplos nos textos analisados, apenas registro o caso, sem incluí-lo em nenhuma das listas. No entanto, talvez Vieira utilize um recurso da língua que é usado no século XX e é reportado por Galves (2001, p. 52), e. g. *Cadê a revista? Está xerocando.* [=Está sendo xerocada.], *A linha dele tinha parado de fabricar* [=de ser fabricada], *Aquela verba que liberou agora...* [=foi liberada]. Ou seja, usa-se a ativa com valor passivo. Haveria em Vieira prenúncio de um uso possível?

Gregório de Matos também emprega o recurso do verbo no infinitivo.

- *Mandei acaso **chamar**-vos / ou por carta, ou por aviso?* (p. 41)
- *Eu não vejo **cortar** bolsas* (p. 51)

São dezesseis as instâncias, e nelas incluí também os verbos substantivados, o que é discutível. Não para os propósitos deste trabalho, visto que o verbo substantivado constitui um elemento de transição entre a forma verbal e a nominalização, esta vista como possível forma de indeterminação de agente. Os verbos substantivados acrescentados à lista acima foram os seguintes:

- *Tanto importa o não ser, como haver sido. (p. 80)*
- *Que em ser do céu consiste o ter ventura. (p. 125)*
- *que o cair é dos validos (p. 131)*
- *Que já é velho em poetas elegantes / O cair em torpezas semelhantes (p. 132)*

Observe-se que um dos verbos substantivados tem sujeito, e naturalmente não foi computado no número acima, mas parece comprovar o uso diferente que se fazia do verbo substantivado, no tempo de Gregório de Matos. O artigo determina a frase verbal. Ei-lo:

- *E foi grandeza o morrer / um Deus (p. 104)*

f) Emprego não-dêitico de pronomes

Nos textos analisados, percebemos que em várias instâncias o uso dos pronomes pessoais era não-dêitico, no sentido de não se referir a uma das pessoas do discurso ou à não-pessoa, como quer Benveniste (1995 [1966], p. 250-251), mas a uma pessoa hipotética ou indeterminada. Os exemplos seguintes foram coletados nos textos de Vieira.

- *Tão ásperos podem ser os remédios, que seja menos feia a morte que a saúde. Que me importa a mim sarar do remédio, se hei de morrer do tormento? (p. 11, SA)*
- *do corsário do mar posso me defender / aos da terra não posso resistir (p. 111, BL)*
- *do corsário do mar posso fugir, dos da terra não me posso esconder (p. 111, BL)*

Os primeiros exemplos apresentados contêm um uso para muitos discutível: a primeira pessoa do singular se presta a um uso não-dêitico? A leitura não nos deixa dúvida, entretanto: o eu-retórico abstrai-se, nesse momento, da pessoa em si, e reporta uma dúvida ou um paradoxo inerente à condição humana.

6.3 Conclusões parciais

Tabela 4 – Indeterminação nos autores investigados do século XVII

	<i>P6</i>	<i>ExprGen</i>	<i>PASA</i>	<i>PS</i>	<i>VInf</i>	<i>SIS</i>	<i>Pro n-d</i>
	#	#	#	#	#	#	
Salvador	38	0	21	115	15	11	
Vieira	62	0	38	288	59	13	6
Gregório	37	0	16	54	16	1	
Total	137	0	75	457	90	25	6
%	18%	0	9%	58%	11%	3%	1% (0,8)

Total de ocorrências de indeterminação: 790

Os resultados mostram a ascensão muito grande da frequência da passiva sintética, decréscimo nos resultados da passiva analítica sem agente (em relação aos séculos anteriores: 30% no século XIII, 36% no século XV, 14% no século XVI, 9% no século XVII). A indeterminação marcada por verbo na terceira pessoa do plural mostra estabilidade em relação ao século anterior (34% de frequência no século XIII, 9% no século XVI, 17% no século XVI, 18% no século XVII). Há um *se* com verbos transitivos indiretos e intransitivos ainda tímido (3% dos casos de indeterminação, no século XVII). Sempre se deve levar em conta, no entanto, que o número de verbos transitivos indiretos e indiretos, na língua, é menor que o número de verbos transitivos diretos.

7 A INDETERMINAÇÃO NO SÉCULO XIX: SEMPRE O *SE*

A máquina a vapor, as descobertas da ciência e as idéias liberais traziam novas maneiras de ver e usar o mundo. No Brasil, a data da independência foi antecedida de eventos que marcaram definitivamente a vida nacional, como a vinda da família real em 1808, que trouxe benefícios em algumas áreas, inclusive nas que favorecem o desenvolvimento das letras: criação da imprensa no país, fundação da Biblioteca Nacional, incentivo às apresentações teatrais (v. Schwarcz, 2002). A par disso, embora a educação no país fosse restrita, e a leitura pouco difundida (v. Lajolo e Zilberman, 1998), deve ter surgido um público leitor, que permitiu o desenvolvimento do folhetim – e do romance –, e a ambientação das tramas românticas ao trópico teve como consequência a introdução de peculiaridades do falar brasileiro à escrita, não sem críticas por parte de intelectuais portugueses que apontaram a diferença como defeito, sendo as defesas de Alencar quanto à livre expressão brasileira bem conhecidas (cf. Faraco, 2001, p. 42-43).

No *corpus* representativo do século XIX, para verificação da frase nominal indeterminada, foi escolhido um historiador – Capistrano de Abreu – e um insigne cronista: Machado de Assis. Para um texto de caráter dissertativo, escolhi justamente as defesas de Alencar da expressão brasileira, e a curiosidade me levou a pesquisar um texto de romance, e para isso selecionei setenta páginas da obra-prima de Raul Pompéia, *O*

Ateneu. A par disso, há quatro textos teatrais: um de Alencar, um de Artur Azevedo e dois de Martins Pena.

As crônicas de Machado de Assis formam dois grupos: algumas pertencem ao livro *Bons dias!* – sendo analisadas as de 1888 – e outras pertencem ao livro *Balas de Estalo*, dos anos de 1883 e 1884. Destas últimas foram suprimidas algumas porque não se prestavam ao estudo – uma por ser uma divertida idéia do que é a língua chinesa, com muitas palavras inventadas, outras por serem formuladas em forma de cartas, outra por conter quase exclusivamente abreviações.

Os textos de Alencar selecionados são os que trazem respostas aos que lhe encontram defeitos na expressão lingüística.

Os resultados referentes ao século XIX quanto à utilização das frases nominais indeterminadas são apresentados a seguir.

7.1 Um texto dissertativo e um teatral: Alencar

Em seus escritos não-ficcionais, os que eu chamo aqui de dissertativos, há instâncias de frase nominal indeterminada. No pós-escrito a *Diva* (ALENCAR, 1957 [1865]), no pós-escrito a *Iracema* (ALENCAR, 1957 [1870]) e no ensaio *Bênção Paterna*, que constitui um prefácio a *Sonhos d'Ouro* (ALENCAR, 1957 [1872]), encontramos quinze ocorrências de indeterminação com terceira pessoa do plural. Vejamos alguns exemplos.

- *a língua rompe as cadeias que lhe querem impor* (Pós-escrito a *Diva*, p. 311)
- *para não me lançarem à conta* (Pós-escrito a *Iracema*, p. 187)

Os exemplos apresentados ocorrem em vários tempos e modos verbais.

Extremamente econômico em expressões lexicais genéricas, Alencar, nesses escritos, só apresenta a expressão *gente* especificada por adjetivos: *não obstante os clamores da gente retrógrada* (PD, p. 311), *da pouca gente que lê* (PR, p. 30).

Ou seja, ocorre aí o uso da expressão em seu sentido coletivo, não indeterminado.

Há apenas dez instâncias de passiva analítica sem agente, das quais selecionamos algumas, e verificamos ausência de restrições de tempo ou modo.

- *que foi iniciada sob o título de romantismo (Pós-escrito a Diva, p. 313)*
- *mas devem ser desculpadas ao escritor (Pós-escrito a Iracema, p. 189)*

A passiva sintética guarda o maior número de exemplos. Há um total de cinquenta e dois nos três textos. Os verbos não evidenciam restrição de tempo ou modo.

- *como se estimula o gosto literário (Pós-escrito a Diva, p. 312)*
- *então com certeza se não há de buscar o crítico literário (Prefácio a Sonhos d'Ouro, p. 29)*

Observa-se uma instância, em Alencar, que parece um uso resquicial de passiva sintética com agente, embora também seja possível a leitura reflexiva:

- *a influência da nova cidade, que de dia em dia se modifica e se repassa do espírito forasteiro (Prefácio a Sonhos d'Ouro, p. 35)*

De fato, é possível ler como *é repassada pelo espírito forasteiro*, ao lado de *repassa a si mesma de espírito forasteiro*, com prosopopéia. A frase não foi incluída.

Há quinze ocorrências de frase nominal indeterminada marcada por verbo no infinitivo. Eis algumas:

- *novas maneiras de dizer (Pós-escrito a Diva, p. 311)*
- *Tachar esses livros de confeição estrangeira (Prefácio a Sonhos d'Ouro, p. 36)*

Há cinco ocorrências de *se*, símbolo de indeterminação do sujeito. Exemplos:

- *como já se tem sugerido (Pós-escrito a Iracema, p. 188)*
- *e não daquilo que se vai desacreditando de antemão (Prefácio a Sonhos d'Ouro, p. 29)*

Somente uma das instâncias é com verbo transitivo indireto. Há ainda um outro caso a ser assinalado neste *corpus* alencariano: o da frase nominal indeterminada marcada pelo verbo no gerúndio, sempre em oração mais baixa. São três casos:

- *Finalmente o ditongo, pela regra da nossa gramática, é longo; portanto, sempre que o nasal for breve, cumpre tirar-lhe o caráter de ditongo para evitar a anomalia e restituir-lhe o caráter de sílaba, elidindo a vogal (Pós-escrito a Iracema, p. 184)*
- *e substituindo o til pela consoante (Pós-escrito a Iracema, p. 184)*

- *Os livros de agora nascem como flores de estufa, ou alface de canteiro; guarda-se a inspiração de molho, como se usa com a semente; em precisando, é plantá-la, e sai a cousa, romance ou drama. (Prefácio a Sonhos d'Ouro, p. 32)*

Essas orações, no entanto, têm agente indeterminado por força da oração mais alta, que não apresenta agente claro.

O segundo *corpus* de Alencar (1998 [1860]) é o da peça de teatro *Mãe*, de conteúdo fortemente dramático, que não teme o caráter inverossímil da mãe escrava, Joana, que nunca se revelou como mãe ao filho livre, por alguns obscuros escrúpulos de ordem sócio-provinciana. Mesmo que o impacto fique obscurecido por clichês românticos de discutível eficiência, a peça apresenta personagens do povo portadoras de expressões típicas. Além da própria escrava Joana, há o oficial de justiça Vicente, descrito por ela como o “ciganinho”, lembrando sua infância pobre. São eles os que usam a expressão *a gente*, referindo-se inclusive a si mesmos, num uso que prefigura o do século XX. Zilles (2005, p. 26) já havia observado esse uso no conto *Plebiscito* de Artur Azevedo, situando no século XIX os primeiros registros escritos de tal emprego.

Há nessa peça dezesseis ocorrências de verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso. Exemplos:

- *Estão batendo (Mãe, p. 19)*
- *Uma carta que acabam de entregar. (Mãe, p. 24)*
- *Supõe que... te vendiam. (Mãe, p. 35)*

As expressões generalizantes merecem análise mais cuidadosa. Há seis casos.

- *E este modo de chamar a gente de Bilro... (Mãe, p. 30)*

Com essa frase, Vicente se refere a si mesmo. Segundo Lopes (2003, p. 32), é o século XIX, justamente, que se configura como um período de transição da expressão (*a gente* de substantivo para pronome. A autora faz ver que o século XIX apresenta características de uma etapa bem inicial do processo de gramaticalização (séculos XVII-

XVIII) e também seleciona aspectos do século XX, em que o processo se efetivou (cf. LOPES, 2003, p. 33).

Com a frase seguinte, Vicente se refere a si mesmo e a Joana:

- *Não era melhor que a gente se tratasse como os outros? (Mãe, p. 30)*

Portanto, o pronome é pessoal.

Na frase seguinte, Vicente se refere a si mesmo: ele quer que Joana o chame pelo nome e não pelo apelido, e invoca uma idéia geral de respeito, o que dá à expressão *a gente* um caráter generalizante:

- *Não vê que é preciso a gente dar-se a respeito (Mãe, p. 31)*

Na expressão seguinte, Joana se refere a si mesma, mas há uma idéia generalizante de que a evocação do passado é comovente, portanto ela se insere num grupo maior:

- *A gente tem vontade de chorar (Mãe, p. 32)*

Na frase seguinte, a palavra *gente*, destituída de artigo, configura um universo que remete aos outros. Na referência, não está incluído o falante (no caso, a falante, Joana):

- *E há gente que zomba e não quer acreditar! (Mãe, p. 65)*

Na última instância registrada, Joana se refere a si mesma e a Jorge:

- *O melhor é a gente não se lembrar mais disso! (Mãe, p. 66)*

O uso de *a gente* é exatamente o mesmo que dele se faria hoje, a não ser por um pormenor: só quem usa a expressão *a gente* é a escrava Joana e o ciganinho Vicente, o Bilro. Nenhum outro personagem da peça o emprega. Conforme Zilles (2005, p. 33) já havia assinalado, a expressão *a gente* estava associada com pessoas de estatuto social mais baixo, o que sugere uma mudança de baixo para cima, ao menos no século XIX.

Há seis ocorrências, na peça *Mãe*, de passiva analítica sem agente. Exemplos:

- *Não há de ser condenado, não! (Mãe, p. 29)*

- *Uma noite fui chamado a toda pressa (Mãe, p. 40)*

E há quinze ocorrências de passiva sintética. Registro algumas:

- *Não se condena assim um homem (Mãe, p. 28)*
- *não me disse como esses suprimentos se faziam (Mãe, p. 40)*

São treze os casos de verbo no infinitivo. Exemplos:

- *Não é possível viver assim (Mãe, p. 17)*
- *e manda esperar (Mãe, p. 65)*

Em uma das instâncias, o verbo é substantivado:

- *Faz-te mal aos olhos o bordar (Mãe, p. 65)*

Parece haver aí um uso que torna evidente a seqüência proposta por Givón (1984) e mencionada por Yamamoto (2006), em que formas nominais constituem um elo entre a nominalização e o emprego do verbo em suas funções específicas, com modo, tempo e aspecto.

Há seis usos do *se* indeterminador, às vezes dois na mesma frase:

- *Sei de que se trata. (Mãe, p. 25)*
- *Quando não se pode viver honrado, morre-se (Mãe, p. 28)*

A comparação dos dois gêneros textuais em textos do mesmo autor permite verificar 1) prevalência da passiva sintética como modo preferencial de marcar indeterminação no texto dissertativo; 2) no texto teatral, o dobro da ocorrência, em números percentuais, de *se* indeterminador (isto é, com verbos transitivos indiretos, intransitivos ou de ligação) em relação aos textos dissertativos; 3) uso de *a gente* já permitindo leitura como pronome pessoal; 4) 29% das indeterminações do texto teatral são com verbo na terceira pessoa do plural, contra 15% de ocorrências no texto dissertativo. Poder-se-ia dizer que, em textos formais, a preferência de Alencar seria pelo *se* indeterminador, na construção conhecida como passiva sintética (e nada nos garante que seu caráter passivo permanecesse) somada ao *se* com verbos não transitivos diretos.

Mas a mais significativa diferença foge ao registro numérico. A expressão generalizante *a gente*, no texto teatral, assume o significado pronominal de primeira pessoa do plural – e é sempre empregada por pessoas das camadas sociais mais baixas.

7.2 Um grande cronista: Machado de Assis

Machado de Assis é outro autor do século XIX que selecionamos. Não o contista, nem o romancista: é ao cronista que recorremos para verificar a frase nominal indeterminada. A crônica, sendo um comentário de um evento, data, situação, pessoa, etc., não deixa de lado certa subjetividade e, com Machado de Assis, conforme assinala Betella (2006, p. 44), “a crônica sofreu as mais consideráveis modificações no que diz respeito a um estilo despretensioso, todavia profundamente elaborado na narrativa, disfarçando até o caráter sério e crítico”.

As amostras escolhidas foram as crônicas de *Bons dias!* (ASSIS, 1997), do período de 1888, e algumas presentes no livro *Balas de estalo*, de 1883 (ASSIS, 1998). Estas últimas, conforme De Luca (1998, p. 25) constituem um conjunto pouco difundido, “mas de sabor tão refinado”. Aquelas, segundo Betella (2006, p. 66) são “crônicas caracterizadas pela informalidade das constantes mudanças de assunto”. As qualidades que estamos acostumados a ver em Machado – a fina ironia, a visão sutil, a sóbria elegância de expressão – aparecem nas crônicas em sintonia com toques de bom humor, e um riso nem sempre escarminho perpassa as diferentes visões de questões de sua época.

A frase nominal indeterminada aparece nas crônicas machadianas nas proporções que veremos a seguir. Foram analisadas quatorze crônicas de *Balas de estalo*, dos anos de 1883 e 1884, e todas as quinze crônicas que constituem o ano de 1888 em *Bons dias!*, aliás com um autor estranhamente neutro sobre a questão da escravatura.

Verbo na terceira pessoa do plural: há dezessete ocorrências no total, cinco em *Bons dias* e doze em *Balas de estalo*. Vejamos alguns exemplos:

- *Há dias repetiram-me a mesma coisa* (ASSIS, 1998 [1884], 8 de janeiro, p. 85)
- *Ah! por que não me fazem bei de Túnis!* (ASSIS, 1997 [1888], 19 de julho, p. 25)
- *se o carrasco sai a matar um homem, é porque o mandam* (ASSIS, 1997 [1888], 27/12, p. 40)

Quanto ao uso de expressões generalizantes, há onze no total, sete em *Balas de estalo* e quatro em *Bons dias*, apenas uma com sentido genérico. Alguns exemplos:

- *Muita gente me tem dito que o interior do antigo Mercado da Glória é um mundo de gente* (ASSIS, 1998 [1884], 8 de janeiro, p. 85)
- *a gente que encheu à noite o teatro* (ASSIS, 1998 [1884], 10 de janeiro, p. 91)
- *sempre é bom parecer-se a gente com príncipes, dá certa dignidade* (ASSIS, 1997 [1888], 5 de abril, p. 5)
- *O que mais pode acontecer é a gente faltar a nove ou dez pessoas* (ASSIS, 1997[1888], 18 de novembro, p. 38)
- *Há dias, a gente que saía de uma conferência republicana foi atacada por alguns indivíduos* (ASSIS, 1997 [1888], 27 de dezembro, p. 38)

O que é possível observar é o uso concomitante de *a gente* como substantivo genérico (primeira, segunda e última frases) e *a gente* no uso pronominal que parece incluir o falante (terceira e quarta frases), mas na terceira não é dêitico, é genérico (toda e qualquer pessoa). Ocorre também a expressão quantificada pelo pronome indefinido (*Muita gente*, na primeira frase) e numa função que Yamamoto (2006) chamaria de genitiva (*mundo de gente*, também na primeira frase). A terceira frase é a única que permite uma interpretação arbitrária. Até onde se viu, Machado não emprega *a gente* com valor de pronome de primeira pessoa do plural.

A passiva analítica sem agente tem um total de vinte e quatro instâncias, quinze em *Balas de estalo* e nove em *Bons dias*. Alguns exemplos:

- *no momento em que ia ser preso* (ASSIS, 1998 [1883], 10 de outubro, p. 65)
- *os impostos são pontualmente pagos* (ASSIS, 1998 [1884], 8 de janeiro, p. 86)
- *Não é novidade para ninguém que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados.* (ASSIS, 1997 [1888], 11 de maio, p. 10)

Também em Machado a passiva sintética é a mais abundante forma de indeterminação. Há setenta e dois casos, quarenta e três em *Balas de estalo* e vinte e nove em *Bons dias*. Alguns exemplos:

- *Mas, neste assunto, tudo o que se possa dizer não vale a pena* (ASSIS, 1998 [1883], 24 de novembro, p. 75)
- *chamam-se almas mortas os campônios que faltam* (ASSIS, 1997 [1888], 26 de junho, p. 19)

O verbo no infinitivo também se faz presente, em trinta e duas ocorrências:

- *Nascer rico é uma grande vantagem que nem todos sabem apreciar.* (ASSIS, 1998 [1883], 7 de novembro, p. 73)
- *basta ver o anúncio que anda nas folhas* (ASSIS, 1998 [1884], 26 de abril, p. 94)

O uso do *se* indeterminador é verificado em quatorze casos. Exemplos:

- *Sobe-se de carteiro a milionário* (ASSIS, 1998 [1883], 7 de novembro, p. 73)
- *Trata-se de um conde que vai visitar uma marquesa* (ASSIS, 1997 [1888], 16 de setembro, p. 28)

Um caso interessante é o de uma frase em que é completamente impossível saber se há um pronome reflexivo ou passivo. Como a pessoa a quem o evento se refere é vista como louca, não sabemos se o verbo *salvar* vai engendrar um esforço da própria pessoa, ou se vai suscitar um esforço de seus amigos, que estão preocupados com ela:

- *Não; ainda pode salvar-se* (ASSIS, 1998 [1884], 15 de maio, p. 96)

Outros casos, em outros momentos da história da língua, já foram assinalados. Parece existir aí um vácuo ou uma intersecção de significados que acabou possibilitando a extrapolação do uso reflexivo para o passivo (v. a esse respeito Naro, 1976, p. 779). Essa intersecção só foi possível porque houve uma alternância de agentes – a própria pessoa de quem se fala no caso de ser reflexivo, a possibilidade de ser inserido aí um outro agente no caso de ser passivo e, em decorrência de ser desconhecido esse agente da passiva, acaba predominando a noção de um agente indeterminado, com perda do caráter passivo: é o *se* indeterminador.

Também nesse *corpus* de Machado vemos a passiva sintética como a forma mais usada, e mais uma vez o *se* é a marca de indeterminação mais freqüente. O índice do verbo no infinitivo é maior que o de épocas passadas (20% das ocorrências, contra 11% no século XVII e 7% no século XVI); o verbo na terceira pessoa do plural (10% das ocorrências) e a passiva analítica sem agente (15%) permanecem presentes.

7.3 Duas peças de Martins Pena

Considerado por Bosi (1975, p. 163) “um dramaturgo popular nato”, Martins Pena ficou conhecido por suas comédias de costumes, em que personagens do povo usavam linguagem coloquial e expressões características. Por esse motivo selecionamos duas de suas comédias. Uma é *Os Dous ou O Inglês Maquinista* (PENA, s/d, aqui representada como IM), encenada pela primeira vez em 1845 e editada em 1871. A segunda é *O Judas em Sábado de Aleluia* (PENA, s/d, aqui figurando como JS), representada em 1844 e editada em 1846. A escolha fundamentou-se na característica urbana comum às duas peças (entre outras), embora na primeira haja um estrangeiro com trocas de concordância de gênero, de efeito cômico, e na segunda esteja presente uma família mineira da roça, com maneira de falar muito peculiar. As manifestações quanto à indeterminação são a seguir especificadas.

Há vinte e seis casos de indeterminação com verbo na terceira pessoa do plural:

- *é justiça que lhe fazem* (IM, p. 112)
- *Um cidadão é livre... enquanto não o prendem* (JS, p. 145)

Nas duas peças, ocorre apenas uma utilização de expressão generalizante:

- *e desta qualidade de gente arrancar um vintém* (IM, p. 109)

Observe-se que a palavra *gente* está empregada em função genitiva (como diria Yamamoto, 2006). A interpretação não é arbitrária. A forma não foi computada.

Há doze instâncias de passiva analítica sem agente, nas duas peças. Exemplos:

- *minhas cartas para minha família foram interceptadas (IM, p. 127)*
- *E pensas tu que é isto feito indiferentemente, ou por acaso? (JS, p. 142)*

A passiva sintética está presente, mas tem emprego ligeiramente menor que o do verbo na terceira pessoa do plural: são vinte e três casos, a seguir exemplificados:

- *Mas os ossos plantam-se? (IM, p. 111)*
- *que se ia criar uma repartição nova (IM, p. 112)*

O que se vê em dois dos exemplos abaixo é a ausência de concordância da chamada passiva sintética¹⁷:

- *Não se vê senão injustiças (IM, p. 113)[sic]*
- *Não se pode aturar senhoras (IM, p. 120)*
- *Há cousas que se não podem explicar (IM, p. 121)*

Entre a ausência de concordância na primeira frase e a aplicação da regra na terceira, vê-se um caso que pode ensejar certa confusão. De fato, na segunda, o verbo modal exigiria concordância, conforme se verifica na terceira frase. Outros verbos, porém, fariam a concordância com a oração seguinte, o que os colocaria na terceira pessoa do singular (por exemplo, *Não se pretende aturar senhoras*). Seria uma questão a investigar, a de haver iniciado com casos desse tipo a ausência de concordância.

Há quinze instâncias de verbo no infinitivo. Exemplos:

- *é o mesmo que arrancar a alma do corpo (IM, p. 109)*
- *nós ontem ouvimos dizer (IM, p. 112)*

Surpreendentemente, encontra-se em Martins Pena o maior número de casos de *se* indeterminador. São dezoito. Exemplos:

- *Muito custa viver-se no Rio de Janeiro! (IM, p. 107)*
- *Nisto não se fala! (IM, p. 107)*
- *É tão bom estar-se à janela (IM, p. 118)*

Os verbos são transitivos indiretos, intransitivos ou de ligação. O verbo *poder*, nas duas ocorrências, está empregado como intransitivo, no sentido de ‘ser possível’ (v. LUFT,

1993, p. 407). Ao que tudo indica, Martins Pena registra modos de falar que iam ensejando a prevalência de uma forma singular. Como os personagens de Martins Pena são populares ou de classe média, caberia sugerir, para outra oportunidade, uma análise mais detalhada sobre os personagens que produzem as formas inovadoras, sem esquecer que, conforme Zilles e Faraco (2002, p. 41), a presença do discurso reportado, na análise, exige controle criterioso.

Os resultados mostram que aumentam, em Martins Pena, os casos de *se* indeterminador, o que significa simplesmente que o *se* passa a ser mais usado com verbos transitivos indiretos e intransitivos. A forma de indeterminação mais usada é o do verbo na terceira pessoa do plural, mas a passiva sintética segue em boa proporção.

7.4 Teatro ligeiro: Artur Azevedo

Com sucesso no chamado ‘teatro ligeiro’, em que a paródia e a revista política atraem o aplauso, Artur Azevedo aqui figura através de sua peça *A capital federal* (in AGUIAR, 1998, p. 184-265), apresentada pela primeira vez em 1897 e publicada no mesmo ano.

As frases nominais indeterminadas que Azevedo utiliza estão a seguir descritas.

Há dez casos de indeterminação marcada pelo verbo na terceira pessoa do plural:

- *Roubaram-me cinco mil réis!* (CF, p. 197)
- *Quem te disse? - Disseram-me.* (CF, p. 218)

Um dos exemplos de Azevedo usa o pronome *eles*:

- *Foi também vítima, minha senhora?*
- *Roubaram-me cinco mil réis!*
- *Também – justiça se lhes faça – eles nunca roubam mais do que isso* (CF, p. 197)

O pronome *eles* retoma, como se vê, o indeterminado.

Ocorrem dezenove expressões generalizantes. Exemplos:

¹⁷ É possível que o cotejo com outras edições aumentasse ou diminuísse o número de tais inobservâncias.

- *Esta gente há de custar-lhe habituar-se a um hotel de primeira ordem (CF, p. 193)*
- *Temos hóspedes! Vá chamar gente! (CF, p. 193)*
- *Viu toda a gente (CF, p. 195)*

A expressão aparece quase sempre com um quantificador (*toda a gente, muita gente*) ou com outro determinante (*esta gente*). Não é a expressão gramaticalizada, portanto. Na frase *Viu toda a gente*, o sentido equivale a ‘todo mundo viu’. A par disso, aparecem usos pronominais, em cujo universo referencial inclui-se o falante. São sempre frases de personagens populares (a família caipira, o malandro carioca), sugerindo mudança de baixo na língua não-padrão. Os exemplos não foram computados.

Artur Azevedo apresenta, na sua peça, nove casos de passiva analítica sem agente, de que damos amostra:

- *O seu nome será escrito no registro dos hóspedes (p. 193)*
- *Não está sobrescritada. (CF, p. 200)*
- *Fui ou não fui caloteado? (CF, p. 240)*

Na passiva sintética, confirma-se a predominância: trinta e oito casos. Exemplos:

- *Isto só se vê no Rio de Janeiro! (CF, p. 189)*
- *Não se trata assim uma mulher bonita! (CF, p. 189)*
- *Dir-se-ia que eu enlouqueço! (CF, p. 191)*

Uma curiosidade: dos trinta e oito casos, há apenas dois usos no plural, *Durante as cenas que se seguem* (p. 212) e *Estes sentimentos não se fingem* (p. 215) .

Com verbos no infinitivo, há nove instâncias de indeterminação. Exemplos:

- *Já o mandei chamar (CF, p. 191)*
- *É preciso munta paciência para aturar este demônio deste menino! (CF, p. 202)*

O *se* indeterminador só ocorre em dois casos, a seguir transcritos:

- *O sinhô sabe que com moça de família não se brinca... (CF, p. 207)*
- *Mas não se trata agora disso (CF, p. 213)*

Duas falas – as duas de Eusébio, o mineiro que veio à capital federal com a família – apresentam uma inovação marcante: o uso da terceira pessoa do singular sem *se*, marcando indeterminação, no uso anotado por Silva (1996, p. 123), só que com *chamar*:

- *Cumo chama aquilo que se falou cando foi o Treze de Maio?* (CF, p. 225)

- *Cumo chama isto?* (CF, p. 235)

Como os dois exemplos são com o verbo *chamar*, pode-se supor que seja um uso específico desse verbo, que perderia o pronome, na fala que o personagem representa, na acepção de *chamar-se* ('ter o nome de'), ainda mais que o pronome *se* aparece junto ao verbo *falar*, o que mostra que não há supressão de pronome. Mas os exemplos são ótimos para reflexão.

Na peça de Artur Azevedo, a passiva sintética continua sendo o meio mais empregado. As expressões generalizantes, muito empregadas, não configuram gramaticalização, pois sempre há uma interpretação não-arbitrária possível. Verbo na terceira pessoa do plural, passiva sem agente e verbo no infinitivo permanecem constantes.

7.5 Um texto ficcional em primeira pessoa: Raul Pompéia

Para verificar se a frase nominal indeterminada tem emprego também em narrativas ficcionais, foram analisadas setenta páginas da obra *O Ateneu* (POMPÉIA, 1983 [1888]), romance em que um adolescente relembra suas conturbadas vivências num colégio interno, em que se desdobravam, sob uma aparência de lisura e ordem, todas as contradições das hipocrisias burguesas e a dor de uma crise pubertária que discernia matizes e máscaras nos eventos de que participava e nas pessoas com quem convivia.

No *corpus* estudado verificam-se quatorze casos de verbo na terceira pessoa do plural, por exemplo,

- *Ao meio-dia, davam-nos pão com manteiga.* (p. 8)

- *senti puxarem-me a blusa* (p. 35)

Há três expressões generalizantes, aqui consignadas para que se verifique o uso não gramaticalizado, motivo pelo qual não são computadas:

- *Por todos os lados apinhava-se o povo. (p. 15)*
- *Conte como uma desgraça ter que viver com esta gente (p. 33)*
- *barba abundante de apóstolo das gentes (p. 47-48)*

São quinze as passivas analíticas sem agente, com os seguintes exemplos:

- *eu ia ser apresentado ao diretor do Ateneu e à matrícula (p. 21)*
- *olhar covarde de quem foi criado a pancadas (p. 31)*

Quanto à passiva sintética, são sessenta e seis as ocorrências. Algumas delas:

- *Nas ocasiões de aparato é que se podia tomar o pulso ao homem. (p. 10)*
- *encarregavam-se quatro ordens de carteiras de pau (p. 63)*

Aqui também, como em relação aos outros autores e aos outros momentos, há grande número de orações com dupla leitura possível, como uma das ocorrências da frase da página vinte e seis, *Sua diplomacia dividia-se por escaninhos numerados*, em que tanto se pode ver um reflexivo (com prosopopéia) quanto uma passiva.

Registraram-se trinta e nove instâncias de indeterminação com verbo no infinitivo:

- *E não havia senão aceitar a farinha daquela marca para o pão do espírito. (p. 10)*
- *é comum o erro sensato de julgar melhores famílias as mais ricas (p. 11)*
- *Não convinha expulsar. (p. 37)*

O que aumenta consideravelmente o número de indeterminações com verbo no infinitivo é o longo discurso de Aristarco, o diretor, quando fala de seu projeto pedagógico pessoal. Todos os propósitos são formulados de modo impessoal: *“Moderar, animar, corrigir esta massa de caracteres, encontrar e encaminhar a natureza, amordaçar excessivos ardores (...)(p. 27)*

Como se vê, o que Aristarco se propõe fazer é registrado de forma impessoal. Não se pode pensar em modéstia num personagem marcado pela egolatria; o diretor anuncia sua maneira de agir, na verdade, como se fosse a que todos deveriam seguir.

Há dois casos de *se* indeterminador com verbos não transitivos diretos:

- *nos momentos em que menos se podia contar com ele (p. 68)*
- *era pensar que se havia comido em pratos lavados (p. 71)*

No *corpus* analisado de Pompéia, mais uma vez, a indeterminação com *se* é a mais freqüente. Somando os casos de passiva sintética com os de *se* acompanhando outros verbos, temos um total de sessenta e oito, exatamente cinquenta por cento dos casos. Cresce a presença do verbo no infinitivo, enquanto a passiva sem agente e o verbo na terceira pessoa do plural mantêm-se estáveis, em relação a épocas anteriores..

7.6 Um historiador: Capistrano de Abreu

Historiador ao que tudo indica por vocação, mais que por formação, João Capistrano de Abreu conhecia o valor dos documentos históricos, e sua tese para o Concurso para Professor do Imperial Colégio de Pedro II destacou-se pelo brilho do estudo próprio e pela originalidade, como destacou José Veríssimo, e mereceu interessante relato de Carlos von Koseritz (cf. prefácio de Hélio Vianna in ABREU, 1999[1883], p. XIX). O trabalho intitulava-se *O descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI*. É justamente a segunda parte dessa tese que constitui o objeto de nossa análise. Na edição de 1999 (ABREU, 1999[1883]), o *corpus* se configura da página trinta e nove à página oitenta e seis, com o título *Desenvolvimento do Brasil no século XVI*.

O gênero histórico se caracteriza pela presença de agentes e temas precisos, os sujeitos das orações são geralmente nomeados, e mesmo assim a frase indeterminada tem presença, ou porque ocorrem ações cujo agente não costuma ser designado (e.g. *mandava buscá-lo*, p. 83)), ou porque não há como tornar o agente preciso (e.g. *o [Salto] das Sete Quedas, ainda mais difícil de ser passado*, p. 66), ou para não assumir o *eu* como agente (e.g. *pode-se até dizer (...)*, p. 50), ou porque a ação pode ser exercida por ‘toda e qualquer pessoa’ (e.g. *como se poderia guardar uma costa tão extensa*, p. 50, ou e.g. *para*

reconhecê-lo, basta examinar (...), p. 47). Por isso, não deve constituir surpresa que, em tão pequeno número de páginas, sejam tantas as ocorrências.

Há seis casos de indeterminação marcada por verbo na terceira pessoa do plural:

- *Falavam-lhes em montanhas tão altas que as aves não podiam transpô-las* (p. 59)

São cinco os registros de expressão generalizante, e o uso é o de hoje. Ou há um significado atributivo, como no exemplo seguinte:

- *dentro de poucos anos um homem nestas condições ficava moralmente um mestiço* (p. 49)

ou se reconhecem subdivisões num significado geral, como nos exemplos abaixo:

- *Havia primeiro o homem que não reagia absolutamente* (p. 49)

- *Havia o homem voluntarioso e indomável* (p. 50)

- *Havia, enfim, o homem medíocre* (p. 50)

Não há, como se vê, expressão gramaticalizada.

Ocorrem vinte e cinco casos de passiva analítica sem agente, como no exemplo:

- *Neste ano foi reconhecida a posição das terras ao norte do cabo de S. Agostinho* (p. 42)

E são setenta e nove as instâncias de passiva sintética. Exemplos:

- *a descrição dada por Vespúcio se aplica mal às costas áridas do sul* (p. 44)

- *De todas essas entradas bem poucos são os roteiros que se conservam* (p. 64)

Vinte e cinco são as ocorrências de indeterminação com verbo no infinitivo:

- *Ser francês era como um salvo-conduto entre certas tribos* (p. 51)

- *basta comparar dois fatos* (p. 51)

E sete são os registros de *se* indeterminador, com a ressalva de que aqui se consignam os casos de ausência de concordância. Exemplos:

- *Chegava-se aí das margens da Paraíba* (p. 68)

- *É assim que se acredita na existência de um tipo fóssil* (p. 76)

- *apresenta caracteres de diferenciação que se deve atribuir antes ao cruzamento* (p. 76)

Acompanhando os demais autores do período, Capistrano de Abreu (1999 [1883], p. 39-860) também utiliza prioritariamente a passiva sintética.

7.7 Conclusões parciais

Tabela 5 – Números absolutos por autor e totais no século XIX

	<i>P6</i>	<i>ExprGen</i>	<i>PASA</i>	<i>PS</i>	<i>VInf</i>	<i>SIS</i>
M.Assis	16	1	24	72	32	14
DissAlencar	15	0	10	52	15	5
TeatrAlenc	16	0	6	15	13	6
Martins P	26	0	12	23	15	18
Artur Az	10	0	9	38	9	2
Pompéia	14	0	15	66	39	2
Capistrano	6	0	25	79	25	7
Total	103	1	101	345	148	54

P6: verbo na terceira pessoa do plural, ExprGen: expressão generalizante gramaticalizada, PASA: passiva sem agente, PS: passiva sintética, VInf: verbo no infinitivo, SIS: símbolo de indeterminação do sujeito.

Veja-se a seguir uma tabela dos percentuais. Nela, a passiva sintética e o símbolo de indeterminação do sujeito serão arrolados sob a rubrica (mais condizente com a realidade) de *se* indeterminador. Conforme já foi assinalado, não se pode verificar se havia ou não consciência da passiva, e o critério da concordância não é pertinente, pois significa apenas a observância de uma regra padrão. Além disso, pelo critério de distinção aqui assumido, os casos de passiva sintética só são mais abundantes porque os verbos transitivos diretos são mais freqüentes que os outros.

Tabela 6 – Percentuais de indeterminação por autor no século XIX

	<i>P6</i>	<i>ExprGen</i>	<i>PASA</i>	<i>VInf</i>	SE	<i>Pass ou Refl</i>	<i>Total</i>
M.Assis	10	0,5	15	20	54	0,5	100
DissAlencar	15	0	11	15	59		100
TeatrAlenc	29	0	11	22	38		100
Martins P	27	0	13	16	44		100
Artur Az	15	0	13	13	59		100
Pompéia	10	0	10	29	50	1	100
Capistrano	4	0	18	18	60		100
Total %	14	0	13	20	53		100

Os resultados das tabelas requerem algumas considerações. Verifica-se, por exemplo, que Machado de Assis e Martins Pena são os mais pródigos no emprego do

pronome *se* com verbos transitivos indiretos, intransitivos e de ligação. É tentador julgar que o grande gênio e o comediógrafo do povo sejam os arautos da inovação.

Outra observação é que as expressões generalizantes têm diminuto uso. Mais que isso, fogem ao caráter gramaticalizado, mantendo tão somente o traço genérico, e não deixa de ser arbitrária a inclusão dessa categoria no período em questão, pois não há um uso específico de tais expressões.

Cabe reiterar a observação referente ao uso majoritário da passiva sintética, lembrando que assinala os casos de *se* indeterminador que se restringem a verbos transitivos diretos, tendo em vista a origem de tal *se* (cf. Naro, 1976; Jairo Nunes, 1991). Dada a natureza dos textos que examino, não se pode dizer que a concordância se mantém, ou ainda é estritamente observada: seria ignorar a ação dos revisores, esses atentos mantenedores da tradição autoritativa, ou do próprio monitoramento do autor. O que se pode perceber é o lento crescimento da expansão de uso do *se* indeterminador, que se propaga também para os verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação, fugindo completamente à caracterização de uma passiva e esquecendo a possível raiz reflexiva.

Não será levado a sério o número muito pequeno de desvios de concordância, observados na passiva sintética. Cochilos do autor ou de diferentes revisores, ou tipógrafos, ou digitadores, em diferentes épocas, levá-los a sério exigiria comparar diferentes edições de diferentes tempos, consultar originais ou edições *princeps*, procedimentos que demandariam um tempo maior do que aquele de que dispomos. Há motivos para supor, no entanto, que já havia variação na concordância, conforme demonstra o estudo de Duarte (2002).

Duarte (2002) analisa estruturas com *se* passivador/indeterminador em anúncios publicados em jornais do século XIX nos estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais,

Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, considerando apenas as sentenças finitas com verbos transitivos diretos cujo argumento interno se encontre no plural (v. pormenores da metodologia em DUARTE, 2002, p. 158-162).

Em sua análise, Duarte (2002, p. 163) verificou que, nos dados que analisou, há concordância em 50,2% dos casos, sendo que, considerado o Rio de Janeiro o centro cultural, quanto mais distante geograficamente do centro cultural estiver o usuário, menos favorecida é a concordância (cf. Duarte, 2002, p. 164). Com referência à estrutura do clítico, a ênclise se alia à não-concordância (54%). Quanto à estrutura do SN, o composto tem índice maior de não-concordância (61%) do que o simples. Levando em conta a posição do SN, a autora (DUARTE, 2002, p. 165) observou que a posposição ao verbo elege a não-concordância com mais frequência (58%).

Duarte (2002, p. 173) conclui, entre outras coisas, que se confirma sua hipótese inicial de que “*a construção passiva não era uma regra estável no português brasileiro do século XIX. Ao contrário, encontrava-se em variação com a construção de indeterminação*”. Poderíamos acrescentar que o uso do *se* com verbos que fogem à regra estrita da passiva, em autores que seguiam a escrita padrão ou a tal eram obrigados por sua época, constitui indício de uma grande expansão de uso.

Cavalcante (2002) realizou uma interessante pesquisa em jornais que circularam e ainda circulam no Rio de Janeiro, distribuindo sua amostra em três diferentes graus de formalidade (editoriais, artigos de opinião e crônicas), e analisando cinco períodos de tempo distintos entre 1848 e 1998, delimitados por critérios histórico-políticos e de mudança lingüística. Uma de suas hipóteses é o uso crescente de *se* indeterminador (definido como ausência de concordância entre o verbo e o argumento interno) e outra é a do uso crescente de *se* com infinitivo.

A autora (CAVALCANTE, 2002, p. 208) observa, entre outras coisas, que “*os contextos de não-concordância se expandiram ao longo dos anos*”. Entre suas interessantes conclusões, a autora assinala que “*existem reflexos da língua oral na língua escrita padrão, inclusive para os sujeitos de referência arbitrária, consagrando, assim, novas formas de indeterminação nessa modalidade*”. A lentidão de implementação dessas novas formas se deve, segundo ela, à pressão normativa (CAVALCANTE, 2002, p. 217).

Como se vê, a questão leva a caminhos múltiplos, e a hipótese da reanálise do *se*, proposta por Naro (1976) e Nunes (1991), ainda parece a via mais segura: houve uma apropriação semântica do caráter de ausência de agente, por parte do *se*, e ele se tornou indeterminador, em vez de ser apenas um elemento de passiva numa frase sem agente.

Permanece a distinção entre *se* apassivador e *se* indeterminador, pelo critério da concordância, aliás mencionado também por Schmidt-Riese (2002, p. 264). No entanto, tem que ser levada em conta uma característica do século XIX, que é a de uma descrição gramatical que acompanha o português europeu (cf. Fávero e Molina, 2006): mesmo obras gramaticais aqui publicadas preconizavam o molde luso, e definiam gramática como a arte de falar e escrever corretamente (FÁVERO e MOLINA, 2006: p. 55, p. 60, p. 74, p. 82, p. 92). Prescrições de tal ordem devem ter sido um elemento claro de manutenção de uma forma conservadora, talvez já bastante sujeita a variações, ou talvez ainda não. De qualquer forma, a língua se apresentava policiada por aparato exterior. Honrosa exceção a esse estado de coisas é Júlio Ribeiro, que em 1881 publicou uma gramática que seguia orientações da ciência lingüística vigente na época, a dos comparatistas. Também Pacheco da Silva e Lameira de Andrade, Alfredo Gomes, João Ribeiro, Araújo Maciel e Adelia Ennes Bandeira são, segundo as autoras, gramáticos que se preocuparam em estudar a língua através de teorias científicas (FÁVERO e MOLINA, 2006, p. 123).

8 O SÉCULO XX: ASCENSÃO DA FRASE DE SINTAXE AMBÍGUA

Momento em que se inseriu um importante evento inovador das artes, a Semana de Arte Moderna de 1922, o século XX foi também palco de profundas mudanças na vida brasileira, não só quanto à estrutura social e política, mas por todas as contingências históricas que fizeram desse século, na perspectiva global, um dos mais violentos da história, pela ação humana, e um dos que apresentaram mais progresso científico, em todas as áreas, sem que isso representasse melhora de vida para a maior parte da população.

Urbanização crescente, industrialização, intensa desigualdade social: o percurso brasileiro do século XX envolveu revoluções, participação em guerra, desmatamento intensivo, totalitarismos, exploração equivocada de recursos, desmandos e corrupção, criatividade e erro, inteligência e golpes, numa sucessão de eventos que fazem encarar este início de século XXI com espanto e temor. Espanto porque as contingências históricas de que tantas vezes fomos vítimas agora nos mostram a alternativa de retornarmos a nosso passado agrícola, de exportações primárias, subjugando nossos solos à febre recente do etanol. Temor porque a sociedade que criamos elege a violência como alternativa e proscree a solução inteligente ao permitir a banalização do mal e a persistência da lei ineficaz.

Em termos lingüísticos, já temos um português no Brasil, em muitos aspectos, diferente do europeu, mas nada uniforme; e nossa cultura, enriquecida por migrações e contatos, assume o caráter inerente da diversidade.

Nossa seleção de textos referentes ao século XX tem dois historiadores, três teatrólogos, um cronista e um romancista, a seguir estudados.

8.1 As Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda

Esta obra celebra a identidade brasileira. Publicada pela primeira vez em 1936, propicia uma reflexão sobre nossas origens e pondera sobre nossa etnicidade sem racismos nem ufanismos, o que constituiu uma visão, para a época, inovadora.

Analizamos os dois primeiros capítulos da terceira edição (HOLANDA, 1958, p. 13-84) e obtivemos os resultados a seguir especificados.

Há apenas uma ocorrência de indeterminação com verbo na terceira pessoa:

- *tudo quanto ali semeavam crescia bem* (HOLANDA, 1958, p. 82)

Ocorrem três instâncias de expressões generalizantes, mas não gramaticalizadas:

- *Não há, nessa sociedade, lugar para as criaturas que procuram a paz terrestre*
(HOLANDA, 1958, p. 20)
- *Toda a gente sabe que nunca chegou a ser rigorosa e impermeável a nobreza lusitana*
(p. 22)
- *a gente de tratamento só comia farinha de mandioca fresca* (p. 40)

São dez as ocorrências de passiva analítica sem agente. Exemplo:

- *O mundo era organizado segundo leis eternas indiscutíveis* (HOLANDA, 1958p. 21)

E são setenta e duas as instâncias de passiva sintética. Exemplos:

- *para que se firmasse o princípio das competições individuais* (p. 17)
- *Dir-se-ia mesmo que* (p. 34)

A indeterminação com verbo no infinitivo manifesta-se em trinta e dois casos.

- *é lícito duvidar de seu êxito* (HOLANDA, 1958, p. 27)

Há três instâncias de *se*, símbolo de indeterminação do sujeito:

- *Mas esperou-se em vão.* (p. 73)

E ocorrem pelo menos seis casos de pronomes pessoais não-dêiticos, todos com primeira pessoa do plural generalizante, significando todo o povo brasileiro:

- *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra* (HOLANDA, 1958, p. 15)

É muito interessante observar que há nada menos que dezessete casos em que não é possível definir se há reflexiva ou passiva. Vejamos a primeira delas:

- *a hierarquia (...) é que precisa de tal anarquia para se justificar* (p. 19)

Há duas interpretações possíveis: ou a hierarquia justifica a si mesma, num caso de prosopopéia, ou a hierarquia é justificada (por alguém). Repete-se aqui o caso de uma certa ambigüidade estrutural – e semântica – na qual, todavia, a informação transmitida a rigor não se altera. Isso porque o agente pode ter duas atuações: pode ser argumento externo do verbo *justificar*, ou pode ser o elemento interpretativo necessariamente humano que estabelece a prosopopéia e dá fundamento a ela. Seja no nível da sentença ou no nível do discurso, há um agente de interpretação arbitrária.

Persiste o *se* como forma de indeterminação mais presente e cresce a indeterminação com verbo no infinitivo. A terceira pessoa do plural tem participação quase nula. O que mais chama atenção, no entanto, é o grande número de casos de frases que tanto podem ter interpretação reflexiva como passiva, sem que mude a informação semântica que elas contém.

8.2 Um historiador para o grande público: Décio Freitas

O segundo texto histórico escolhido para representar o século XX é de Décio Freitas, autor que se destaca não só pela firmeza de suas posições mas também por não ter uma produção caracteristicamente acadêmica, dado que muitos de seus livros se destinam ao grande público, como é o caso deste que escolhemos, *O escravismo brasileiro*

(FREITAS, 1991). Para análise das indeterminações, foram delimitados os dois primeiros capítulos da obra, *O estabelecimento da escravatura no Brasil e Uma classe impotente*.

Em seu emprego da indeterminação marcada pela terceira pessoa do plural, Freitas (1991) mostra apenas duas ocorrências, e em ambas fornece elementos suficientes para configurar a interpretação como não-arbitrária. Vale a pena transcrevê-las e situá-las em seu contexto.

- *Podiam adquirir propriedades, casar-se e legar seus bens.* (FREITAS, 1991, p. 13)

Embora seja possível saber que tais ações são atribuídas aos escravos, não há um sujeito ‘escravos’ nas orações antecedentes. O período que precede imediatamente o exemplo é “*Na Índia, a base da produção estava constituída pelo trabalho dos vaisyas livres e dos sudras semilivres, atribuindo-se aos escravos os ofícios domésticos ou artesanais*”. Reproduzi todo o período para que se veja que há uma frase nominal com a função de agente da passiva com uma nominalização abstrata (“pelo trabalho”), e uma frase nominal com a função de objeto indireto (“aos escravos”), sendo obrigatório, para o estabelecimento de uma área de circunscrição de sentido, ou de interpretação não-arbitrária, o recurso ao plano discursivo: o plano sistêmico não provê dados suficientes para a construção de sentido (não há coesão, o que se constrói é uma coerência).

A outra ocorrência de indeterminação com verbo na terceira pessoa do plural também permite circunscrever a área de indeterminação: são os escravos dos quilombos que possuem algumas armas de fogo. Mas não há sujeito expresso:

- *O arco e a flecha figuravam como armas predominantes, mas sempre possuíam algumas armas de fogo.* (FREITAS, 1991, p. 37)

Vou manter as duas ocorrências acima, dado que seu pequeno número quase não interfere no resultado geral.

Nos dois capítulos, encontrei apenas uma expressão genérica, na verdade a palavra *homem* no seu uso hipotético (“qualquer homem”), portanto não computada:

- *Um homem que assomasse do lado oposto convertia-se em alvo fácil dos atiradores.* (p. 37)

Ocorrem trinta e sete casos de passiva analítica sem agente. Exemplos:

- *Na Assíria e na Babilônia, a produção estava entregue a camponeses livres* (p. 13)
- *O índio, à parte disso, foi largamente usado como servo* (p. 22)

E são noventa e seis as ocorrências de passiva sintética. Exemplos:

- *o holocausto indígena não se compara, nem de longe, ao dos africanos* (p. 10)
- *sequer se lhes pode atribuir a primazia do tráfico* (p. 12)

Curiosamente, há ao menos uma ocorrência de passiva sintética com agente:

- *a classe dos escravos proletários compunha-se dos negros chamados boçais* (p. 49)

A frase se situa no campo dos verbos passíveis de duas interpretações (“*era composta pelos negros*” ou “*a classe ... compunha a si mesma*”). Por esse motivo, não consta de nenhum dos inventários.

Há vinte casos de indeterminação marcada por verbo no infinitivo. Exemplos:

- *Será conveniente sublinhar a importância* (p. 9)
- *É erro, porém, supor* (p. 44)

São dezoito as ocorrências de *se* símbolo de indeterminação do sujeito, aqui computadas também as frases com verbo transitivo direto em que não se verifica concordância. Alguns exemplos:

- *Pois o povo (...) ingressou no século XX como um dos mais deserdados que se conhece* (p. 11)
- *Apelava-se para o trabalho do escravo índio* (p. 22)

Uma das ocorrências não encontra registro em nosso esquema, mas situa-se claramente numa das indeterminações analisadas por Yamamoto (2006), em que as formas nominais do verbo permeiam as nominalizações e as formas verbais com tempo:

- *Derrotados e expulsos os holandeses, (...)* (p. 31)

E há, nos dois primeiros capítulos (FREITAS, 1991), trinta e uma ocorrências em que não se pode dizer com certeza se ocorre reflexiva ou passiva. Observe-se que este tipo de construção acontece com sujeito abstrato, e. g.

- *A escravidão indígena apresentava-se como um obstáculo a semelhante política* (p. 25)

Também pode aparecer com um sujeito que semanticamente não parece decidir suas ações, mas apenas as executa:

- *Cedo ou tarde, esse escravo se incorporava à família* (p. 12)

Ainda pode aparecer com palavras indicadoras de grandes grupos humanos:

- *O Brasil independente se caracterizou como uma grande nação inconclusa* (p. 10),

Também pode aparecer com palavras a que se atribuem metonimicamente as ações cabíveis a seus membros, o que se vê em várias instâncias:

- *O império romano fundou-se no sistema de produção escravista* (p. 15)

- *os quilombos se multiplicavam* (p. 35)

- *o comércio se intensificou* (p. 31)

- *cada irmandade se empenhava em levantar igrejas* (p. 54)

Em resumo, parece que há casos em que é difícil saber se o sujeito é agente ou tema, o que fica evidenciado mesmo com substantivos comuns:

- *Na Europa, o camponês teria que se submeter a um salário vil* (p. 18)

- *este [o índio] se mostrava incorrigivelmente inadaptável ao trabalho sedentário* (p. 20)

Como em exemplos de outros autores já vistos, ocorre o caso do verbo *chamar*:

- *Todavia não foi sempre e apenas que se chamaram [os quilombos]* (p. 30)

Ao que tudo indica, a reflexiva continua engendrando passivas, e isso se dá via discurso, quando não é possível atribuir um papel temático claro a uma frase nominal.

A indeterminação com *se*, no *corpus* de Freitas, é, de longe, a que mais ocorre, e dentro dela cresceu muito o uso do *se* com verbos intransitivos e transitivos indiretos. O verbo no infinitivo e a passiva sem agente parecem ter leve aumento percentual. As frases com dupla interpretação tiveram considerável aumento.

8.3 A crônica de Rubem Braga

Considerado um dos grandes cronistas do século XX, o capixaba Rubem Braga publicou vários livros do gênero que o consagrou. Escolhemos *Ai de ti, Copacabana* (BRAGA, 1999 [1960]) para efetuar o cômputo das expressões de indeterminação.

Encontramos em Braga (1999 [1960]) vinte e dois casos de indeterminação indicada por verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito exposto. Exemplos:

- *O caso foi que lhe mandaram uma tartaruga (p. 139)*
- *Foi então que bateram à porta e eu abri. (p. 154)*

Ocorrem dezenove expressões genéricas, das quais nove indeterminadas. Ex.:

- *As pessoas se mudam mais que antigamente (p. 40)*
- *O pessoal anda desorientado (p. 40)*
- *Mas enfim, a gente se acostuma (p. p. 133)*

Há vinte e seis casos de passiva analítica sem agente, por exemplo,

- *todas as providências já foram tomadas (p. 63).*

São vinte e oito as ocorrências de passiva sintética, como em

- *e se tomava café tarde da noite (p. 126).*

Cresce vertiginosamente o emprego da indeterminação marcada por verbo no infinitivo: cinquenta e uma ocorrências, como em

- *Está provado que acordar mais cedo faz o dia maior (p. 95).*

E há oito casos de emprego de *se* com verbos transitivos indiretos e intransitivos:

- *ainda não se pode falar propriamente em obras (p. 89).*

Completando a investigação dessa obra, há treze casos em que tanto a interpretação passiva quanto a reflexiva são possíveis, por exemplo em

- *os dias não se juntam em meses e anos (p. 137).*

O verbo no infinitivo assume a posição de indeterminador mais empregado (32% das ocorrências), na amostra de Rubem Braga, superior ao *se* (23% dos casos, somando passiva sintética e *se* com outros verbos). A terceira pessoa do plural tem presença importante (14% dos casos), e para explicá-la talvez tenhamos que fazer menção ao tom informal que a crônica assumiu no século XX, sendo um comentário quase casual do que acontecia, ou um relato de vivências do autor. É possível que a construção com terceira pessoa do plural tenha ficado restrita a gêneros informais, o que explica sua quase ausência do texto histórico do século XX. Persiste a presença das frases de dupla interpretação.

8.4 Três textos teatrais

a) *O Pagador de Promessas*, de Dias Gomes

O Pagador de Promessas (GOMES, 2002 [1060]), além de dar renome a seu criador, foi causa de alegria ao cinema brasileiro, que viu o filme homônimo, de Anselmo Duarte, obter a Palma de Ouro em Cannes (1963). O humilde agricultor, que sofre tantas vicissitudes ao pagar a promessa feita para que seu burro se curasse, alcança, no final apoteótico, a glória ao lado da morte, um final que não é estranho à tradição da literatura brasileira (*I- Juca Pirama, Iracema, O empate contra Chico Mendes*), nem à estrutura do mito heróico.

Ocorrem vinte e um casos de indeterminação marcados pelo uso da terceira pessoa do plural, por exemplo *Não entendi bem o que botaram na gazeta* (GOMES, 2002 [1060], p. 65). Cabe assinalar que três dessas frases aparecem com o pronome de terceira pessoa de forma explícita, formas que até agora consideramos equivalentes. No entanto, nas três frases que aparecem com pronome na peça em questão, a forma *eles* indica claramente

elemento opositor: *eles* são os que estão contra o personagem. Os exemplos podem ser transcritos, mas é no corpo da peça que o sentido de antagonismo se explicita:

- *Esta praça está ficando cada vez menor... como se eles estivessem fechando todas as saídas* (p. 82)

- *porque você não sabe fazer mal... e eles sabem!* (p. 83)

- *Eu sei. Mas eles torcem as coisas. Confundem tudo!* (p. 86)

O *corpus* ainda é insuficiente, mas não parece despropositada a idéia de que a ausência do pronome indique indeterminação, e a presença do pronome estabeleça uma cisão no campo referencial, colocando elementos opostos ao *eu* sob a denominação geral *eles*. Isso fica bem claro na letra da canção *Como nossos pais*, de Belchior, em que o verso *Eles venceram* determina que, sejam quem forem, os vencedores estão opostos a *nós, que somos jovens* (no CD *Fascinação*, de Elis Regina, da Philips/Polygram, a canção aparece datada de 1976). Poderíamos pensar, como Givón (1993, p. 227), que o contraste exige pronome, exige marca, e os definidos com base em texto, uma vez estabelecidos, são definidos enquanto durar o texto (GIVÓN, 1993, p. 241). Vamos retirar esses três casos do cômputo. Portanto, são dezoito as ocorrências.

Ocorrem vinte e quatro casos de expressões genéricas, onze das quais são *a gente*, no emprego de primeira pessoa do plural, mas numa acepção muito genérica, e.g. *Se a gente embrulha o santo, perde o crédito* (GOMES, 2002 [1060], p. 14). Seis das expressões genéricas são *gente*, sem artigo, e.g. *tenho visto muita gente ir parar no xadrez* (p. 68). Ocorrem ainda *o povo* (p. 65), *gringo* (p. 15), *todo o mundo* (p. 15 e p. 68, nesta duas vezes), *o homem*, em sentido metonímico (p. 23), *todo homem* (p. 35). Vou manter no cômputo as onze primeiras, com *a gente*.

São quatorze as ocorrências de passiva analítica sem agente, e.g. *Toda coisa tem ao menos duas maneiras de ser olhada* (GOMES, 2002 [1060], p. 21).

Com verbo no infinitivo, há trinta e três ocorrências, como em *é preciso explicar* (GOMES, 2002 [1060], p. 38). Aqui também, proporcionalmente, esta é a instância de maior frequência.

Cinco são os casos de *se* com verbo transitivo indireto ou intransitivo, e.g. *Não se pode servir a dois senhores* (GOMES, 2002 [1060], p. 38), ou com verbo transitivo direto, sem que haja concordância com o argumento interno, como em *magro de se contar as costelas* (GOMES, 2002 [1060], p. 35).

Há um caso de pronome não-dêitico, *Quando você vai pagar uma conta e perde o dinheiro no caminho, o turco perdoa?* (GOMES, 2002 [1060], p. 15).

Finalizando, há três casos em que a interpretação tanto pode ser passiva quanto reflexiva, esta última configurando prosopopéia, e.g. *as luzes de cena se apagam* (GOMES, 2002 [1060], p. 74).

Observa-se mais uma vez, na amostra de Gomes, a utilização crescente da indeterminação através de verbo no infinitivo (34% das ocorrências). O verbo na terceira pessoa do plural tem presença maior (18%) se comparada à dos textos dos historiadores. Mais uma vez, os contextos de fala não são formais. A indeterminação com *se* tem presença, e a passiva analítica sem agente mantém-se constante. As expressões generalizantes reduzem-se à presença de *a gente*, como primeira pessoa do plural, com interpretação tão genérica que pode se tornar arbitrária.

b) O Auto da Compadecida, de Ariano Suassuna

Representada pela primeira vez por um grupo amador em 1957, a peça *Auto da Compadecida* mantém sua atualidade e seu sabor e tem merecido a participação de atores consagrados em suas apresentações mais recentes. Inspirada nos romances e histórias do Nordeste brasileiro, no dizer do próprio autor (cf. apresentação de Henrique Oscar em

SUASSUNA, 2002, p. 9), a obra tem no traço ingênuo e no esboçar singelo o contraponto perfeito para deixar entrever um mundo complexo de diferenças sociais e relacionamentos pessoais subjugados pela materialidade, e a vitória do herói (eminentemente popular) se deve não só a sua esperteza, mas também à intercessão de Nossa Senhora, que o salva “tanto no plano espiritual como temporal”, no dizer de Oscar (SUASSUNA, 2002, p. 10).

As manifestações de indeterminação encontradas na peça são as seguintes.

Há cinco casos de verbo na terceira pessoa do plural. Exemplo:

- *mas pensaram que eu ia atacar a cidade* (SUASSUNA, 2002, p. 126)

São três as ocorrências de expressões generalizantes:

- *depois se queixa porque o povo diz que você é sem confiança* (2002, p. 38)

- *Mas todo mundo não sabe mesmo?* (SUASSUNA, 2002, p. 38)

- *Traga, João, que já estou gostando do bichinho. Gente, não, é povo que não tolero, mas bicho dá gosto.* (SUASSUNA, 2002, p. 93)

Há vinte e cinco casos de passiva analítica sem agente. Exemplo:

- *mas eu não fui acusado de coisa nenhuma* (SUASSUNA, 2002, p. 162)

Somam quarenta e um os casos de passiva sintética. Exemplos:

- *não vejo nada de mal em se benzer o bicho* (SUASSUNA, 2002, p. 32)

- *vamos pagar o que se deve* (SUASSUNA, 2002, p. 200)

Os verbos no infinitivo totalizam vinte e cinco ocorrências. Exemplo:

- *Benzer motor é fácil* (SUASSUNA, 2002, p. 33)

E há dezesseis casos de *se*, símbolo de indeterminação do sujeito. Exemplo:

- *há de ver que com o diabo não se brinca* (SUASSUNA, 2002, p. 159)

São três os casos em que tanto pode haver uma interpretação passiva como reflexiva, e.g. *isso pode se virar por cima de você* (SUASSUNA, 2002, p. 35).

Verifica-se, na amostra do texto de Suassuna, que o *se* indeterminador é a forma mais empregada (50% dos casos), ainda com presença marcada da passiva sintética. O verbo no infinitivo (22%) e a passiva analítica sem agente (22%) também têm presença importante. O verbo na terceira pessoa do plural tem cifra bem menor (4%) que a do teatrólogo anterior: em Dias Gomes, o percentual do item foi 18%.

c) *Gota d'Água*, de Chico Buarque e Paulo Pontes

Publicada pela primeira vez em 1973, a peça constitui uma conhecida releitura (urbana, contemporânea e carioca) da tragédia grega *Medéia*, de Eurípedes. Uma de suas mais famosas representações contou com Bibi Ferreira no papel de Joana.

A transferência dos grandes conflitos humanos, em que deuses impiedosos dispunham dos destinos frágeis dos mortais, ou em que o homem se via subjugado pela inclemência do Fado incontável, não foi novidade dessa peça musicada, pois Vinícius de Moraes já escrevera, com absoluto sucesso, a obra *Orfeu do Carnaval*, musicada por Tom Jobim, que teve muitas encenações (e também foi filmada por Albert Camus, que conseguiu para a França, em 1959, o Oscar de melhor filme estrangeiro, com *Orfeu Negro*). Dentro do mesmo espírito, *Gota d'Água* confere toques de surrealismo ao ambiente de uma favela carioca e insere o trágico em situações que, de outra forma, não se destacariam do cotidiano.

Analisamos a vigésima-nona edição de *Gota d'Água* (BUARQUE e PONTES, 1998) e nela encontramos uma linguagem muitas vezes não-padrão, talvez com expressões típicas de favelas. As manifestações da indeterminação são descritas a seguir.

Há vinte e seis ocorrências de indeterminação marcada por verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expresso. Exemplos:

- o caso é que tão falando por aí (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 65)

- *Ela só fala nisso: vão gozar da cara dela...* (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 73)

São trinta e um os casos de expressões generalizantes, e aqui surge uma diversidade muito grande de expressões. Aparece *a gente*, no sentido de primeira pessoa do plural, mas muito amplo, que engloba mais do que os participantes do diálogo:

- *e a gente precisa ser sincero e franco quando a verdade é dura* (p.65)

Há também *a gente* indicando um grupo amplo, do qual não faz parte o falante:

- *que um bocado de gente de uns tempos pra cá tá se juntando* (p. 65)

Também é usada a expressão *a pessoa*, e também *o pessoal*:

- *A pessoa já nasce avisada. Vai sofrer. Olha que vai sofrer. E a pessoa vai e sofre...* (p. 32)

- *Mesmo assim, o pessoal... não creio que na hora mesmo vá deixar...* (p. 148)

As expressões *(o) homem*, *(a) mulher*, *o brasileiro* delimitam a extensão do indeterminado, ou quanto a gênero, ou quanto a traço geográfico:

- *Existe algum mistério no sentar que o homem, mesmo rindo, fica sério* (p. 49)

- *Homem, pra mim, homem definitivo, pode na vida ter feito de tudo* (p. 80)

- *A mulher é uma espécie de poltrona que assume a forma da vontade alheia* (p. 76)

- *Ou então mulher se dá bem com sofrimento* (p. 84)

- *Mas brasileiro não quer cooperar com nada, é anárquico, é negligente* (p. 106)

As expressões genéricas *o cara*, *nego*, *o sujeito* encontram espaço:

- *Pois pode, amigo, o cara se fode morrendo um pouquinho por mês* (p. 71)

- *O trem atrasa o quê? nem meia hora, e o cara quebra tudo...* (p. 105)

- *O cara já tá por aqui* (p. 105)

- *Nego ouviu da filha, que ouviu do pai* (p. 125)

- *A cadeira molda o sujeito pela bunda* (p. 49)

Até mesmo um hipotético sócio faz parte de um grupo generalizante, muito amplo:

- *que o teu parceiro vai se sentir mais impotente* (p. 52)

Expressões reconhecidamente não-protocolares assumem sentido generalizante:

- *Fodido, quando dá uma cagada, progride* (p. 35)

- *Bem, o trouxa fica fascinado* (p. 69)

Pode haver também combinação de expressões generalizantes, com resultado que circunscreve o sentido:

- *Duvido que exista outra maneira de fodido brasileiro arranjar lugar ao sol* (p. 76)

A expressão *todo mundo* pode designar a humanidade em geral ou um grupo mais ou menos delimitado de indivíduos, sempre com caráter generalizante, como em

- *todo mundo tá querendo ajudar* (p. 122)

Há grande diversidade de expressões generalizantes, como se verifica. Observe-se que coocorrem com usos específicos. A expressão *o cara*, por exemplo, designa especificamente o personagem Jasão em duas instâncias: “*o que Joana passou pr’esse cara, era pro cara, nem sei...*” (p. 31) e “*Era pr’esse cara arrancar os dois olhos da cara*” (p. 31). Da mesma forma, conforme já assinalado acima, a expressão *a gente* pode designar um grupo específico, de que o falante faz parte, ou um grupo muito geral, indicando o ser humano, ou um grupo de que o falante está excluído.¹⁸ São quinze as instâncias que farão parte de nosso cômputo, devido à arbitrariedade da interpretação.

A passiva analítica sem agente tem quinze ocorrências. Exemplo:

- *Prestação antiga já pode ser riscada do mapa* (p. 144-145)

São apenas treze ocorrências de passiva sintética. Exemplo:

- *Quem valeu a pena convidar, se convidou* (p. 94)

O verbo no infinitivo aparece em trinta e cinco instâncias. Exemplo:

- *Falar um troço desses de ti* (p. 66)

Ocorrem apenas três casos de *se*, símbolo de indeterminação do sujeito:

- *Só se fala nisso, ora...* (p. 125)

Pronomes não-dêiticos ocorrem com *você* hipotético, como em “*O seu chão é sagrado. Lá você dorme, lá você desperta*” (...) (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 140), e com um pronome de terceira pessoa do singular, igualmente hipotético: “*Então ele pega, sua, deixa até de comer*” (p. 69), totalizando onze casos.

¹⁸ Os casos de uso específico, naturalmente, não foram computados como indeterminados.

Há também emprego de outros indicadores de indeterminação. Um deles combina dois itens lexicais indicadores de desconhecido: “*fulana, mulher do João de Tal*” (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 29). Outro combina um gerúndio com *se*: “*é sentando ao lado que se começa um namoro*” (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 49). E ocorre ainda um emprego do verbo *precisar* em que a forma de terceira pessoa do singular, no tempo presente, corresponde a *é preciso*, havendo indeterminação do sujeito, instância que tenho observado também na oralidade: “*Não precisa pedir*” (p. 37).

Duas frases permitem dupla interpretação, ou como passiva ou como reflexiva. Uma delas é “*e vira uma amargura que se despeja no seu coração*” (p. 27), em que se pode entender que a amargura despeja a si mesma (um caso de prosopopéia) ou que a amargura é despejada. A outra frase é “*o moral se eleva*” (p. 115), com as mesmas possibilidades de interpretação.

Até aqui temos visto os casos que, em *Gota d’Água* (BUARQUE e PONTES, 1998), repetem o que ocorreu em textos de outros séculos. Há dois pontos, no entanto, que merecem nossa consideração.

Um deles é o que se manifesta na canção entoada por Joana, quando ela pede mais um dia a Creonte e o obtém. Transcreverei a parte da seqüência que suscita a reflexão:

- *Pois se jura, se esconjura*
Se ama e se tortura
Se tritura, se atura e se cura
A dor
Na orgia
Da luz do dia (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 158)

(...)
- *Pois se beija, se maltrata*
Se come e se mata
Se arremata, se acata e se trata
A dor (...) (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 159)

A seqüência de frases levaria a pensar que os verbos foram usados intransitivamente, e os casos de indeterminação poderiam ser classificados como os de *se*, símbolo de indeterminação do sujeito. No entanto, no quarto verso de cada seqüência surge um argumento interno para tais verbos, que então e só então revelam sua faceta transitiva: *a dor*, todas as ações se referem à dor. O belo efeito poético obtido na seqüência mostra não só as possibilidades significativas da língua, mas também suas possibilidades de construção sintática, que permitem a surpresa de uma reconstrução de sentido pela adjução de um complemento a toda uma seqüência de verbos.

Tudo isso mostra também o quanto é tênue a divisão, em alguns verbos, do caráter de transitividade ou intransitividade, visto que os dois usos se alternam. A língua literária, que explora as possibilidades de sentido e joga com a ambigüidade, rompe fronteiras morfossintáticas, semânticas, fonológicas, e é lícito supor que a busca de expressividade, no uso cotidiano, levando o falante a explorar os recursos de sua língua, aponte a ele caminhos semelhantes aos literários, ainda mais se, como Jakobson (1969, p. 128), acreditarmos que a função poética não possa limitar-se à poesia.

A seqüência transcrita imediatamente acima mostra também, de forma muito clara, que o *se* exerce a função de sujeito indeterminado, como tantos autores têm assumido. O jogo de sentidos se dá justamente quando surge um complemento para o que pareciam ser ações compartilhadas por sujeitos indeterminados.

Observe-se que, se acrescentarmos a seqüência acima à lista dos casos de passiva sintética, o número aumenta para vinte e sete.

O segundo ponto que queríamos salientar, em *Gota d'Água*, é o do uso explícito da terceira pessoa do plural, aparecendo o pronome *eles* antes da forma verbal correspondente. Mais uma vez, transcreverei todos os casos em que isso acontece:

- *Eles pensam que a maré vai mas nunca volta (BUARQUE e PONTES, 1998, p. 167)*
- *Até agora eles estavam comandando o meu destino (p. 167)*
- *Hoje eu sou onda solta e tão forte quanto eles me imaginam fraca (p. 168)*
- *Quando eles virem invertida a correnteza (p. 168)*
- *quero saber se eles resistem à surpresa (p. 168)*
- *quero ver como eles reagem à ressaca (p. 168)*

Há uma diferença entre esses casos e os que mencionamos nos outros capítulos, e que já verificamos neste, na seção sobre Dias Gomes. Enquanto formas como *Dizem* remetem a um sujeito indeterminado, amplo, geral, os exemplos imediatamente acima remetem a um sujeito que é, sim, indeterminado, mas é também opositor, antagonista, é um sujeito indeterminado que está contra o falante, em marcada oposição. A presença do pronome confere diferença de sentido?

Se a presença do pronome constituir diferença de sentido, isso dá uma força muito maior à construção sintática com verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expreso, que passa a ter um estatuto mais firme como marca de indeterminação. Seria preciso verificar se isso ocorre também na oralidade. Em meus registros, as formas orais (*Dizem/ Eles dizem*) sempre pareceram equivalentes. Parecem equivalentes também em Vieira.

Observa-se, no *corpus* de Buarque e Pontes, a presença do verbo no infinitivo marcando indeterminação como a mais freqüente (24% dos casos), a constância da presença do verbo na terceira pessoa do plural (18%) e da passiva sem agente (11%), o grande emprego de expressões generalizantes (11%), cuja diversidade já sublinhamos, além do recurso a outras estruturas. A indeterminação com *se*, mesmo somando os dois tipos de ocorrência, fica em segundo lugar (21%).

8.5 São Bernardo, de Graciliano Ramos

Nesta obra, o grande escritor narra, em primeira pessoa, a busca de Paulo Honório por riqueza, e o concomitante declínio de seus valores humanos. Até a impactante cena final, em que o protagonista toma dolorosa consciência de sua desumanização e de sua

solidão definitiva, Graciliano (RAMOS, 1994 [1934]), através de uma prosa objetiva e vigorosa, convida o leitor a refletir sobre o poder da ambição e sobre a precariedade da condição humana.

Os casos de indeterminação foram colhidos da página um à página cem, ou seja, o *corpus* se constitui do capítulo um ao capítulo dezoito.

Há doze ocorrências de verbo na terceira pessoa do plural. Exemplo:

- *Se me virarem hoje de cabeça para baixo, não cai do bolso um níquel.* (RAMOS, 1994 [1934], 20)

Há treze expressões generalizantes, algumas abrangendo metade da humanidade, e.g. *Mulheres quase nunca se defendem* (p. 44), outras inusitadas, e. g. *Um empreendimento de vulto, o senhor está vendo, esses burros vêm com picuinha* (p. 17), porém apenas três tem interpretação arbitrária:

- *A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa.* (RAMOS, 1994 [1934], p. 7)

- *A gente se acostuma com o que vê* (p. 66)

- *Houve suspensões, repetições, mal-entendidos, incongruências, naturais quando a gente fala sem pensar que aquilo vai ser lido.* (p. 77)

São dez os casos de passiva analítica sem agente. Exemplo:

- *Vou narrá-los porque a obra será publicada com pseudônimo.* (p. 8)

Há vinte e dois casos de *se* com verbos transitivos diretos. Exemplos:

- *Foi assim que sempre se fez.* (p. 7)

- *Derruba-se a cerca.* (p. 25)

São quatorze os casos de verbo no infinitivo. Exemplo:

- *Faz até raiva ver uma pessoa de certa ordem sujeitar-se a semelhante miséria.* (p. 76)

Quatro são os casos de *se* com verbo transitivo indireto ou intransitivo. Exemplo:

- *Aqui só se cogita de safadeza e pulhice.* (p. 17)

Há três casos de pronome não-dêitico, um deles com primeira pessoa do plural:

- *Existem coisas inúteis que nós conservamos.* (p. 67)

Ocorrem ainda dois outros casos de indeterminação, pela omissão do verbo: *De repente um tiro* (p. 31), em que não há uma nominalização, mas o substantivo adquire grande força estilística (ou se torna o foco da frase), e *Outro tiro, ruim: pedra miúda voando* (p. 31), sobre a qual se pode fazer o mesmo comentário.

Há ainda seis casos de indeterminação que podem ser lidos como passivos ou como reflexivos. Nessas estruturas, a leitura passiva terá agente indeterminado, a leitura reflexiva terá como agente o sujeito da oração. Exemplo:

- *Uns são levados pela cobra, outros pela cachaça, outros matam-se.* (RAMOS, 1994 [1934], p. 38)

Neste *corpus* de Graciliano Ramos, a indeterminação com *se* é a mais freqüente: 34% dos casos, somados os índices da passiva sintética e do *se* com outros verbos. Segue-se o verbo no infinitivo como segundo recurso de indeterminação mais usado (18%), enquanto a passiva sem agente e o verbo na terceira pessoa do plural mantêm-se estáveis.

8.6 Conclusões parciais

Tabela 7 – Indeterminação nas amostras do século XX

	<i>P6</i>	<i>ExprGen</i>	<i>PASA</i>	<i>PS</i>	<i>VInf</i>	<i>SIS</i>	<i>Pro nd</i>	<i>Outros</i>	<i>R/P</i>
Hollanda	1	0	10	72	32	3	6		17
D.Freitas	2	0	37	97	20	18			31
R.Braga	22	9	26	28	51	8	1		13
Dias G.	18	11	14	14	33	5	1		3
Suassuna	5	3	25	41	25	16			
BuarPon	26	15	15	27	35	3	11	9	2
GRamos	12	3	10	22	14	3	4	2	6
Total	86	41	137	301	210	56	23	11	72

Tabela com números absolutos do *corpus* escolhido para o século XX

Tabela 8 – Indeterminação no século XX em percentuais

XX	<i>P6</i>	<i>Gen</i>	<i>PASA</i>	<i>PS</i>	<i>VInf</i>	<i>SIS</i>	<i>Pro nd</i>	<i>Outros</i>	<i>PassRfl</i>	Total
Hollanda	1	0	7	51	23	2	4		12	100
DFreitas	1	0	18	47	10	9			15	100
RBraga	14	6	17	18	32	5			8	100
DiasGo	18	11	14	14	34	5	1		3	100
Suassuna	4	2	22	36	22	14				100
BuarPon	18	11	11	19	24	2	8	6	1	100
GRamos	16	4	13	29	18	5	4	3	8	100
Totais%	10	5	15	30	24	6	2	1	7	100

Tabela com percentuais dos *corpora* do século XX

O aumento expressivo do emprego do verbo no infinitivo não impede que o *se* indeterminador permaneça como o recurso mais empregado. É constante a frequência de recursos como verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito exposto, e passiva sem agente, esta última com ligeiro aumento em relação a momentos anteriores. Verifica-se também que as expressões generalizantes ainda têm vez, lembrando que, ao menos na linguagem teatral, há registro de uma grande diversidade de tais expressões.

Cabe notar que o critério que me levou a manter a denominação *passiva sintética* em separado, sem levar em conta o uso do *se* indefinidor consagrado pela língua não-padrão e descrito e explicado por vários autores (cf. Nunes, 1991; Scherre, 2005; e outros) é o da origem histórica, apontada por Nunes (1991) como iniciadora do processo que levou o *se* indefinidor a assumir o estatuto de agente indeterminado. Para identificá-la, adotei o critério da transitividade verbal (se o *se* acompanhasse verbo transitivo direto, era caso de passiva sintética) ou o da concordância (se o *se* acompanhasse verbo transitivo direto, mas não concordasse em número com o complemento, seria símbolo de indeterminação do sujeito).

A marcante presença da passiva sintética só se deve, portanto, à firmeza do critério. O número de verbos transitivos diretos da língua é muito maior que o dos verbos

transitivos indiretos e intransitivos, por isso o *se* acompanha maior número desses verbos. O critério da concordância, por sua vez, nem chegou a ser empregado, com uma exceção. Todavia, em livros de escritores consagrados, isso só comprova a competência do próprio escritor ou da revisão editorial, que sabidamente aplica a regra padrão.

Isso significa que a indeterminação com *se* é a mais freqüente, registrando-se também, no século XX, um crescimento da indeterminação através de verbo no infinitivo.

Observa-se ainda que a possibilidade de dupla interpretação (passiva – reflexiva) apresenta singular crescimento no século XX. A possibilidade da interpretação estendida de certos substantivos abstratos (como metonímia ou como prosopopéia) permite classificar como reflexivas certas construções que, com um suposto agente humano indeterminado, seriam vistas como passivas. Ainda não está concluída, como se vê, a singular trajetória do *se* reflexivo, que, conforme Naro (1976), marcou o início do processo que traria a passiva sintética, dela provindo o *se* indeterminador que, agora, volta a contemplar uma possibilidade de interpretação reflexiva.

9 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA ANÁLISE QUANTITATIVA GERAL

9.1 Os mecanismos de indeterminação em diferentes gêneros textuais

Ocorre variação na frequência de uso dos mecanismos de acordo com os gêneros textuais, conforme se vê abaixo.

Tabela 9 - Texto histórico – emprego dos mecanismos através dos tempos

	P6	ExprGen	PASA	PS	VInf	SIS	Pro nd /outros	Refl. ou pass.
Ceuta	16	5	67	74	20	5		
Id. Média	9%	2%	36%	40%	11%	2%		
Gândavo séc. XVI	40	0	9	120	2	4		
	23%	0%	5%	69%	1%	2%		
Salvador séc. XVII	38	0	21	115	15	11		
	19%	0%	11%	58%	7%	5%		
Capistrano séc. XIX	6	0	25	79	25	7		
	4%	0%	18%	56%	18%	4%		
Sérgio/Décio séc. XX	1 + 2	0 + 0	10+37	72+97	32 +20	3 +18	6 +0	17+31
	1%	0%	14%	49%	15%	6%	2%	14%
Total	103	5	169	557	114	48	7	48
%	9	0,5	16	53	11	5	0,5	5

Tabela demonstrativa dos mecanismos empregados por historiadores, em diferentes momentos. P6: verbo na terceira pessoa do plural; ExprGen: expressão generalizante; PASA: passiva analítica sem agente; PS: passiva sintética; VInf: verbo no infinitivo; SIS: símbolo de indeterminação do sujeito; Pro nd: pronome não-dêitico; Refl. ou pass.: reflexiva ou passiva.

Verbo na terceira pessoa do plural sem sujeito expresso, passiva analítica sem agente e verbo no infinitivo marcam presença constante, mas não predominante. São recursos sempre viáveis, mas longe de serem preferenciais. As expressões generalizantes, por sua vez, têm participação quase nula no texto histórico, que aliás não se presta a generalizações nem a informalidades, porque científico. A passiva sintética assume

primeira posição na frequência de empregos, tanto nos diferentes séculos quanto no total. Se a ela somarmos os itens referentes ao *se* indeterminador, englobando as duas formas numa única (*indeterminação com se*), o predomínio *se* torna maior. No século XX, é marcante o aumento das frases com dupla interpretação, as que tanto podem ser passivas como reflexivas. Tais frases, aliás, manifestam sua presença em outros momentos.

Empregando cálculos de χ quadrado¹⁹, rejeita-se a hipótese de que haja previsibilidade de futuro predomínio de um dos itens. Rejeitam-se as hipóteses de estabilidade do verbo na terceira pessoa do plural, de diminuição significativa da passiva sintética, de aumento significativo de *se* ou do verbo no infinitivo (V. anexo 3). Isso está de acordo com a noção de que indeterminação é uma função, que é expressa por vários recursos, que podem variar no sentido de sua frequência. Eventualmente, uns desaparecem e outros surgem.

Retirando da tabela os elementos de pequeno número, e unindo passiva sintética e *se* indeterminador num único item *se*, ficam mais evidentes algumas características.

Tabela 10 - Mecanismos mais freqüentes empregados por historiadores, com percentuais por colunas

	P6	PASA	SE	VInf	R ou P
Ceuta	16	67	79	20	
Id. Média	16%	40%	13%	18%	
Gândavo	40	9	124	2	
séc. XVI	39%	5%	20%	2%	
Salvador	38	21	126	15	
séc. XVII	36%	12%	21%	13%	
Capistrano	6	25	86	25	
séc. XIX	6%	15%	14%	22%	
Sérgio/Décio	1 + 2	10+37	75+115	32 +20	17+31
séc. XX	3%	28%	32%	45%	100%
Total	103	169	605	114	48
%	100	100	100	100	100

¹⁹ Agradeço à Professora Ancilla Dall'Onder Zatt todos os cálculos envolvendo χ quadrado.

Aplicando a análise de χ quadrado aos resultados acima, mais uma vez encontraram-se evidências que fazem rejeitar a hipótese de que haja predomínio significativo de uma das formas (V. anexo 4), considerando a amostra de textos históricos estudados. Segundo a tabela, rejeitam-se as hipóteses de estabilidade de P6, diminuição de passiva analítica, aumento de *se*, aumento de verbo no infinitivo.

Com os textos literários, a amostra não indicou resultados diferentes.

Tabela 11 - Textos literários (prosa ou verso): mecanismos de indeterminação através dos tempos

	P6	ExprG	PASA	PS	VInf	SIS	Pro n-d	Outros	R ou P
Demanda	30	28	27	1	3				
Id. Média	34%	32%	30%	1%	3%				
Lusíadas	18	16	36	80	18	1			
séc. XVI	11%	9%	21%	47%	11%	1%			
Gregório	37	0	16	54	16	1			
séc. XVII	30%	0%	13%	43%	13%	1%			
Ateneu	14	0	15	66	39	2			1
séc. XIX	10%	0%	11%	48%	29%	1%			1%
S. Bernar	12	3	10	22	14	3	4	2	6
séc. XX	16%	4%	13%	29%	18%	4%	5%	3%	8%
Total	111	47	104	223	90	7	4	2	6
%	19	8	18	38	15	0,75	0,5	0,25	0,5

A presença das expressões generalizantes bem poderia ser tomada como característica da linguagem literária, sabidamente inovadora e sempre em busca de novos recursos expressivos, e muito sensível às sutilezas da língua em uso e suas variações. No entanto, se percorrermos a linha do tempo, vamos ver que pesaram significativamente para aumentar o percentual geral os números do século XIII (32 %, com o termo *homem*) e os do século XVI (9 %, com *a gente/as gentes*).

A indeterminação com *se* novamente aparece com o mais alto percentual, mas esse resultado não é significativo com base no teste de χ quadrado.

O pronome não-dêitico tem número ainda inconclusivo. Os outros recursos de indeterminação que aparecem em Graciliano Ramos, com omissão do verbo, sem dúvida teriam presença maior se mais obras modernistas fizessem parte do *corpus*.

Retomando a tabela em seus elementos principais, e reunindo PS e SIS como *se* indeterminador, tem-se a seguinte tabela. Faz-se cálculo de percentuais por coluna.

Tabela 12 – Mecanismos de indeterminação em textos literários

	P6	ExprG	PASA	SE	VInf
Demanda Id. Média	30 27%	28 60%	27 26%	1 0%	3 3%
Lusiadas séc. XVI	18 16%	16 34%	36 35%	81 35%	18 20%
Gregório séc. XVII	37 33%	0 0%	16 15%	55 24%	16 18%
Ateneu séc. XIX	14 13%	0 0%	15 14%	68 30%	39 43%
S. Bernar séc. XX	12 11%	3 6%	10 10%	25 11%	14 16%
Total	111	47	104	230	90
%	100	100	100	100	100

Submetendo a tabela a cálculos de χ quadrado, rejeita-se a hipótese de que um dos elementos apresente evidências de vir a se tornar predominante (V. anexo 5).

Vejamos agora os resultados referentes a textos de opinião, que abrangem textos dissertativos, crônicas e sermões.

Tabela 13 - Textos de opinião – mecanismos através dos tempos

	P6	ExprGen	PASA	PS	VInf	SIS	Pro ND	Pass/refl
	#	#	#	#	#	#	#	
Vieira	62 13%	0 0%	38 8%	288 62%	59 13%	13 3%	6 1%	
Alencar	15 15%	0 0%	10 11%	52 54%	15 15%	5 5%		
M. Assis	16 10%	1 0,5%	24 15%	72 45%	32 20%	14 9%		1 0,5
R. Braga	22 14%	9 6%	26 16%	28 18%	51 32%	8 5%	1 1%	13 8%
Total	115	10	98	440	157	40	7	13
%	13%	1%	11%	50%	18%	5%	1%	1%

Somando os índices de passiva sintética e símbolo de indeterminação do sujeito, teremos um percentual de 55 %, o que coloca a indeterminação com *se* com mais da metade dos casos. Mesmo sem esse cálculo, a passiva sintética é o recurso mais empregado, com 29%.

Contudo, seu alto percentual se deve mais aos índices dos séculos passados: 62 % dos casos no século XVII, 54 % e 45 % no século XIX, e apenas 18 % no autor do século XX. Ao mesmo tempo, é considerável o aumento da frequência de uso do verbo no infinitivo. Nessa coluna, é o percentual do século XX que concorre para colocar esse mecanismo como o segundo mais utilizado. Registre-se o uso extremamente baixo de expressões generalizantes nesse gênero de características dissertativas.

Restringindo a tabela aos casos mais usados e reunindo PS e SIS, tem-se o resultado seguinte. (Os percentuais serão efetuados por coluna, com o objetivo de verificar a frequência de cada item através dos séculos.)

Tabela 14 – Indeterminação em textos dissertativos e seus percentuais

	P6	PASA	SE	VInf	P ou R
Vieira	62 54%	38 39%	301 63%	59 38%	
Alencar	15 13%	10 10%	57 12%	15 10%	
M. Assis	16 14%	24 24%	86 18%	32 20%	1 7%
R. Braga	22 19%	26 27%	36 7%	51 32%	13 93%
Total	115	98	480	157	14
%	100	100	100	100	100

Retirando a Expressão Generalizante, por sua pequena presença numérica, e submetendo os dados à análise de χ quadrado, há evidências para rejeitar a hipótese de que P6 (verbo na terceira pessoa do plural) se mantém estável, pois há significativa

diferença de uso entre os autores; rejeita-se também a hipótese de que a passiva analítica sem agente diminua significativamente entre os autores; igualmente ficam rejeitadas as hipóteses de aumento significativo de SE e de aumento significativo de verbo no infinitivo (V. anexo 6).

A tabela seguinte refere-se a textos teatrais.

Tabela 15 - Textos teatrais – mecanismos de indeterminação

	P6	ExprG	PASA	PS	VInf	SIS	Pro nd	Outros	R / P
Gil Vicente	7 22 %	0 0 %	8 25 %	6 19 %	7 22 %	1 3 %	3 9 %		
José de Alencar	16 29 %	0 0 %	6 11 %	15 27 %	13 22 %	6 11 %			
Martins Pena	26 27 %	0 0 %	12 13 %	23 24 %	15 16 %	18 20 %			
Artur Azevedo	10 15 %	0 0 %	9 13 %	38 56 %	9 13 %	2 3 %			
Dias Gomes	18 18 %	11 11 %	14 14 %	14 14 %	33 34 %	5 5 %	1 1 %	3 3 %	
Ariano Suassuna	5 4 %	3 2 %	25 22 %	41 36 %	25 22 %	16 14 %			
Buarque e Pontes	26 18 %	15 11 %	15 11 %	27 19 %	35 24 %	3 2 %	11 8 %	9 6 %	2 1 %
Total	108	29	89	164	137	51	15	12	2
%	18 %	5 %	15 %	27 %	23 %	8 %	2 %	2 %	0 %

A pequena presença de expressões generalizantes e o aumento paulatino do uso do verbo no infinitivo, no decorrer do tempo, parecem característicos dessa amostra de texto teatral. A passiva sintética (vale dizer, o sujeito indeterminado com *se* acompanhando verbo transitivo direto) continua sendo o mecanismo mais empregado no total, com sensível diminuição entre os autores do século XX, exceto Suassuna. Se acrescentarmos os casos de *se* acompanhando outros verbos, temos 35 % do total. Ainda é a maior marca, mas está menor que a dos séculos anteriores. O verbo no infinitivo, por sua vez, deve seu segundo lugar aos teatrólogos do século XX, que o adotam com predominância, à exceção mais uma vez de Suassuna.

Entre os teatrólogos, é quase nula a presença de frases que permitem dupla leitura, como passivas ou como reflexivas.

Retirando os elementos de menor número e conferindo um único estatuto ao *se*, temos a tabela seguinte:

Tabela 16 – Indeterminação em textos teatrais, com percentuais por colunas

	P6	ExprG	PASA	SE	VInf
Gil Vicente	7 6%	0 0 %	8 9%	7 3%	7 5%
José de Alencar	16 15%	0 0 %	6 7%	21 10%	13 9%
Martins Pena	26 24%	0 0 %	12 13%	41 19%	15 11%
Artur Azevedo	10 9%	0 0 %	9 10%	40 19%	9 7%
Dias Gomes	18 17%	11 38%	14 16%	19 9%	33 24%
Ariano Suassuna	5 5%	3 10%	25 28%	57 27%	25 18%
Buarque e Pontes	26 24%	15 52%	15 17%	30 13%	35 26%
Total	108	29	89	215	137
%	100	100	100	100	100

Cálculos estatísticos²⁰ mais uma vez autorizam rejeitar a hipótese de estabilidade de P6, de diminuição de PASA (passiva analítica sem agente) e do aumento significativo de SE ou do verbo no infinitivo (V. anexo 7). As expressões generalizantes têm presença somente no século XX, contrariando talvez a expectativa da (suposta) relação entre texto teatral e fala.

Dentre os gêneros, o que denominei “textos literários” é o que apresenta maior uniformidade de emprego dos diferentes mecanismos (19% de P6, 18% PASA, 15% de verbo no infinitivo), com predomínio, sempre, do *se* (39%). O mesmo ocorre com os textos teatrais (18% de P6, 15% de PASA, 23% de verbo no infinitivo), com 35% de *se*.

Nos textos históricos e de opinião, o *se* sempre representou mais de metade dos casos (58% e 55%, respectivamente). Pode ser que a relativa uniformidade de emprego dos diferentes mecanismos nos textos literários e teatrais se deva a uma preocupação de utilizar diferentes recursos da língua, dentro do estilo de cada autor.

Como o objetivo não era aprofundar essa área, os textos representam amostras dos diferentes gêneros. Não houve um estudo exaustivo de cada gênero, por isso a análise quantitativa não foi significativa.

Caso se queira verificar a distribuição das formas de indeterminação entre os diferentes gêneros, sem levar em conta o tempo, obtém-se a seguinte tabela.

Tabela 17 – Formas de indeterminação e gêneros²¹

	P6	ExprG	PASA	PS	VInf	SIS	ProND	R/P	Outros
História	103 9%	5 0,5%	169 16%	557 53%	114 11%	48 5%	7 0,5%	48 5%	
Literatura	111 19%	47 8%	104 18%	223 38%	90 15%	7 1%	4 0%	6 1%	
Opinião	115 13%	10 1%	98 11%	440 50%	157 18%	40 5%	7 1%	13 1%	
Teatro	108 18%	29 5%	89 15%	164 27%	137 23%	51 8%	15 2%	2 0%	12 2%
Total	437	91	460	1384	498	146	33	69	12
%	14%	3%	14%	44%	16%	5%	1%	2%	1%

Ocorrências totais: 3130 – P6: verbo na terceira pessoa do plural; ExprG: expressão generalizante; PASA: passiva analítica sem agente; PS: passiva sintética; VInf: verbo no infinitivo; SIS: *se* indeterminador; ProND: pronome não-dêutico; R/P: reflexiva ou passiva.

Em relação aos percentuais gerais que aparecem logo abaixo do total, verifica-se que nenhum gênero se afasta do percentual geral, na passiva analítica sem agente. Embora em todos os gêneros o *se* seja a forma mais freqüente de indeterminação, nos textos históricos e de opinião esse percentual se eleva. Nos textos literários e no teatro

²⁰ Mais uma vez agradeço à Professora Ancilla Dall'Onder Zatt as análises com χ quadrado.

verificam-se percentuais mais altos do uso do verbo na terceira pessoa do plural. Assim sendo, o gênero parece influenciar no que diz respeito ao uso do *se*: ele se presta mais à conjectura generalizante, em que o indeterminado pode assumir até mesmo a pessoa que fala, e esse pensamento hipotético parece típico dos textos de opinião e dos textos científicos. O verbo no infinitivo fica acima da média nos textos teatrais e nas crônicas. Haverá neles um traço coloquial que reflita o uso maior dessa forma na fala cotidiana? Conforme veremos, o verbo no infinitivo também mostra ascendência de emprego, no decorrer dos séculos. O texto teatral e a crônica mostrariam o uso de uma forma inovadora?

9.2 Os mecanismos de indeterminação nos diferentes séculos

Sem levar em conta a especificidade dos textos, a presença dos mecanismos de indeterminação apresenta oscilações, diminuições e aumentos. Um quadro geral das tendências permite visualizar melhor essas frequências.

Quadro 1 - Quadro geral das tendências de indeterminação

	P6	ExprG	PASA	PS	VInf	SIS	Pro nd	Outros	R/P
Séc. XIII	30 34 %	28 32 %	27 30 %	1 1 %	3 3 %				
Séc. XV	16 9 %	5 2 %	67 36 %	74 40 %	20 11 %	5 2 %			
Séc. XVI	65 17 %	16 4 %	53 14 %	206 55 %	27 7 %	6 2 %	3 1 %		
Séc. XVII	137 18 %	0 0 %	75 9 %	457 58 %	90 11 %	25 3 %	6 1 %		
Séc. XIX	103 14 %	1 0 %	101 13 %	345 46 %	148 20 %	54 7 %			
Séc. XX	86 9 %	41 4 %	137 15 %	301 32 %	210 22 %	56 7 %	23 2 %	11 1 %	72 8 %
Total	437	91	460	1348	498	146	32	11	72
%	14 %	3 %	15 %	44 %	16 %	5 %	1 %	0 %	2 %

²¹ Agradeço a valiosa sugestão desta tabela ao Professor Dr. Paulo Borges, por ocasião da defesa da tese.

Embora o século XX mostre considerável diminuição no percentual da passiva sintética, essa é a forma que mais emprego tem, no confronto dos séculos, com exceção do século XIII. Ela será reinterpretada, conforme já foi dito, como emprego do *se* indeterminador, com base nos resultados dos estudos de Nunes, 1991, Galves, 2001, Scherre, 2005 e outros, bem como deste trabalho, como um sujeito indeterminado. Nessa acepção, repetimos, nada nos impede de somar ao seu percentual o do *se*, símbolo de indeterminação do sujeito, o que trará um pequeno aumento ao número geral. A separação dos dois casos, que postulamos apenas para fim de verificação histórica, já não se sustenta. É corrente a noção de que o *se* é um sujeito indeterminado, ou, conforme já observara Indursky (1993, p. 249):

“Ao privilegiar a interpretação passiva do SE, o analista permanece no campo da sintaxe. Ao considerar sua interpretação indeterminadora, ultrapassa essa fronteira para refletir a partir do discurso.”

A intuição dos falantes há muito assumiu o *se* como indeterminador e ignora a construção da passiva sintética, conforme tantos autores já mencionaram.

Quanto ao desaparecimento gradativo do *se*, tal como apresentado por Nunes (1991), Galves (2002) e outros pesquisadores, não encontra sustentação no presente *corpus*. Isso parece indicar a necessidade de se estabelecerem fronteiras (geográficas, além de morfosintáticas e semântico-pragmáticas) para esse fenômeno.

O emprego do verbo na terceira pessoa do plural mostra, no decorrer dos séculos, uma diminuição contínua. Embora presente no cômputo geral, o percentual decresce com o passar do tempo.

Observe-se, no século XV, a aproximação percentual que existe entre o uso da passiva analítica sem agente (36 %) e a passiva sintética (40 %), como a indicar que as estruturas eram equivalentes – noção que em seguida se perdeu, conforme Naro (1976).

As expressões generalizantes mostram-se como um recurso existente, mas de emprego oscilante. Houve uma diminuição muito grande, desde a Idade Média, do emprego desse mecanismo. No entanto, sempre há a ressalva concernente aos diferentes gêneros textuais. No século XX, por exemplo, as expressões generalizantes reaparecem extensivamente nas peças teatrais. Para verificar se *a gente* tem presença na escrita, seria necessário verificar a produção de cronistas mais recentes.

A passiva sintética sem agente mantém emprego relativamente estável, e não manifesta qualquer diminuição de uso. Cálculos estatísticos, no entanto, levam a rejeitar a hipótese de aumento significativo (V. anexo 9).

Já o verbo no infinitivo, como marca de indeterminação, mostra crescimento a partir do século XIX, sendo a segunda forma de indeterminação mais empregada no século XX. Pelo teste de χ^2 , no entanto, não há aumento significativo (V. anexo 9).

O pronome não-dêitico também mostraria crescimento, mas ilusório, pois seu emprego parece contingenciado pelo discurso hipotético, em que atribuir um papel a si mesmo ou ao interlocutor parece trazer uma força persuasiva a mais aos argumentos empregados. O alto número do século XX (dezenove ocorrências) deve-se às ocorrências na peça *Gota d'água* (Buarque e Pontes, 1998), que são onze, ocorridas justamente em passagens hipotéticas. Há, como se vê, um só texto influenciando o resultado geral.

Não se pode deixar de mencionar o grande número de casos, no século XX, de dupla interpretação, com frases que tanto podem ser lidas como passivas ou como reflexivas, com uma diferença de significado que não chega a alterar a carga informativa, se assim se pode dizer, da sentença. Tais exemplos foram mencionados, no decorrer do trabalho, em relação a quase todos os momentos históricos, mas com tão pequeno número

de frases (foram duas em todo o texto de *Os Lusíadas*, por exemplo, e apenas uma na *Demanda*), que optei por incluí-las na interpretação passiva. No século XX, no entanto, verifica-se considerável crescimento dessa estrutura, com distribuição maior nos textos históricos e na crônica. Por esse motivo, nesse século, mantive a estrutura como um caso à parte, que permita uma reflexão sobre um novo caso de impessoalização, a do sujeito abstrato, ou plural, ou metonímico, ou não-responsável, seguido de um *se* que tanto pode cumprir seu papel sintático reflexivo como seu papel indeterminador, conforme a análise já efetuada no capítulo 8 deste trabalho, sobre o século XX.

No entanto, a par da peculiaridade sintática, semanticamente a informação transmitida é, se não a mesma, equivalente. Retomando exemplo de Freitas (1991, p. 31):

- *O comércio se intensificou,*

temos, conforme já foi visto, duas interpretações possíveis: ‘o comércio foi intensificado (por alguém)’, caso em que o *se* funciona como indeterminador, à luz da interpretação do *se* passivador como sujeito indeterminado, ou ‘o comércio intensificou a si mesmo’, entendendo-se, naturalmente, *comércio* como um conjunto de pessoas envolvidas com ele. A impessoalização, nessa última interpretação, fica transferida ao coletivo, que funciona como uma nominalização, no sentido explicitado por Yamamoto (2006), e o *se* é um reflexivo. Em qualquer das duas interpretações, o agente fica indeterminado, no primeiro caso pelo caráter arbitrário do *se*, no segundo por um processo de impessoalização.

É bem possível que tenhamos aí uma nova direção para o agente indeterminado se manifestar (sim, essa última frase o utiliza): a meio caminho entre a indeterminação passiva e a nominalização, encontramos a indeterminação marcada por sujeitos em que

cabem muitos e indefinidos referentes, seguidos por uma construção sintática que guarda em si o ambivalente (na verdade, plurissignificativo e multivalente) *se*.

O elemento morfossintático específico, identificado como sujeito indeterminado, parece corroborar a indeterminação obtida através da nominalização constituída pelo emprego metonímico do substantivo abstrato *comércio*. Há um duplo concurso de mecanismos de indeterminação, sem que isso signifique *mais* indeterminação. O que parece haver aí é um ponto de confluência a partir do qual pode ser que a língua escolha apenas um dos mecanismos e abandone outro, ou continue usando os dois. Estaríamos rumando a um emprego mais amplo de nominalizações (v. Yamamoto, 2006) como forma de marcar a indeterminação? Ou o *se*, já completando um ciclo de uso, busca amparo em outra forma para fortalecer o que se quer comunicar?

O que nos leva a pensar num “enfraquecimento” (ou *lenição*) do *se* é o abandono da forma em alguns dialetos, conforme se pode verificar nos trabalhos já mencionados de Silva (1996, p. 123), de Nunes (1995, p. 201-203) e de Galves (2001, p. 46). Ao que tudo indica, esse abandono do *se* não se verifica apenas nessa função de indeterminador (e.g. Silva, 1996, p. 123, *Não usa mais chapéu*), mas também como reflexivo (e.g. Nunes, 1995, p. 201, *Ele (se) chama João, Ontem eu (me) levantei bem tarde*). Num percurso de certa forma previsível dentro dos mecanismos de gramaticalização, o *se* indeterminador, tendo surgido inicialmente como marcador de passiva (havia um único caso na *Demanda*) a partir do *se* reflexivo (cf. Naro, 1976), reencontra sua origem no momento em que começa a deixar de ser usado: seu uso pode ser tomado novamente como reflexivo ou como passivo, se o sujeito presente na frase for metonímico.

Quero crer, no entanto, com Galves (2001), que isso faça parte de um movimento geral da língua em direção ao plano discursivo: cada vez mais os elementos da interação,

do contexto situacional, parecem influenciar o sentido a ser construído para qualquer texto. Assim como a nossa língua abre mão de objetos diretos, de marcadores de função (principalmente no caso das relativas) e deixa o tópico assumir o papel de sujeito - até mesmo na concordância (v. Galves, 2001), assim como a nossa língua permite o apagamento do *se* com função e papel temático, também abre mão da precisão morfossintática que impedisse a ambigüidade estrutural; ou permite que se diluam as fronteiras entre metáfora e uso comum.

Para finalizar, retirando mais uma vez os casos de pequeno número e unindo como *se* indeterminador passiva sintética e símbolo de indeterminação do sujeito, obtém-se o seguinte quadro:

Quadro 2 – Indeterminação através dos tempos, com percentual de mecanismo por séculos

	P6	ExprG	PASA	SE	VInf	R ou P
Séc. XIII	30 7%	28 31%	27 6%	1 0%	3 1%	
Séc. XV	16 4%	5 5%	67 15%	79 5%	20 4%	
Séc. XVI	65 15%	16 18%	53 11%	212 14%	27 5%	
Séc. XVII	137 31%	0 0 %	75 16%	482 32%	90 18%	
Séc. XIX	103 24%	1 1 %	101 22%	399 26%	148 30%	
Séc. XX	86 19%	41 45%	137 30%	357 23%	210 42%	72 100%
Total	437	91	460	1530	498	72
%	100	100	100	100	100	100

Cálculos estatísticos com χ quadrado²² levam a rejeitar as diversas hipóteses que se anunciavam: rejeita-se a hipótese de estabilidade de P6, a hipótese de diminuição de

²² Que se devem, mais uma vez, à Professora Ancilla Dall'Onder Zatt, a quem agradeço.

passiva analítica sem agente, bem como se rejeitam as hipóteses de aumento significativo de SE ou de verbo no infinitivo (V. anexo 9).

Há contínua utilização de todos os mecanismos de indeterminação, na língua, com larga margem de emprego do SE e aumento numérico do emprego de verbo no infinitivo, no século XX.

9.3 Os mecanismos em relação à gradação proposta por Givón (1984)

Podemos voltar ao *continuum* preconizado por Givón (1984, p. 407), já mencionado no capítulo 2, seção 2.5.1, e que reproduzimos aqui:

DEFINIDO > REFERENCIAL-INDEFINIDO > NÃO-REFERENCIAL > GENÉRICO

Lembramos que, na própria concepção do autor (GIVÓN, 1984, p. 407), essa gradação não tem limites precisos de um subsistema a outro.

Remetendo à codificação acima cada um dos mecanismos de indeterminação aqui estudados, podemos ponderar os seguintes pontos.

9.3.1 O verbo na terceira pessoa do plural

No caso da indeterminação marcada por verbo na terceira pessoa do plural, podemos pensar em incluí-lo no subsistema NÃO-REFERENCIAL, porque não há indicação de agente, a não ser no traço *humano* requerido pelo verbo, e pela eliminação da primeira e da segunda pessoas: em *Fez-se o cálculo* há mais generalidade do que em *Fizeram o cálculo*.

Vimos, no entanto, exemplos de Vieira (capítulo 5 deste trabalho) em que era possível inferir a que classe pertenceriam os agentes humanos de algumas das ações (os governadores das províncias), o que me levaria a colocar esse mecanismo, no caso específico, no subsistema REFERENCIAL-INDEFINIDO. A partir disso, é possível que em seu tempo alguns dos agentes pudessem ser identificados pelos ouvintes de Vieira, ou,

hoje em dia, por historiadores do período. Nesse caso, o agente passaria ao subsistema DEFINIDO, ao menos para alguns receptores da mensagem, o que deixaria esse mecanismo ao lado de outros recursos, como, por exemplo, a linguagem figurada (a ironia, por exemplo).

Como recurso de indeterminação, estaria submetido a injunções de ordem tanto discursiva quanto interativa, e dependente de contextualização. Note-se seu emprego flutuante através dos séculos, e a diminuição de ocorrências no século XX.

Curiosamente, essa forma de indeterminação, que é a mais mencionada pelos autores tradicionais e também por outros, é a que menos estudos tem suscitado. O *se*, as expressões gramaticalizadas, o uso não-dêitico dos pronomes têm atraído o interesse de muitos pesquisadores. O verbo na terceira pessoa do plural, menos.

Maurer Jr. (1959, p. 200) avança a hipótese de que essa construção tenha origem no latim vulgar:

“O emprego da terceira pessoa do plural para a expressão do agente pessoal indeterminado, em frases com *dicunt*, *ferunt* e semelhantes, é das línguas ocidentais e talvez tenha a sua origem no latim vulgar, e.g. português *dizem*, francês *ils ont dit*, mas a sua ausência no romeno dificulta uma resposta segura sobre este ponto.” (MAURER Jr., 1959, p. 200)

Se pouco se pode dizer sobre a origem, pouco também se pode dizer sobre a constituição da forma. Percorrendo os *corpora*, percebemos a presença de muitos verbos *dicendi*, mas também de verbos de ação, volitivos ou não, verbos de processo, e não há restrições de tempo verbal, nem de modo. O sujeito indeterminado de tais verbos pode exercer papel temático de Agente ou Tema.

Há restrições para esse uso, conforme foi apontado por Nascimento (2002, p. 71), pois com inacusativos não pode haver interpretação arbitrária para frases como e. g. **Chegaram na minha casa*. Com muita frequência ocorre ainda a silepse (observada

também no texto camoniano), em que é possível atribuir uma interpretação não-arbitrária ao agente, por exemplo, nesta ocorrência de fala: *Na quarta-feira [de cinzas] ainda tinha gente fantasiada na rua. Tocavam, gritavam.* Lembremos que casos desse tipo, quando apareceram no *corpus*, não foram computados.

9.3.2 As expressões generalizantes

As expressões generalizantes, por definição, ficam no subsistema genérico. No entanto, os substantivos que as constituem mantêm seus empregos nominalizadores, e são passíveis de todas as extensões decorrentes (emprego metafórico, metonímico, sinonímico, hiperonímico, etc.). Isso mantém a expressão numa configuração morfossintática estanque, se for empregada como generalizante. Tal como acontecia com *homem*, no período medieval, em que uma pesada rede de restrições impunha ao termo uma estrutura frasal rígida, uma expressão como *o cara* tem empregos que a situam em todos os pontos da gradação de Givón (1984, p. 407), mas só adquire o estatuto de expressão generalizante, indicando referente genérico, se aparecer em frase que atenda a certas restrições.

Para ilustrar o emprego que eu coloco no subsistema definido, colho o exemplo que me foi fornecido, durante o exame de qualificação, pelo Professor Doutor Sérgio Menuzzi:

Ontem eu vi o João. O cara estava arrasado.

A expressão, aqui, é um termo hiperonímico que remete ao nome *João*. Como recurso de coesão referencial, poderia perfeitamente ser substituída por um pronome pessoal, por uma perífrase, por um apelido, por um elemento nulo. A opção pela hiperonímia parece atender a uma necessidade expressiva que coloque *João* num plano comum a muitas outras pessoas, quase num sentido de solidariedade. Também pode

indicar um afastamento do sofrimento individual de João, quase como uma forma de respeito. De qualquer maneira, não há indeterminação nenhuma: *o cara*, aí, é definido.²³

Numa frase como

Olha lá, o cara atravessou a rua sem olhar,

o uso é referencial. Há uma determinada pessoa que realizou uma ação, há um referente claro, mas não o conheço, não o nomeio, para mim ele é indefinido. As circunstâncias de sua ação ficam claras: o momento pretérito, o tipo de ação, o modo (impensado) como foi executada. Posso até mesmo apontar o referente, se a ação ocorreu há pouco e ele ainda está no meu campo de visão, mas não posso defini-lo. É indefinido, mas não é indeterminado; tal como o *Embuçado* de Cecília Meireles.²⁴ Por isso, esse termo, com essas especificações, é um agente que se insere no subsistema REFERENCIAL-INDEFINIDO. Lembre-se mais uma vez que esses casos não foram computados.

Já em frases como *Tinha cara matando cachorro a grito, Vai ter cara se atrapalhando todo naquela rótula* e (e.g. Toledo, 2003) *Neguinho te fecha*, temos um uso inserido no subsistema NÃO-REFERENCIAL, vale dizer, são ações hipotéticas, com agentes igualmente hipotéticos, e o critério que utilizo para mantê-las sob essa rubrica (e não na dos genéricos) é a impossibilidade da substituição por *se*: **Tinha se matando cachorro...*

No subsistema GENÉRICO ficam aquelas expressões generalizantes que, além do referente indeterminado por ser hipotético ou por recobrir uma quantidade muito grande de *tokens*, podem ser substituídas por *se*. É o que ocorre, por exemplo, na frase *Com esse tempo, o cara não sabe que roupa vestir.* (=...*não se sabe*...). Ao que tudo indica, o tempo presente é uma das restrições associadas a esse uso.

²³ Evidentemente, casos desse tipo encontrados nos *corpora* não foram computados.

²⁴ Esses casos também não foram computados.

Observe-se que não é este último o emprego das expressões generalizantes que aparecem em grande número no século XVI. Nas instâncias observadas, *a gente/ as gentes* são expressões que se referem a seres indefinidos, ou a seres desprovidos de referente específico. Mantivemos em nosso cômputo apenas as que tinham referente indeterminado. Assim sendo, essas expressões tramitam por subsistemas que vão do REFERENCIAL-INDEFINIDO, passando pelo NÃO-REFERENCIAL, e chegando também ao GENÉRICO. Quando a expressão assume também o falante, e passa a significar *nós*, tem, ao que tudo indica, as mesmas possibilidades significativas do pronome: tanto pode indicar um número específico de pessoas, quanto um número que, de tão grande, se torna indeterminado e, portanto, genérico. O uso de *a gente, as gentes* no texto camoniano é, em várias instâncias (dezesseis, como vimos), genérico: “*Mas Nuno, que não quer por outras vias, /Entre as gentes deixar de si memória*” (Canto Quarto, Versos 357-358), “*A ferro e fogo as gentes vão matando*” (Canto Segundo, Verso 635) – aqui, como vemos, o objeto direto é indeterminado, bem como no exemplo seguinte - , “*Julgas agora, rei, se houve no mundo/ Gentes que tais caminhos cometessem*” (Canto Quinto, versos 681-682). Observe-se que *a gente, as gentes*, nesses usos genéricos, possuem referentes hipotéticos.

Em Buarque e Pontes, as expressões generalizantes também se prestam ao discurso hipotético: “*A pessoa já nasce avisada. Vai sofrer. Olha que vai sofrer. E a pessoa vai e sofre...*” (p. 32). Observe-se que a primeira ocorrência não tem referente, a segunda aponta o referente construído no discurso. Nos exemplos seguintes, é genérica a significação: “*A cadeira molda o sujeito pela bunda*” (p. 49), “*E a gente precisa ser sincero e franco quando a verdade é dura*” (p. 65). E o uso de expressões não-protocolares confere um traço inusitado ao texto: “*Fodido, quando dá uma cagada, progride*” (p. 35). Vê-se que o termo recorta um campo semântico em que a marca do

fracasso, ou da exclusão, diríamos, é marca de uma massa sem referente preciso. Aparece também *o cara*: “*Pois pode, amigo, o cara se fode morrendo um pouquinho por mês*”(p. 71). O tempo presente do verbo e o caráter hipotético do discurso autorizam a inclusão desses termos na rubrica das expressões generalizantes.

9.3.3 A passiva analítica sem agente

A passiva analítica sem agente, que é, como vimos, uma das formas mais estáveis de marcar indeterminação, parece oscilar entre os subsistemas REFERENCIAL-INDEFINIDO e NÃO-REFERENCIAL. Marcada por uma ausência, essa forma de indeterminação restringe possibilidades de análise, que ficam circunscritas às possibilidades entrevistadas nas características semânticas e morfossintáticas do verbo transitivo direto que ocorre na frase (além, naturalmente, do contexto). Em *O carro foi lavado* ou em *A sala foi varrida*, a conclusão das ações parece mais importante que a nomeação de seus agentes, que existem e não são determinados, mas com certeza pertencem ao campo referencial empírico atinente ao discurso. Já em *O pobre homem foi assassinado*, a não-nomeação do agente pode se dar por desconhecimento: não sabemos quem ele é. Há um referente, que está indefinido para nós.

O que parece distinguir esse mecanismo dos outros é que, nele, o agente pode ser também não-humano, por exemplo, em *A cerca foi derrubada*. Como a ação é passível de ser realizada tanto por seres humanos, como por animais, pelo vento, por um objeto que cai, por deslizamento, etc., não há como definir sequer a classe geral do referente. E ele nem é importante no discurso em questão.

Observe-se que, levando em conta as possibilidades de impessoalização apontadas por Yamamoto (2006) e resenhadas no capítulo três deste trabalho, em português haveria a possibilidade de inserção de um ponto intermediário nas passivas, conforme o auxiliar

empregado. De fato, se até o traço *humano* fica duvidoso numa construção como *A cerca foi derrubada*, ele fica praticamente ausente ou desconsiderado se o auxiliar for trocado, como em *A cerca está derrubada*. Nesta última, o caráter estático do verbo auxiliar retira o caráter dinâmico da ação do particípio e confere a este uma interpretação quase exclusivamente adjetiva, semanticamente uma descrição de estado.

9.3.4 O *se* indeterminador: passiva sintética e símbolo de indeterminação

A passiva sintética, num primeiro momento, deve ter tido significação equivalente à da outra passiva.

No entanto, no momento em que se assume que a indeterminação é marcada por *se*, este reconhecido como um pronome indeterminador, e o mais empregado no cômputo geral, temos que classificar a indeterminação com *se* como a mais típica do subsistema GENÉRICO. Vários autores (Nunes, 1991; Menon, 1994; Menuzzi, 1999; Lopes, 2003; entre outros) usam a substituição por *se* como critério para marcar indeterminação. Conforme observa Menuzzi, o *se* resiste à mudança de tempo verbal, conservando seu caráter indefinidor também no pretérito perfeito: *se falou de tudo durante a reunião*²⁵. A especificidade de todas as circunstâncias da frase não impede que o agente seja completamente indeterminado.

Fica evidente também, não é demais repetir, que o emprego da denominação “passiva sintética”, postulado para que se pudesse acompanhar o percurso histórico do clítico, não se revela mais pertinente. O critério utilizado, o da presença de verbos transitivos diretos na frase, só comprova a presença maior desses verbos no léxico da língua. O critério alternativo, da presença de concordância, só atesta o percurso vigilante de autores ou revisores, na observância da língua padrão.

Portanto, a denominação passiva sintética só assinala um percurso histórico, e seu *se* é tão indeterminador como o que acompanha verbos transitivos indiretos ou intransitivos. Nada há que os distinga, nem no plano discursivo, nem no plano da língua. Ambos indeterminam o agente ou o tema, ambos requerem o traço humano.

Vista a essa distância, a questão parece resumir-se na mudança de papel temático assumida pelo reflexivo, que passou a englobar outra possibilidade de remetência, isto é, pôde remeter a outro referente – ou, em outras palavras, perdeu a característica da correferencialidade. Num outro momento, possivelmente depois de perder a possibilidade de apresentar agente da passiva (vamos lembrar que Camões usava passiva sintética com agente, no século XVI), o *se* alterou sua semântica, passando a indeterminar a ação do verbo – e a partir desse momento se estendeu para outros verbos, não só os transitivos diretos.

Se as tendências evidenciadas nos trabalhos de Nunes (1995), Silva (1996) e Galves (2002) atingirem a língua como um todo (ao que tudo indica, são tendências, no momento, regionais), o *se* pode passar a elemento nulo. Deixa de ser usado como indeterminador, deixa de ser usado como reflexivo. Seria o término do ciclo de gramaticalização, o final de uma longa trajetória, o Zero (para Givón, 1979, p. 209), e o português brasileiro deixaria para o campo das elipses uma grande carga significativa, tal como deixa o objeto nulo, tal como utiliza a construção com tópico (cf. Pontes, 1983).

Quanto à persistência da concordância com o *se* que acompanha verbos transitivos diretos, a força conservadora da tradição gramatical talvez constitua uma explicação, mas não isolada. Essa mesma força tem que se manter muito ativa para manter a concordância, em geral, dos verbos com sujeito posposto. Parece que o português brasileiro rumo para

²⁵ O exemplo é do Professor Menuzzi.

um tipo de construção em que a primeira posição de uma sentença (como no caso do tópico) seja tomada pela principal informação semântica, diante da qual elementos como a concordância passam a ser secundários, ou perdem sua função. Ou, ainda, estabelece-se concordância com o que é tópico, mas não é sujeito. Essas suposições, é claro, extrapolam os limites deste trabalho.

A classificação dos dois *se*, na gradação proposta por Givón, fica no subsistema GENÉRICO. É genérico porque pode, de certa forma, substituir quase todos os outros e porque recobre todas as pessoas do discurso.

9.3.5 Indeterminação marcada por verbo no infinitivo

A indeterminação marcada por verbo no infinitivo, uma das formas presentes no decorrer dos tempos, com acentuado aumento de frequência no século XX, também se insere nos subsistemas em que se encontra outra forma marcada pela ausência, a passiva analítica sem agente: REFERENCIAL-INDEFINIDO e NÃO-REFERENCIAL. Nessa forma, como na outra, não se declara o agente – ou porque não importa defini-lo ou porque não se sabe quem é ele. Algumas frases, de tão correntes, assumem até mesmo feição de expressões fomulaicas (é o caso de *Mandei fazer, Ouvi dizer*); outras colocam a ação do verbo como o foco da frase, tornando o agente irrelevante, como é o caso de (e.g.) *Navegar é preciso*. Nesse tipo de frase, em que o verbo no infinitivo constitui o sujeito do período, extraposto ou não, o papel temático não se restringe ao de Agente: pode ser também Tema (*Ver a cena era difícil*), e não há restrições quanto à predicação do verbo: *Achar um táxi era difícil, Gostar de chocolate é fácil, “Viver é muito perigoso, mesmo” (Guimarães Rosa), Dar atenção aos alunos é fundamental, Ser elegante é uma questão de escolha*. Também não há restrições quanto à inacusatividade: *Chegar cedo era imperioso*. A forma nominal do verbo, aliás, está a meio caminho da nominalização (cf. Yamamoto, 2006), e ao que

tudo indica compartilha com os nomes a mesma ausência de restrições que estes ostentam no interior da sentença. A única restrição é a da função sintática: só o sujeito pode ser indeterminado, com verbo no infinitivo. Embora seja possível também deixar indeterminado o objeto direto, e.g. *Matar é crime*.

9.3.6 O pronome não-dêitico

O pronome não-dêitico merece algumas considerações. Referindo-se a ações hipotéticas, o pronome deixa de remeter a elementos da situação de fala para remeter a elementos do discurso. O Professor Sérgio Menuzzi, por ocasião do Exame de Qualificação deste trabalho, alertou-me para a possibilidade de que os diferentes pronomes mantivessem características distintas também em seu uso não-dêitico.

Os exemplos obtidos neste trabalho, por serem em pequeno número, não permitem ainda conclusões nesse sentido. No entanto, algumas reflexões podem ser evocadas a respeito da especificidade de cada pessoa.

Nos empregos vistos de Buarque e Pontes (1999), percebe-se o emprego da forma *você* para obter a adesão do interlocutor à hipótese formulada: “*Lá você dorme, lá você desperta (...) Lá você pode rir (...) Você é papa, rei, deus, general*” (p. 140). Colocar o interlocutor na situação hipotética parece angariar sua empatia à idéia.

Há um exemplo muito recente a confirmar essa idéia. O jornal *Zero Hora* de 21 de dezembro de 2007, em matéria sobre acidentes automobilísticos em feriados, registra o dolorido depoimento de uma mãe que perdeu seu filho num acidente de carro. Uma das passagens registra o uso genérico de *tu*:

“*A perda de um filho é a maior dor de uma mãe. Sei porque já perdi meu marido. É triste e doloroso, mas a gente supera. Mas um filho tenho a impressão de que é um pedaço da gente – e tu não tens como superar.*” (*Zero Hora*, 21.12.2007, p. 5)

Note-se o emprego de *a gente* como genérico em duas ocorrências. Em seguida, há o emprego do *tu* indeterminado. Como ela está falando claramente de sua própria experiência, parece evidente que o emprego de *tu* é uma estratégia para angariar a empatia do interlocutor, colocando-o como agente da ação impossível de superar a dor.

Nos exemplos de Vieira em primeira pessoa, tem-se a força evocativa de uma hipótese transposta para a pessoa que congrega as atenções de todos, no sermão religioso: “*Tão ásperos podem ser os remédios, que seja menos feia a morte que a saúde. Que me importa a mim sarar do remédio, se hei de morrer do tormento?*” (VIEIRA, SA, p. 11)

Ao que tudo indica, o emprego não-dêitico dos pronomes de primeira e segunda pessoas, retirando, através do discurso, no momento da interação, o referente específico do falante ou do ouvinte, coloca esses pronomes no subsistema REFERENCIAL-INDEFINIDO. A parte referencial preserva alguns traços específicos da significação do pronome, enquanto a parte indefinida, obtida pelo discurso ou por elementos interacionais, remete o pronome a referentes hipotéticos.

O emprego de *nós* ou de *a gente* para enunciar uma situação hipotética ganha o poder da ‘reunião de todos’ na situação hipotética. Ao mesmo tempo, joga-se com as possibilidades quase incomensuráveis de diferentes combinações de números de referentes que o pronome de primeira pessoa do plural (seja *nós*, seja *a gente*) pode ter. No filme *O dia depois de amanhã* (*The day after tomorrow*, Fox, 2004), de Roland Emmerich, há um momento em que um dos personagens, Jason, pergunta ao personagem representado por Dennis Quaid: *O que vai acontecer conosco?* O personagem de Dennis Quaid retruca: *O que quer dizer?* E o outro esclarece: *Falo de nós, civilização. Todos.*²⁶

²⁶ Tradução da própria cópia distribuída no Brasil.

Temos aí um exemplo muito preciso de que o pronome de primeira pessoa do plural pode englobar como referentes *eu* mais *toda a humanidade*.

Freqüentemente o referente de *nós* é bem menos abrangente. O próprio discurso esclarece os referentes de *nós* ou *a gente*. Parece que seu uso literal com referente tão amplo não é tão comum, tanto que o roteirista do filme julgou conveniente especificá-lo. Em seu uso hipotético, o pronome de primeira pessoa do plural torna-se, sim, GENÉRICO. Por isso pode ser largamente empregado como sujeito indeterminado. Parece que a semelhança do emprego de *nós*, como indeterminador, com um pronome indeterminador propriamente dito é tão grande que, em francês, o pronome *on* assume o lugar de *nous*, à semelhança do que ocorre com *a gente* em português (v. Menuzzi, 1999; Lopes, 2003; Borges, 2004; Zilles, 2001, 2005).

Resta analisar o caso das terceiras pessoas, que, no dizer de Benveniste (1988), são não-pessoas, ou são assunto. Como assunto, estão a serviço da intenção comunicativa do falante: podem ser facilmente interpretadas, ou podem assinalar agente indeterminado. Remetem a elementos do cotexto ou da situação de fala, ou assumem referente que fará parte do universo semântico armazenado do ouvinte ou leitor, ou, especialmente no caso da terceira pessoa do plural, indeterminam.

Vimos que a terceira pessoa do plural, indicando indeterminação, tem a propriedade de permitir ‘recortar’ áreas de referentes. Dentro do âmbito do verbo na terceira pessoa, em Vieira foi possível restringir uma classe, em Pontes e Buarque a presença da forma ‘eles’ localizava os opositores, os antagonistas de Joana. Longe de configurar a forma mais acabada de sujeito indeterminado, como preconiza a tradição gramatical, as terceiras pessoas podem remeter, de acordo com o contexto, a referentes mais ou menos identificáveis, se não como indivíduos, ao menos como classe.

Um exemplo disso pode ser verificado na charge de Iotti (*Zero Hora*, 25/05/07, p. 21), em que se vê um personagem estático, de costas para um quadro negro em que há uma única palavra escrita ('impostos') e ao lado de uma bandeira do Brasil, recitando mecanicamente "eu pago, tu pagas, ele *torra*, nós pagamos, vós pagais, eles *desviam*" (v. Anexo 2).

Justamente os dois termos que se afastam da forma canônica do paradigma verbal constituem a graça da caricatura. A terceira pessoa do singular tem um único e facilmente identificável (para brasileiros leitores de jornais, da época contemporânea) referente, o Presidente. A terceira pessoa do plural tem referentes bem conhecidos para quem acompanha de perto a cena política da época, não muito lembrados pelo povo em geral, que dificilmente guardará na memória tantos nomes, mas difusamente identificáveis como 'pessoas que fazem utilização arbitrária do que seria o patrimônio do país'. O emprego da terceira pessoa do plural, aqui, é semelhante ao emprego que dela faz Vieira: o texto permite recortar uma classe específica de referentes para o domínio da terceira pessoa do plural.

A terceira pessoa do plural, e também a primeira do plural (esta tanto na forma *nós* como na forma *a gente*), graças à amplitude possível de seus referentes, que variam numericamente de forma infinita, podem remeter, no discurso, a referentes identificáveis ou não, com número estabelecido ou não.

A primeira pessoa do plural, abrigando o *eu*, tanto pode realçá-lo como camuflá-lo. Uma frase como *A gente conseguiu terminar o trabalho em tempo* realça, sob a aparente modéstia, a participação do falante em tal trabalho. Numa frase como *Somos mortais*, o falante quase perde sua identidade diante da massa incomensurável de referentes possíveis.

Com a terceira pessoa do plural, a ausência de falante e ouvinte poderia fazer supor um grupo mais ou menos homogêneo de referentes, mas tal não ocorre. O assunto tem a propriedade de se definir. No plano discursivo, entram em jogo os elementos de ordem contextual e interacional que fazem do texto o ponto de encontro de forças cognitivas, lingüísticas e sociais (cf. Beaugrande, 1993, p. 10), e a atribuição de referente à terceira pessoa do plural também vai depender dessas forças e desses elementos interativos.

Assim, tal como Indursky (1993, p. 249) havia preconizado para o *se*, os outros mecanismos de indeterminação do agente também se localizam na fronteira entre Sintaxe e Discurso. Os mecanismos sintáticos, os recursos lexicais em processo de gramaticalização, os elementos gramaticais disponíveis para marcar agente indeterminado, tudo isso configura um elenco de possibilidades que, no texto, estarão à mercê de forças lingüísticas, cognitivas e sociais, que servirão de pistas para interpretações possíveis.

Quanto à diminuição do uso do verbo na terceira pessoa do plural, decréscimo observável no século XX, é difícil saber, observando os percentuais através dos tempos, se isso é uma oscilação ou se marca uma tendência de mudança, já que o mesmo século XX presencia um aumento significativo do recurso do verbo no infinitivo, e o aparecimento de formas não presentes nos primeiros séculos de estudo.

9.3.7 A terceira pessoa do singular

A ausência dessa forma nos dados coletados evidencia que as construções do tipo *Não usa mais saia* não encontram expressão na língua escrita, dentro dos limites da amostra estudada. Antes de classificar essa forma como restrita à oralidade, devemos aventar a hipótese de que seja ainda uma forma regional restrita. Ou, dado que Luft (1979,

p. 25) menciona a forma *Diz que...*, poderíamos pensar que P3, em fase inicial de emprego indeterminado, seja ainda restrita a determinados verbos, como *dizer*, *usar* e outros.

Numa comunicação feita por ocasião do V Congresso Internacional da ABRALIN, Santana (2007) apresentou, entre outras formas de indeterminação do sujeito, a forma zero mais verbo na terceira pessoa do singular (\emptyset +V3PS). Um exemplo para essa forma, retirado de *corpora* gravados em comunidades rurais do semi-árido baiano e fornecido pela autora em *hand-out*, é o seguinte:

Doc.: Como é que faz aqui tijolo?

Inf.: Ali é... \emptyset cavaca a terra, \emptyset móia, ma... \emptyset móia bem moiadim e \emptyset massa o barro bem massadinho mó dele ficar assim liquento. Aí, \emptyset põe na forma e \emptyset soca tudo, aí forma o adobo.

O exemplo dado parece servir também para casos de pronome não-dêitico (aliás, elencado por Santana, mas com a forma aparente *você/cê*), pensando-se numa eventual supressão do pronome, e também poderia parecer um caso de imperativo, no estilo das receitas. Vários projetos nesse sentido parecem prometer para breve novas luzes na questão da indeterminação na língua falada.²⁷

No presente trabalho, a forma de terceira pessoa do singular não apareceu. Como nosso *corpus* é da língua escrita, podemos aventar a hipótese de que seja um recurso da língua oral, talvez geograficamente demarcável.

Resta indicar os critérios seguidos para enquadrar (ou aproximar) as formas de indeterminação na gradação proposta por Givón. Partimos da noção de que o *se* é o indeterminador por excelência, pois pode englobar todas as pessoas do discurso (o que não ocorre com *a gente*, que engloba, hoje, a primeira pessoa do singular, mesmo que seja bem amplo o grupo de que faz parte); o *se* ocorre com qualquer tempo verbal, sua única restrição é quanto à função sintática (ele sempre é sujeito). Portanto, o *se* indeterminador é

genérico sempre. Assim, o *se* é o indeterminador mais usado, fica no final da gradação, como o grande genérico. As demais formas não permanecem fixas no *continuum*, parecem locomover-se em graus maiores ou menores de indeterminação, conforme aventamos ao falar sobre cada uma delas. O próprio Givón, aliás, diz que seu *continuum* não tem fronteiras definidas.

9.4 Uma verificação do uso da indeterminação atual

Parece sem sombra de dúvida que as diferentes formas de indicar indeterminação coexistem em todos os tempos. Permanecem hoje em dia. Vejamos uma pequena amostra. Tomando recentes notícias de jornal sobre dois assuntos que parecem condicionar indeterminação de agente, um que se chama “Macalão fala” (Zero Hora, 15/07/2007), sobre desvios e fraude, outro chamado “O medo é colega de aula”, sobre arrombamento de uma escola, encontramos as seguintes chamadas, sempre se referindo a enunciados produzidos.

Em “Macalão fala”, encontramos “É pressão, muita pressão” (Zero Hora, 16/07/2007, p. 4), em que Macalão usa uma nominalização, e “O pior de tudo é **enfrentar** assessor de deputado” (p. 5), em que ele emprega um verbo no infinitivo. Numa das chamadas ele utiliza o verbo na terceira pessoa do plural, depois de fornecer indicações da área de significação recortada: “A Diretoria do Orçamento ligava, dizia que precisava da minha ajuda porque já **tinham** tirado o dinheiro dali e daqui e não **tinham** dinheiro para pagar os Correios. **Perguntavam** se eu podia ligar para os Correios (...)” (p. 4). Também ocorre verbo na terceira pessoa sem delimitação direta de área de abrangência: “Se eu não autorizasse aqui, **iam** lá em cima, **iam** autorizar do mesmo jeito” (p. 4). A manchete

²⁷ No Congresso mencionado da ABRALIN, além da apresentação de Santana, houve comunicações de projetos em andamento por parte de Andrade (2007), Almeida (2007) e Souza (2007), sobre língua falada.

principal da última página da notícia é “**Botam** dinheiro fora” (Zero Hora, 16/07/2007, p. 6). Uma das perguntas do jornalista é “**É permitido imprimir** material de campanha na gráfica da assembléia?” (p. 6), em que se encontram passiva sem agente e verbo no infinitivo. Uma das notas de introdução do jornal diz “Neste trecho da entrevista, Macalão afirma que o descontrole de despesas na assembléia não **se** restringe ao gasto com selos” (p. 6), com uma frase de dupla leitura (*o descontrole não se restringe*, reflexivo, e *o descontrole não fica restrito*, passivo com *se* indeterminador). Há muitas outras formas de indeterminação na matéria.

Na reportagem “O medo é colega de aula” (Zero Hora, 03/07/2007, p. 4-5), encontramos as seguintes chamadas: “Somos crianças e queremos segurança” (p. 4), “Se continuar assim, a gente vai ficar burro” (p. 4), “Roubaram a nossa merenda” (p. 5), “Até sem o boletim a gente ficou” (p. 5), além de “Como refletir ao ver o teto cair?” (p. 5). A ocorrência de *nós* e as duas incidências de *a gente* não são indeterminadas: referem-se ao conjunto de crianças daquela escola. Já o verbo na terceira pessoa do plural indica agente indeterminado, assim como o uso do verbo no infinitivo na última chamada. A primeira frase da reportagem diz “Eu queria que eles não assaltassem mais a nossa escola” (p. 4), em que *eles* designa o indeterminado e também o antagonista.

Os usos, como se vê, persistem.

9.5 Quadro geral das formas de indeterminação

Neste momento do trabalho, é possível esboçar um quadro geral das formas de indeterminação verificadas, unificando os usos das formas com *se* e constatando estabilidade de emprego e restrições. O quadro apresenta a configuração seguinte.

Quadro 3 – Quadro geral das formas de indeterminação

	P6	ExprGen	PASA	SE	VInf	R ou P	Pro ND
Emprego contínuo	sim	não	sim	a partir do século XVI	crece no século XX	aparece mais no século XX	não
Restrições	Não ocorre com verbos inacusativos	Só ocorre com tempo presente	Só ocorre com verbos transitivos diretos	Só pode ser sujeito	Só pode ser sujeito	Só ocorre com verbos transitivos diretos	Só ocorre quando há referência ao contexto
Relações (segundo Givón)	referencial-indefinido	não-ref. + genérico	ref.-ind + não-ref.	genérico	ref.-ind. + não-ref.		ref.-ind.

A coexistência e mudança de frequência das formas parece ocorrer, portanto, em função das restrições associadas a cada uma delas. O tratamento estatístico conferido aos dados demonstra que não se pode falar em aumento significativo ou diminuição de uma ou outra forma de indeterminação, ou estabilidade. Confirma-se aí a fluidez dos dados e a persistência de uma função – a de indeterminação – que pode ser manifestada por diferentes mecanismos que ocorrem sempre, em diferentes autores e séculos, atendendo a uma necessidade expressiva e prestando-se a interpretações genéricas, indeterminadas, não-referenciais e outras, e ainda a possíveis nuances de significação.

A análise quantitativa, como se vê, se complementa com a qualitativa.

CONCLUSÃO

Com base na amostra, pode-se dizer que existe, sim, uma indeterminação, ou interpretação arbitrária, manifestada através dos mecanismos que utilizamos. Confirma-se, portanto, a primeira hipótese deste trabalho, mas em parte: a indeterminação pode ser do agente ou do tema, e há pelo menos um caso em que o agente pode nem ser humano (o caso de *A cerca está derrubada*). Se a função é comum a todos os mecanismos ou não, é secundário: a noção que emerge é que todos eles se prestam a interpretações arbitrárias, e todos eles se definem como arbitrários na interação. Os participantes é que intercalam seus universos cognitivos e vivências sociais para expressar ou captar, no discurso, o indeterminado.

A segunda hipótese preconizava que as diferentes formas de indeterminação mostram diferentes frequências, no decorrer do tempo. O que se vê é o abandono do arcaico *homem*, que no século XVI foi substituído por *a gente* e *se e*, depois, por *se*, este passando a expandir sua área de aplicação. Após séculos de predomínio do *se e* manutenção das outras formas, vê-se, no século XX, a ascensão de uma frase de estrutura ambígua e de novas expressões generalizantes.

A terceira hipótese mencionava formas de indeterminação constantes. É o caso de verbo na terceira pessoa do plural e passiva analítica sem agente. Já as expressões em processo de gramaticalização são instáveis, mantêm seus usos originais, assumem outros. O verbo no infinitivo parece ter seu emprego aumentado, no século XX.

Sabe-se que as expressões lexicais que sofrem restrições de ordem sintática são as mais sujeitas a mudanças. Isso ocorreu com o arcaico *homem*, mas a presente amostra é, em relação a qualquer outra forma, inconclusiva. O que se observa é que *a gente* assumiu outra categoria, o *se* assumiu outras áreas de aplicação e outra significação, o *cara* só se usa com tempos verbais contínuos. O que o trabalho permite verificar é que, onde há certa liberdade de construção, abre-se caminho para a mudança. Assim, uma dupla possibilidade de inserção sintática possibilitou que o *se* reflexivo fosse utilizado como *se* passivo, e a partir deste engendrou-se o *se* indeterminador. No século XX, a confluência de prosopopéia e de passiva traz em grande número a frase com ambigüidade estrutural e mesma carga informativa (que, em menor grau, sempre existiu na língua), que poderá vir a sofrer novas mudanças.

Pode-se dizer que foram atingidos os objetivos deste trabalho, quanto à identificação e análise das formas de indeterminação e quanto às frequências de uso, em diferentes séculos; e evidências de variação e mudança também foram apontadas. Características sócio-históricas do emprego da indeterminação, no entanto, tiveram descrição apenas pontual.

No entanto, cabe observar que, ao optar por um estudo longitudinal, não é possível fazer de cada século uma análise exaustiva, e sim amostral. À medida que os séculos avançam, há mais textos à disposição, os gêneros mudam. A análise dos dados, até o século XVII, tem um certo grau de representatividade. Depois disso, analisam-se textos de expoentes, e o cotejo maior com trabalhos sobre linguagem jornalística, por exemplo, traria maior grau de confiabilidade aos resultados. Um trabalho a ser feito. Se se expandisse a análise no século XX, por haver mais meios à disposição, mudar-se-ia o critério de análise e isso poderia gerar incoerência.

Duas tendências, principalmente, demandam pesquisa. Uma é o aumento das frases de interpretação dupla, tanto reflexiva como passiva, que ocorreram desde *Os Lusíadas*, mas que, no século XX, apareceram com tal frequência que tiveram que ser consignados nas tabelas. Esse é um fenômeno que parece confirmar o apoio que crescentemente se busca na situação. A situação define não o significado da expressão, mas o que é pertinente como informação nova. Assim, numa frase como “*a hierarquia (...) é que precisa de tal anarquia para se justificar*” (HOLLANDA, 1958, p. 19), que pode ser interpretada como reflexiva em sentido figurado, ou passiva, ou com agente indeterminado, o que importa não é a definição de tal significado, mas o propósito comunicativo, que prescinde de tais definições para ocorrer.

A segunda tendência diz respeito ao emprego de terceira pessoa do singular expressando indeterminação, que não apareceu nos *corpora* do presente trabalho por ser ainda fenômeno recente e, ao que tudo indica, restrito à oralidade e/ou a algumas regiões do país (v. Silva, 1996; Nunes, 1991, 1993); Galves (2001). Uma frase como *não usa mais saia* pode ser descrita como tendo sofrido a perda de um *se* (não se usa...), mas também pode ser descrita como singularização de *usam* (não usam mais saia), até porque se percebe, em usos do português brasileiro, uma tendência singularizante geral, seja por uso metonímico, seja por uso de coletivo (cortar o cabelo, fazer a unha, lavar a roupa, ele vestiu a calça e depois a meia, comprei um sapato, lavar a louça, trocar a mobília).

A utilização do referencial teórico funcional, e dos conceitos auferidos em Givón e Yamamoto, entre outros, mostrou-se produtiva. A combinação de análise qualitativa e quantitativa, num esforço para entender o problema, permitiu vislumbrar algumas possibilidades interessantes, como a da frase de dupla interpretação.

Entre as certezas, está o uso do *se* indeterminador como a forma mais freqüente desde o século XVI, e todas as variações que se entrevêm nessa palavra em incansável ciclo de gramaticalização. Também marcam presença – e desde registros muito antigos – a terceira pessoa do plural e a passiva sem agente. A terceira pessoa do plural tem restrições com verbos inacusativos, o *se* tem restrições em certas funções sintáticas (como indeterminador, não pode ser objeto), a passiva sem agente parece prescindir até mesmo do traço animado (e. g. *A cerca foi derrubada*, pode até ser pelo vento). O verbo no infinitivo aumenta seu índice de uso no século XX, e ao mesmo tempo começa a ser empregado com *se* (v. Galves, 2001, p. 46, *É impossível se achar lugar aqui*). As expressões generalizantes têm fortes condicionamentos sintáticos: o tempo verbal é um deles. A interpretação arbitrária se constrói, portanto, no discurso, como disse Givón (1984).

A elisão, configurada na passiva analítica sem agente, parece ser uma forma que sofre poucas restrições, pois não há, nela, exigência de traço humano ou animado, nem de tempo. Só de tipo de verbo: só ocorre com transitivos diretos. Ao que tudo indica, o verbo no infinitivo só sofre restrição de função sintática, pois revela indeterminação do sujeito.

A contribuição que o presente estudo presta é, em primeiro lugar, reunir os importantes trabalhos sobre indeterminação, resenhados no capítulo dois e no decorrer das análises. Em relação a esses trabalhos, creio que a contribuição específica deste é a verificação das grandes restrições associadas à forma *homem*, no período medieval, e a observação quanto ao aumento de frases de dupla leitura, tanto reflexiva quanto passiva, no século XX, o que pode evidenciar uma outra mudança em perspectiva.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- AGUIAR, Flávio de (org.). *Antologia do teatro brasileiro*. São Paulo: SENAC, 1998.
- ALENCAR, José de. Mãe. AGUIAR, Flávio (org.). *Antologia do teatro brasileiro / A aventura realista e o teatro musicado*. São Paulo: SENAC, 1998.
- ALENCAR, José de. Bênção paterna: prefácio. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'Ouro*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 [1872].
- ALENCAR, José de. Pós-escrito. In: ALENCAR, José de. *Iracema – Ubirajara*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 [1870].
- ALENCAR, José de. Pós-escrito. In: ALENCAR, José de. *Lucíola – Diva*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957 [1865].
- ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. Brasília: UNB, 2001 [1921].
- ALI, M. Said. *Investigações filológicas*. 3.ed.. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- ALMEIDA, Norma L. Fernandes de. A indeterminação do sujeito no português falado em comunidades rurais baianas. *Caderno de Resumos do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 783.
- ANDRADE, Elisângela G. da Silva de. A variável social gênero condicionando a ocorrência do sujeito pronominal nulo em dados de fala de uma comunidade lingüística. *Caderno de Resumos do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 766.
- ASSIS, Machado de. *Bons dias! & notas semanais*. São Paulo: Globo, 1997 [1888,1889].
- ASSIS, Machado de. *A Semana II*. São Paulo: Globo, 1997 [1896, 1897, 1900].
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Unicamp, 1992.

- AZEVEDO, Artur. A capital federal. AGUIAR, Flávio (org.). *Antologia do teatro brasileiro / A aventura realista e o teatro musicado*. São Paulo: SENAC, 1998.
- BARRETO, Mário. *Fatos da língua portuguesa*. Rio: Livro Técnico, 1982 [1916].
- BEAUGRANDE, R. *New foundations for a science of text and discourse*. Norwood: Ablex, 1997.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 28.ed. São Paulo: Nacional, 1993.
- BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 1988, 1995.
- BETELLA, Gabriela K. *Bons dias! O funcionamento preciso da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- BORGES, Paulo Ricardo S. *A gramaticalização de 'a gente' no português brasileiro: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. (Tese de Doutorado)
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1992.
- BRAGA, Rubem. *Ai de ti, Copacabana*. Rio de Janeiro: Record, 1999 [1960].
- BUESCU, M. Leonor. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- CÂMARA, Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- CASAGRANDE, Nancy S. A Gramática da Linguagem Portuguesa de Fernão de Oliveira: desvelando a relação entre gramática e ensino no século XVI. BASTOS, N. e PALMA, D. (orgs.). *História entrelaçada*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários* n. 19, nov. 1997 – pp. 25-44. Salvador: Universidade da Bahia, 1997.
- CAVALCANTE, Sílvia R. O. O sujeito indeterminado na escrita dos séculos XIX e XX: uma mudança encaixada? MATTOS E SILVA (org.). *Para a história do português brasileiro, v. II: primeiros estudos*. São Paulo: Humanitas/USP, 2001.
- CHANNELL, Joanna. *Vague language*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1994.
- CEGALLA, P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 41. S. Paulo: Nacional, 1998.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- CHOMSKY, Noam. *Aspectos de la teoría de la sintaxis*. Madrid: Aguilar, 1971 [1965].

CHOMSKY, Noam. Remarks on nominalization. In: CHOMSKY, Noam. *Studies on Semantics in generative grammar*. The Hague: Mouton, 1975. (Janua Linguarum 107)

CHOMSKY, Noam. *Um programa minimalista*. Coimbra: Almedina, 1999.

CINQUE, Guglielmo. On *si* constructions and the theory of *arb*. In: CINQUE, Guglielmo. *Italian syntax and universal grammar*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005 [1988, 1995]. (Cambridge studies in Linguistics 77)

COELHO, Izete (2001). A posposição do SN ao verbo em construções monoargumentais: um fenômeno de inacusatividade? *Letras de Hoje*, v. 36, n. 125, set. 2001. Encontrado no site http://sw.upd.ufc.br/abralin/anais_con2nac_tema113/pdf

CUNHA, C. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1972.

CUNHA, C. e CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DE LUCA, Heloísa H. *balas de estalo de Machado de Assis*. S. Paulo: Annablume, 1998.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Construções com *se* apassivador e indeterminador em anúncios do século XIX. ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro - vol. III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002.

DURANTI, A. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ELIA, Sílvio. Prefácio. In: MAGNE, Augusto. *O mais antigo documento da língua francesa*. Petrópolis: Vozes, 1991.

EPSTEIN, Samuel D. Squibs and discussion. *Linguistic Inquiry*, vol. 15, n. 3, 1984. p. 499-505.

FAGGION, Carmen M. Frase nominal indeterminada: suas marcas sintéticas e situações de emprego em *A Demanda do Santo Graal*. Cadernos do IL n. 31: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, dezembro de 2005. p. 39-77.

FARACO, Carlos A. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. *Língua e Instrumentos Lingüísticos* n. 7. Campinas, SP: Unicamp/Pontes, 2001.

FARACO, Carlos A. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003.

FARACO, Carlos A. *Lingüística histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.

FAVERO, Leonor e MOLINA, Márcia. *As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

- FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.
- FREGE, Gottlob. *Ensayos de semántica y filosofía de la lógica*. Madrid: Tecnos, 1998.
- FREIRE, José R. Bessa. *Rio Babel*. Rio de Janeiro: Atlântica/UERJ, 2004.
- FREITAS, Décio. *O escravismo brasileiro*. 3.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.
- GALVES, Ch. Ensaio sobre as gramáticas do português. Campinas: UNICAMP, 2001.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction* - vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- GIVÓN, T. *English grammar: a function based introduction*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- GIVÓN, T. *Syntax: an introduction* - v II. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2001.
- GOMES, Dias. *O pagador de promessas*. 37. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002 [1960].
- GRUNDY, Peter (1995). *Doing Pragmatics*. London/New York: Edward Arnold.
- HAUY, A. B. História da língua portuguesa I: séc. XII, XIII, XIV. S. Paulo: Ática, 1989.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- IKEDA, Sumiko N. A função do “se”. Cadernos PUC n. 5, março de 1980. São Paulo: EDUC-PUC/Cortez, 1980.
- INL – Instituto Nacional do Livro. Tratado da Província do Brasil, de Pêro Magalhães de Gândavo, edição preparada pelo professor Emmanuel Pereira Filho. Ministério de Educação e Cultura, 1965.
- INL – Instituto Nacional do Livro. Vocabulário da Carta de Pêro Vaz de Caminha, edição preparada pelo professor Sílvio Batista Pereira. Ministério de Educação e Cultura, 1964.
- INL – Instituto Nacional do Livro. Um tratado da cozinha portuguesa do século XV, edição preparada pelo professor Antônio Gomes Filho. Ministério de Educação e Cultura, 1963.
- INDURSKY, Freda. A interpretação do clítico *se*: uma fronteira entre sintaxe e discurso. Encontro da ABRALIN, 1993, São Paulo. Boletim da ABRALIN, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 1993. p. 243-252.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

- KOCH, Ingedore. A construção sociocognitiva da referência. MIRANDA e NAME. (orgs.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.
- KURY, A. et alii. *Gramática objetiva da língua portuguesa: sintaxe*. Rio: Rio, 1976.
- LEHMANN, Winfred *Historical linguistics*. 3.ed. London/New York: Routledge, 1997.
- LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 31.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LOPES, Célia R. dos Santos. *A inserção de a gente no quadro pronominal do português*. Madrid: Iberoamericana, 2003.
- LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1979.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. São Paulo: Ática, 1993.
- MACHADO F.º, Américo V. L. Três documentos medievais trecentistas em confronto: indícios paleográficos e lingüísticos recorrentes e divergentes nos manuscritos Serafim da Silva Neto. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, vol. 6. São Paulo: FFLCH – USP/Humanitas, 2004.
- MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MAGNE, Augusto. *A demanda do Santo Graal*. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- MAMMI, Lorenzo. Figuras do som. FERREIRA, Jerusa Pires (org.). *Oralidade em tempo e espaço: colóquio Paul Zumthor*. São Paulo: EDUC, 1999.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1993.
- MAINGUENEAU, D. *Pragmática para o discurso literário*. S. Paulo: M. Fontes, 1996.
- MARCHUSCHI, Luiz A. e KOCH, Ingedore G. V. Referenciação. JUBRAN e KOCH (orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Unicamp, 2006.
- MARCHUSCHI, Luiz A. A construção do mobiliário do mundo e da mente: linguagem, cultura e categorização. MIRANDA, N. e NAME, C. (orgs.). *Linguística e Cognição*. Juiz de Fora, MG: UFJF, 2005.
- MARTINS, Ana M. Polarity items in romance: underspecification and lexical change. PINTZUK, S. et alii (eds.). *Diachronic syntax*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- MATEUS, Maria Helena M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.
- MATOS, Gregório de. *Crônica do viver baiano seiscentista*. R de Janeiro: Record, 1999.

- MATTHEWS, P. H. *Concise dictionary of linguistics*. Oxford: OUP, 1997.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Para a história do português brasileiro – vol. II: primeiros estudos, tomo 1*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Brasília: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Novos indicadores para os limites do português arcaico. *Revista da ABRALIN*, vol. III, n. 1 e 2, p. 259-268, julho e dezembro de 2004.
- MAURER Jr., T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- MEGALE, Heitor. *A demanda do Santo Graal: das origens ao código português*. São Paulo: Ateliê Editorial/FAPESP, 2001.
- MEIRELES, Cecília. *Romanceiro da Inconfidência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- MENON, Odete Pereira da Silva. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP*. Paris : Université de Paris VII, Département de Recherches Linguistiques, 1994. (Tese de Doutorado)
- MENUZZI, Sergio de Moura. *Binding theory and pronominal anaphora in Brazilian Portuguese*. Leiden: Universiteit Leiden, 1999. (Tese de Doutorado)
- MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2000.
- NARO, Anthony J. The genesis of the reflexive impersonal in Portuguese, a study in syntactic change as a surface phenomenon. *Language* v. 52, n. 4, 1976. p. 779-810.
- NASCIMENTO, Sílvia H. L. *Inacusatividade no português do Brasil*. Florianópolis: UFSC, 2002. (Tese de Doutorado)
- NUNES, Jairo. *Se passivador e se indeterminador: o percurso diacrônico no Português Brasileiro*. *Caderno de Estudos Linguísticos*, 20: 33-58. Campinas: UNICAMP, 1991.
- NUNES, Irene Freitas. A demanda do Santo Graal. In: MEGALE, Heitor e OSAKABE, Haquira (Orgs.). *Textos medievais portugueses e suas fontes*. São Paulo: FFLCH – USP/Humanitas, 1999.
- NUNES, J. Joaquim. *Compêndio de gramática histórica*. Lisboa: Clássica, 1975 [1906].

OLIVEIRA, Mariana F. de. A voz passiva no período arcaico do português e inícios do moderno. In: COSTA, Sônia B. B.; MACHADO Fº, Américo V. L. (Orgs.) *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.

OLIVEIRA, Ana Lúcia de. *Por quem os signos dobram: uma abordagem das letras jesuíticas*. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

OMENA, Nelize. As influências sociais na variação entre *nós* e *a gente* na função de sujeito. SILVA, G. e SCHERRE, M. *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Dep. de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996.

PENA, Martins. Os Dous ou O Inglês Maquinista. In: PENA, Martins. *Comédias de Martins Pena*. Edição crítica por Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d. [Peça representada em 1845, editada pela primeira vez em 1871]

PENA, Martins. O Judas em Sábado de Aleluia. In: PENA, Martins. *Comédias de Martins Pena*. Edição crítica por Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d. [Peça representada em 1844, editada pela primeira vez em 1846]

POGGIO, Rosauta. *Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português*. Salvador: EDUFBA, 2002.

POMPÉIA, Raul. *O Ateneu*. São Paulo: Moderna, 1983 [1888].

RAPOSO, E. e URIAGEREKA, J. Indefinite *se*. *Natural language and linguistic theory*, v. 14, n. 4, 1996.

SALVADOR, Vicente. *História do Brasil*. S. Paulo: Melhoramentos, 1931 [séc. XVII].

SAMPSON, Geoffrey. *Sistemas de escrita*. São Paulo: Ática, 1996.

SANTANA, Neila M. Oliveira. A influência de fatores lingüísticos no uso das formas de indeterminação do sujeito em comunidades rurais da Bahia. *Caderno de Resumos do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Lingüística*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 755.

SCHERRE, Maria Marta P. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola, 2005.

SCHMIDT-RIESE, Roland. Sobre mudança e variedades no espanhol quinhentista: o caso das construções com *se*. ALKMIN, Tânia M. (org.). *Para a história do português brasileiro, v. III: novos estudos*. São Paulo: Humanitas/USP, 2002.

SCHWARCZ, L. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. S. Paulo: Cia. das Letras, 2002.

SILVA DIAS, Augusto E. *Syntaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1970 [1889].

SILVA, M. C. Figueiredo. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

- SILVA Neto, Serafim da. *História do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1977.
- SILVEIRA, Sousa da. *Lições de português*. Rio de Janeiro: Portugal, 1983 [1921].
- SOUZA, Elizete Maria de. A realização do pronome “eles” no PB: um novo recurso de indeterminação do sujeito. *Caderno de Resumos do V Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 763.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- VASCONCELOS, C. M. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, s/d [1912].
- VICENTE, Gil. *Auto da barca do inferno*. Porto Alegre, L&PM, 2005 [ca.1517].
- VILELA, M. e KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2001.
- YAMAMOTO, Mutsumi. *Agency and impersonality: their linguistic and cultural manifestations*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2006.
- ZILLES, Ana Maria S.; FARACO, Carlos Alberto. Considerações sobre o discurso reportado em corpus de língua oral. In: VANDRESEN, Paulino (Org.). *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002.
- ZILLES, Ana Maria S. Grammaticalization of *a gente* in Brazilian Portuguese. University of Pennsylvania: Working Papers in Linguistics, vol. 8.3, 2002.
- ZILLES, Ana Maria S. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. *Language Variation and Change*. Cambridge, v. 17, n. 1, p. 19-53, jan. de 2005.
- ZILLES, Ana Maria S. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de *a gente*? *Letras de Hoje*, v. 42, n. 2: 27-44, junho 2007.
- ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da tomada de Ceuta*. Lisboa: Livraria Clássica, 1965 [séc. XV].

Anexo 1

ROMANCE 38 ou DO EMBUÇADO

Cecília Meireles (*Romanceiro da Inconfidência*)

*“Homem ou mulher, quem soube?
Tinha o chapéu desabado.
A capa embrulhava-o todo:
era o Embuçado.*

*Fidalgo? Escravo? Quem era?
De quem trazia o recado?
Foi no quintal? Foi no muro?
Mas de que lado?*

*Passou por aquela ponte?
Entrou naquele sobrado?
Vinha de perto ou de longe?
Era o Embuçado.*

*Trazia chaves pendentes?
Bateu com o punho apressado?
Viu a dona com o menino?
Ficou calado?*

*A casa não era aquela?
Notou que estava enganado?
Ficou chorando o menino?
Era o Embuçado.*

*“Fugi, fugi, que vem tropa,
que sereis preso e enforcado...”
Isso foi tudo o que disse
o mascarado?*

*Subiu por aquele morro?
Entrou naquele valado?
Desapareceu na fonte?
Era o Embuçado.*

*Homem ou mulher? Quem soube?
Veio por si? Foi mandado?
A que horas foi? De que noite?
Visto ou sonhado?*

Era a Morte, que corria?
Era o Amor, com seu cuidado?
Era o Amigo? Era o Inimigo?
Era o Embuçado.

Anexo 3

Análise Geral

Tabela 9 – Texto histórico.

Itens	1	2	3	4	5	6	Total
	P ₆	Expr. Gen.	PASA	PS	VInf	SIS	
Ceuta Id. Média	16 (19)		67 (31)	74 (102)	20 (21)	5 (9)	182 (182)
Gândavo séc. XVI	40 (18)		9 (30)	120 (98)	2 (20)	4 (9)	175 (175)
Salvador séc. XVII	38 (21)		21 (34)	115 (112)	15 (23)	11 (10)	200 (200)
Capistrano séc. XIX	6 (15)		25 (24)	79 (80)	25 (16)	7 (7)	142 (142)
Sérgio/Décio séc. XX	3 (30)		47 (50)	169 (164)	52 (34)	21 (14)	292 (292)
Total	103		169	557	114	48	991

$$x^2 = 0,47 + 41,80 + 7,68 + 0,04 + 1,77 + 26,89 + 14,70 + 4,94 + 16,20 + 2,77 + 13,76 + 4,97 + 0,08 + 2,78 + 0,10 + 5,40 + 0,04 + 0,01 + 5,06 + 0 + 24,30 + 0,18 + 0,15 + 9,53 + 3,50 = 187,12$$

$$V = (L - 1) (C - 1)$$

$$V = (5 - 1) (5 - 1)$$

$$V = 16 \rightarrow 26,30$$

$$187,12 > 26,30$$

Rejeita-se a hipótese ($\alpha = 0,05$)

Tabela 9 – Porcentagem de presença de indeterminação em autores por época.

Itens	Nº	1	2	3	4	5	6	Total
Autores/época								
Ceuta Id. Média	182	9%	-	37%	40%	11%	3%	100%
Gândavo séc. XVI	175	23%	-	5%	69%	1%	2%	100%
Salvador séc. XVII	200	19%	-	10%	58%	8%	5%	100%
Capistrano séc. XIX	142	4%	-	18%	56%	18%	4%	100%
Sérgio/Décio séc. XX	292	1%	-	16%	58%	18%	7%	100%
Total	991	10%	-	17%	56%	12%	5%	100%

Tabela 9 – Análise por coluna excluindo Expr.

Itens	1	2	3	4	5	6
Autores/época						
Ceuta Id. Média	1,19	-	32,02	12,33	0,39	2,5
Gândavo séc. XVI	17,19	-	18,38	0,73	19,17	3,6
Salvador séc. XVII	13,76	-	4,97	0,14	2,78	0,1
Capistrano séc. XIX	10,71	-	2,38	9,22	0,17	0,9
Sérgio/Décio séc. XX	15,42	-	4,97	30,30	36,57	12,1
Total	58,27	-	62,77	52,72	59,08	19,2

Anexo 4
Análise Geral

Tabela 9 – Texto histórico – emprego dos mecanismos através dos tempos.

Itens	1	3	4	5	Total
	P ₅	PASA	SE	VInf	
Ceuta Id. Média	16 (19)	67 (31)	79 (102)	20 (21)	182 (182)
Gândavo séc. XVI	40 (18)	9 (30)	124 (107)	2 (20)	175 (175)
Salvador séc. XVII	38 (21)	21 (34)	126 (122)	15 (23)	200 (200)
Capistrano séc. XIX	6 (15)	25 (24)	86 (87)	25 (16)	142 (142)
Sérgio/Décio séc. XX	3 (30)	47 (50)	190 (178)	52 (34)	292 (292)
Total	103	169	605	114	991

$$\chi^2 = 0,47 + 41,80 + 5,19 + 0,05 + 26,89 + 14,70 + 2,70 + 16,20 + 13,76 + 4,97 + 0,13 + 2,78 + 5,40 + 0,04 + 0,01 + 5,06 + 24,3 + 0,18 + 0,81 + 9,53 = 174,97$$

$$V = (L - 1) (C - 1)$$

$$V = (5 - 1) (4 - 1)$$

$$V = 4 \cdot 3 = 12$$

Rejeita-se a hipótese ($\alpha = 0,05$)

Tabela 9 – Porcentagem de presença de indeterminação em autores por época.

Itens	Nº	1	2	3	4	Total
Autores/época						
Ceuta Id. Média	182	9%	37%	43%	11%	100%
Gândavo séc. XVI	175	23%	5%	71%	1%	100%
Salvador séc. XVII	200	19%	10%	63%	8%	100%
Capistrano séc. XIX	142	4%	18%	60%	18%	100%
Sérgio/Décio séc. XX	292	1%	16%	65%	18%	100%
Total	991	10%	17%	61%	12%	100%

Análise por coluna. X^2 .

Itens	1	2	3	4 SE	5 VInf
Autores/época					
Ceuta Id. Média	1,19	-	32,02	14,57	0,39
Gândavo séc. XVI	17,19	-	18,38	0,07	19,17
Salvador séc. XVII	13,76	-	4,97	0,21	2,78
Capistrano séc. XIX	10,71	-	2,38	10,12	0,17
Sérgio/Décio séc. XX	15,42	-	4,97	39,34	36,57
Total	58,27	-	62,77	64,31	59,08

Anexo 5

Análise Geral

Tabela 11 – Mecanismos de indeterminação em textos literários.

Item	1	2	3	4	Total
	P ₆	PASA	PS	VInf	
Autor/época					
Demanda Id. Média	30 (13)	27 (12)	1 (26)	3 (10)	61 (61)
Lusíadas séc. XVI	18 (32)	36 (30)	80 (65)	18 (26)	153 (153)
Gregório séc. XVII	37 (26)	16 (24)	55 (53)	16 (21)	124 (124)
Ateneu séc. XIX	14 (28)	15 (26)	68 (59)	39 (23)	136 (136)
S. Bernardo séc. XX	12 (13)	10 (12)	25 (26)	14 (10)	61 (61)
Total	111	104	230	90	535

$$\chi^2 = 22,23 + 18,75 + 24,04 + 16,83 + 6,12 + 1,20 + 3,94 + 2,46 + 4,65 + 2,67 + 0,07 + 1,19 + 7,00 + 4,65 + 1,37 + 11,13 + 0,08 + 0,33 + 0,04 + 1,60 = 130,35$$

$$V = (L - 1) (C - 1)$$

$$V = (5 - 1) (4 - 1)$$

$$V = 12$$

Rejeita-se a hipótese pois $130,35 > 21,03$.

Tabela 11 – Porcentagem de presença em textos literários por autores por época.

Itens	Nº	1 P ₆	2 PASA	3 PS	4 VInf	Total
Autores/época						
Demanda Id. Média	61	49%	44%	2%	5%	100%
Lusíadas séc. XVI	153	12%	24%	52%	12%	100%
Gregório séc. XVII	124	30%	13%	44%	13%	100%
Ateneu séc. XIX	136	11%	11%	50%	28%	100%
S. Bernardo séc. XX	61	20%	16%	41%	23%	100%
Total	535	21%	19%	43%	17%	100%

Tabela 11 – Análise por coluna – Mecanismos de indeterminação em textos literários.

Itens	1 P ₆	2 PASA	3 SE	4 VInf
Autores/época				
Demanda Id. Média	2,91	1,71	44,02	12,50
Lusíadas séc. XVI	0,73	10,71	26,63	0,00
Gregório séc. XVII	10,22	1,19	1,76	0,22
Ateneu séc. XIX	2,91	1,71	10,72	24,50
S. Bernardo séc. XX	4,55	5,76	9,58	0,88
Total	21,32	21,08	92,51	38,10

Anexo 6
Análise Geral

Tabela 13 – Textos de opinião.

Itens	1	2	3	4	5	Total
	P ₆	Expr. Gen.	PASA	SE	VInf	
Vieira	62 (62)		38 (53)	301 (260)	59 (85)	460 (460)
Alencar	15 (13)		10 (11)	57 (55)	15 (18)	97 (97)
M. Assis	16 (22)		24 (18)	86 (89)	32 (29)	158 (158)
R. Braga	22 (18)		26 (16)	36 (76)	51 (25)	135 (135)
Total	115		98	480	157	850

$$x^2 = 0 + 4,25 + 6,47 + 7,95 + 0,31 + 0,09 + 0,07 + 0,50 + 1,64 + 2,00 + 0,10 + 0,31 + 0,89 + 6,25 + 21,05 + 27,04 = 78,92$$

Tabela 13 – Rejeita-se a hipótese $78,92 > 16,92$ ($\alpha = 0,05$).

Porcentagem de presença de fatores de indeterminação em diferentes itens nos mecanismos através dos tempos.

Itens	Indet. N°	1	2	3	4	5	6	Total
Vieira	460	13%	-	8%	63%	13%	3%	100%
Alencar	97	16%*	-	10%	54%	15%	5%	100%
M. Assis	158	10%	-	15%	46%	20%	9%	100%
R. Braga	135	16%	-	19%	21%	38%	6%	100%
Total	850	13%	-	12%	52%	18%	5%	100%

Tabela 13 – Análise (por coluna) excluindo Expr. Gen.

Itens	1 P6	2	3 PASA	4 SE	5 VI nf
Autor					
Vieira	37,55	-	6,76	273,00	10,25
Alencar	6,76	-	9,00	33,07	14,77
M. Assis	5,83	-	0,04	9,63	1,26
R. Braga	1,69	-	0,04	58,80	3,69
Total	51,83	-	15,84	374,50	29,97
	Rejeita-se a hipótese de estabilidade, pois há significativa diferença entre os autores ($\infty = 0,05$) 51,93 > 7,81		Rejeita-se a hipótese de que diminui significativamente entre os autores ($\infty = 0,05$) 15,84 > 7,81	Rejeita-se a hipótese de aumento significativo ao nível de $\infty = 0,05$ 374,50 > 7,81	Rejeita-se a hipótese de aumento significativo ao nível de $\infty = 0,05$ 29,97 > 7,81

Anexo 7
Análise Geral

Tabela 15 – Textos teatrais.

Autores	Itens	1	2	3	4	5	Total
Gil Vicente		7 (6)	8 (5)	6 (8)	7 (7)	(3)	29 (29)
José de Alencar		16 (11)	6 (9)	15 (17)	13 (14)	6 (5)	56 (56)
Martins Pena		26 (19)	12 (15)	23 (28)	15 (23)	18 (9)	94 (94)
Artur Azevedo		10 (13)	9 (11)	38 (20)	9 (17)	2 (7)	68 (68)
Dias Gomes		18 (16)	14 (14)	14 (25)	33 (21)	5 (8)	84 (84)
Ariano Suassuna		5 (22)	25 (18)	41 (33)	25 (28)	16 (11)	112 (112)
Buarque e Pontes		26 (21)	15 (17)	27 (32)	35 (26)	3 (10)	106 (106)
Total		108	89	164	137	51	549

$$\chi^2 = 0,17 + 1,80 + 0,50 + 0 + 1,33 + 2,27 + 1,00 + 0,23 + 0,07 + 0,20 + 2,57 + 0,60 + 0,89 + 2,78 + 9,00 + 0,69 + 0,36 + 16,20 + 3,76 + 3,57 + 0,25 + 0 + 4,84 + 6,85 + 1,12 + 13,13 + 2,72 + 1,93 + 0,32 + 2,27 + 1,19 + 0,23 + 0,78 + 3,11 + 4,9 = 91,63$$

$$V = (L - 1) (C - 1)$$

$$V = (7 - 1) (5 - 1)$$

$$V = 6 \times 4$$

$$V = 24$$

$$91,63 > 36,42$$

Rejeita-se a hipótese($\alpha = 0,05$)

Tabela 15 – Porcentagem de presença de indeterminação em diferentes itens nos textos teatrais dos autores abordados.

Autores	Itens	Nº	1 P ₆	2 PASA	3 PS	4 VInf	5 SIS	Total
Gil Vicente		29	24%	28%	21%	24%	3%	100%
José de Alencar		56	28%	11%	27%	23%	11%	100%
Martins Pena		94	28%	13%	24%	16%	19%	100%
Artur Azevedo		68	15%	13%	56%	13%	3%	100%
Dias Gomes		84	21%	17%	17%	39%	6%	100%
Ariano Suassuna		112	5%	22%	37%	22%	14%	100%
Buarque e Pontes		106	25%	14%	25%	33%	3%	100%
Total		549	20%	16%	30%	25%	9%	100%

Tabela 15 – Análise por coluna.

Autores	Itens	1 P ₆	2 PASA	3 PS	4 VInf	5 SIS
Gil Vicente		4,26	1,92	12,56	8,45	5,14
José de Alencar		0,06	3,77	2,78	2,45	0,14
Martins Pena		8,07	0,07	0,00	1,25	17,28
Artur Azevedo		1,67	1,23	9,78	6,05	3,57
Dias Gomes		0,60	0,07	3,52	8,45	0,57
Ariano Suassuna		6,67	11,07	14,08	1,25	11,57
Buarque e Pontes		8,07	0,31	0,69	11,25	2,28
Total		29,40	18,44	43,41	39,15	40,55
		Rejeita-se a hipótese de estabilidade pois há significativa diferença entre os autores ($\infty = 0,05$) 29,40 > 12,59	Rejeita-se a hipótese de que diminui significativamente entre os autores ($\infty = 0,05$) 18,44 > 12,59	Rejeita-se a hipótese de aumento significativo ($\infty = 0,05$) 43,41 > 12,59	Rejeita-se a hipótese de aumento significativo ($\infty = 0,05$) 39,15 > 12,59	Rejeita-se a hipótese ($\infty = 0,05$) 40,55 > 12,59

Anexo 8

Tabela 15 – Textos teatrais – análise geral.

Autores	Itens	1 P ₆	2 PASA	3 SE	4 VInf	Total
Gil Vicente		7 (6)	8 (5)	7 (11)	7 (7)	29 (29)
José de Alencar		16 (11)	6 (9)	21 (22)	13 (14)	56 (56)
Martins Pena		26 (19)	12 (15)	41 (37)	15 (23)	94 (94)
Artur Azevedo		10 (13)	9 (11)	40 (27)	9 (17)	68 (68)
Dias Gomes		18 (16)	14 (14)	19 (33)	33 (21)	84 (84)
Ariano Suassuna		5 (22)	25 (18)	57 (44)	25 (28)	112 (112)
Buarque e Pontes		26 (21)	15 (17)	30 (42)	35 (26)	106 (106)
Total		108	89	215	137	549

$$\chi^2 = 0,17 + 1,8 + 1,45 + 0 + 2,27 + 1,00 + 0,04 + 0,07 + 2,58 + 0,6 + 0,43 + 2,78 + 0,69 + 0,36 + 6,26 + 3,76 + 0,25 + 0 + 5,93 + 6,85 + 13,13 + 2,72 + 3,84 + 0,32 + 1,19 + 0,23 + 3,42 + 3,12 = 65,26$$

$$V = (L - 1) (C - 1)$$

$$V = (7 - 1) (5 - 1)$$

$$V = 18$$

Rejeita-se a hipótese pois $65,26 > 28,87$ ($\alpha = 0,05$)

Tabela 15 – Porcentagem por autor.

Itens	Nº	1 P ₆	2 PASA	3 SE	4 VInf	Total
Autores						
Gil Vicente	29	24%	28%	24%	24%	100%
José de Alencar	56	29%	11%	37%	23%	100%
Martins Pena	94	28%	13%	43%	16%	100%
Artur Azevedo	68	15%	13%	59%	13%	100%
Dias Gomes	84	21%	17%	23%	39%	100%
Ariano Suassuna	112	5%	22%	51%	22%	100%
Buarque e Pontes	106	25%	14%	28%	33%	100%
Total	549	20%	16%	39%	25%	100%

Tabela 15 – Análise por coluna.

Itens	1 P ₆	2 PASA	3 PS	4 VInf
Autores				
Gil Vicente	4,27	1,92	18,58	8,45
José de Alencar	0,07	3,77	3,23	2,45
Martins Pena	8,06	0,08	3,23	1,25
Artur Azevedo	1,67	1,23	2,61	6,05
Dias Gomes	0,60	0,08	4,65	8,45
Ariano Suassuna	6,67	11,07	21,81	1,25
Buarque e Pontes	8,06	0,31	0,03	11,25
Total	29,40	18,46	54,14	39,25
	Rejeita-se a hipótese pois 29,40 > 12,59 ($\alpha = 0,05$)	Rejeita-se a hipótese pois 18,46 > 12,59 ($\alpha = 0,05$)	Rejeita-se a hipótese pois 54,14 > 12,59 ($\alpha = 0,05$)	Rejeita-se a hipótese pois 39,25 > 12,59 ($\alpha = 0,05$)

Anexo 9

Quadro 1 – Quadro geral – Indeterminação através dos tempos.

Séculos	Itens	1 P ₆	2 PASA	3 SE	4 VInf	Total
Século XIII		30 (9)	27 (10)	1 (32)	3 (10)	61 (61)
Século XV		16 (27)	67 (29)	79 (95)	20 (31)	182 (182)
Século XVI		65 (53)	53 (56)	212 (187)	27 (61)	357 (357)
Século XVII		137 (117)	75 (123)	482 (410)	90 (134)	784 (784)
Século XIX		103 (112)	101 (118)	399 (393)	148 (128)	751 (751)
Século XX		86 (118)	137 (124)	357 (413)	210 (135)	790 (790)
Total		437	460	1530	498	2925

$$x^2 = 49,00 + 28,9 + 30,03 + 4,90 + 4,48 + 49,79 + 2,69 + 3,90 + 2,71 + 0,16 + 3,34 + 18,95 + 3,41 + 18,73 + 12,64 + 14,4 + 0,72 + 2,44 + 0,09 + 3,12 + 8,67 + 1,36 + 7,59 + 41,67 = 313,69$$

$$V = (L - 1) (C - 1)$$

$$V = (6 - 1) (4 - 1)$$

$$V = 5 \times 3$$

$$V = 15$$

Rejeita-se a hipótese pois $339,27 > 25,00$ ($\alpha = 0,05$).

Quadro 1 – Porcentagem por linha.

Itens	Nº	1 P ₆	2 PASA	3 SE	4 VInf	Total
Século XIII		49%	44%	2%	5%	100%
Século XV		9%	37%	43%	11%	100%
Século XVI		18%	15%	59%	8%	100%
Século XVII		17%	10%	62%	11%	100%
Século XIX		14%	13%	53%	20%	100%
Século XX		11%	17%	45%	27%	100%
Total		15%	16%	52%	17%	100%

Quadro 1 – Análise por coluna.

Itens	1 P ₆	2 PASA	3 SE	4 VInf
Século XIII	25,32	32,47	2,53	77,10
Século XV	44,50	1,30	121,43	47,81
Século XVI	0,88	7,48	7,35	37,78
Século XVII	56,11	0,05	202,0	0,59
Século XIX	12,33	7,58	81,31	50,90
Século XX	2,32	46,75	40,80	194,32
Total	141,46	95,53	185,38	408,50
	Rejeita-se a hipótese de estabilidade ($\infty = 0,05$) 141;46 > 11,07	Rejeita-se a hipótese de diminuição significativa ($\infty = 0,05$) 95,53 > 11,07	Rejeita-se a hipótese de aumento significativo ($\infty = 0,05$) 185,38 > 11,07	Rejeita-se a hipótese de aumento significativo ($\infty = 0,05$) 408,50 > 11,07